

Cosmopolíticas



CTS em foco

VOLUME 5, NÚMERO 4

boletim **ESOCITE**.BR 

Cosmopolíticas

OUT-DEZ 2025

ISSN 2675-9764

DIRETORIA BIÊNIO 2025-2027

Presidente: Bráulio Silva Chaves (CEFET/MG)

Vice-presidente: Nilda Nazaré Pereira Oliveira (ITA/SP)

Vice-presidente: Polyana Aparecida Valente (UEMG/MG)

Secretária-Geral: Marília Luz David (UFRGS/RS)

1ª Secretária: Daniela Tonelli Manica (UNICAMP/SP)

Tesoureiro: Alberto Jorge Silva de Lima (CEFET/RJ)

2º Tesoureiro: Júlio Cezar Gaudêncio da Silva (UFAL/AL)

Conselho Deliberativo: Aline Radaelli (INPA/AM) | Ângela Camana (UFPA/PA) |

Daniel Guerrini (UTFPR/PR) | Débora Allebrandt (UFAL/AL) | Fabrício Neves (UNB/DF) |

Ivan da Costa Marques (UFRJ/RJ) | Isabel Cafezeiro (UFF/RJ) | John Bernhard Kleba (ITA/SP)

| Laís Fraga (UNICAMP/SP) | Noela Invernizzi (UFPR/PR) | Paulo de Freitas Castro Fonseca

(UFBA/BA) | Ricardo dos Santos Batista (UFBA/BA) | Rosana Castro (UnB/DF) | Thales Haddad

Novaes de Andrade (UFSCar/SP)

EXPEDIENTE DO BOLETIM

coordenação geral

Adriano Premebida (TEMAS/UFRGS)

coordenação temática

Felipe Vargas (UFBA)

conselho editorial

Fabrício Neves (UnB)

Wilson Pedro (UFSCAR)

Guilherme Sá (UnB)

Débora Allebrandt (UFAL)

Ivan da Costa Marques (UFRJ)

Ana Lucia Lage (UFBA)

Lorena Fleury (UFRGS)

Márcia Ogata (UFSCAR)

Marko Monteiro (Unicamp)

Lais Fraga (UNICAMP)

Noela Invernizzi (UFPR)

comitê editorial

Daniela Alves (UFV)

Julia S. Guivant (UFSC)

Maíra Baumgarten (FURG)

Adriano Premebida

Thales de Andrade (UFSCAR)

(TEMAS/UFRGS)

apoio técnico

Ana Carolina Ribeiro Menezes

projeto gráfico

Igor Almeida

As abordagens vinculadas aos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias têm, em seus objetivos, evidenciar a ação política na construção do conhecimento científico e tecnológico. Algumas abordagens são mais diretas em relação a isso e outras mais secundárias e sutis em evidenciar a política ou verificar mecanismos e dispositivos de poder nesses conhecimentos. De uma forma geral, a questão é entender como as ciências, enquanto conhecimentos localizados, produzem mundos. O que isso implica em termos políticos? Quais os resultados sociais e culturais para conhecimentos que se pretendem universais? Essas questões, e outras, igualmente relevantes e instigantes, transitam nos artigos do dossiê Cosmopolítica.

Como se verá são nas criações de fronteiras que se verificam, de forma mais vigorosa, os sentidos da noção de Cosmopolítica, desde seu uso por Isabelle Stengers. As delimitações de fronteiras, do lado hegemônico do conhecimento científico, como nas divisões entre natureza e sociedade, humano e não-humano, natural e artificial, civilizado e selvagem, ciência e política, por exemplo, escamoteiam - ao reduzir a consciência política - terrenos ontológicos muito maiores em que se estabelecem a ação concreta de criação de mundos por tipos específicos de culturas cognitivas. E as costuras, choques, interações e atritos nessas fronteiras evidenciam a façanha política, mesmo quando pretende se embuçar.

A desqualificação de outros conhecimentos da ordem do não científico é algo que não está na linha das interpelações dos estudos com linhagens sobre o tema do dossiê. Mais ainda, sua meta é justamente incorporar camadas de interpretação, em um sentido fenomenológico, de outros conhecimentos ou cosmovisões, minoritários ou não-hegemônicos, mas plenos de sentido e consequências às pessoas e comunidades englobadas nestes contextos de conhecimentos.

Inserir e refletir sobre esses conhecimentos e cosmovisões distintas das ciências e tecnologias renova e gera uma autorreflexão sobre o próprio conhecimento científico e as técnicas derivadas do mesmo. Este ato político é minoritário no

campo, mas corajoso. Espera-se que a leitura dos artigos do dossiê instigue a curiosidade para o tema e reforce a inclusão do mesmo nas agendas de pesquisa da área CTS.

Boa leitura!

ADRIANO PREMEBIDA

Coordenador geral do Boletim CTS em foco

SUMÁRIO

DOSSIÊ TEMÁTICO

- 8** Cosmopolíticas: Produção de conhecimento, produção de existência
POR FELIPE VARGAS
- 14** No tempo da cosmopolítica
POR CAMILA ZANI
- 23** Afetos e conflitos ambientais em torno à exploração de petróleo em Ilha de Maré
POR GIAN LUCCA QUEIROZ BACELAR ROCHA
- 33** Cosmopolítica do carbono: uma outra política é possível
POR SIMONE BENEVENTO MOTA E VIVIANE FERNANDEZ DE OLIVEIRA
- 39** O que as placas (des)dizem?: reflexões acerca das placas de demarcação territorial nos Territórios Indígenas do sul da Bahia
POR ALICE ALVES DE CARVALHO
- 50** Deslocamentos do Tempo: Clastres, Rivera Cusicanqui e Bispo dos Santos em Diálogo
POR ISABELA DE OLIVEIRA BRASIL

ENSAIO

- 59** Inovação em bom português: a “Escola de Sagres”
POR RENATO STECKERT DE OLIVEIRA

FLUXO CONTÍNUO

- 87** Epistemologias do Sul, Raça, Gênero e Descolonialidade: Saberes Insurgentes para a Justiça Cognitiva

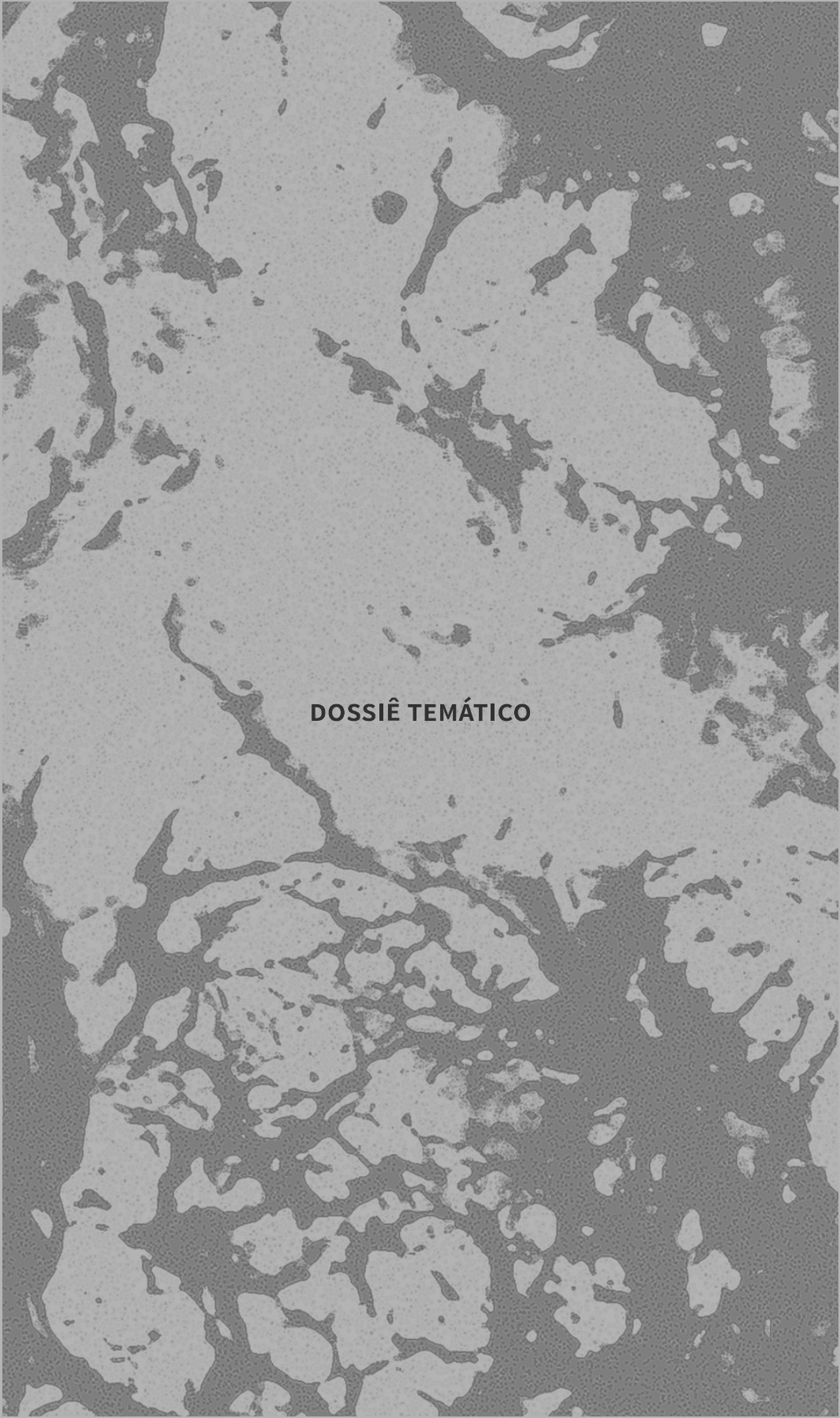
POR ADRIELY WERNECK

- 92** Infâncias conectadas e isoladas: os impactos do uso excessivo de telas na construção do eu e das relações na infância — um olhar clínico e institucional a partir do projeto criança cidadã

POR ANA GUATIMOSIM

NEWSLETTER

- 113** Lançamentos de livros



DOSSIÊ TEMÁTICO

Cosmopolíticas

Produção de conhecimento, produção de existência

Felipe Vargas¹

O termo cosmopolítica pode ser datado, localizado, situado, subscrito. 1997, Bélgica, Isabelle Stengers, filósofa, publica sua coletânea, *Cosmopolitiques*, organizada em sete volumes. Nesta, o pensamento ganha uma imagem, a da ecologia; “ecologia das práticas”. Decompor-la-ei para dar-lhe alguma precisão: a ideia de ecologia desloca as substâncias às relações; enquanto a ideia de práticas desloca o *status* ao processo. Trata-se, portanto, da imagem de relações em processo, e não do campo da ecologia como disciplina científica ou significado grego *οἶκοι*, como a forma de organização das coisas (o “agregado familiar”).

Simple, porém altamente complexo; abstrato, porém fortemente concreto. O termo não responde, ele instaura uma problemática: a de que é preciso pensar a partir da instabilidade das ações, da imprecisão do fazer, do assombro do desconhecido. Trata-se não somente do desafio, mas da necessidade de pensar, “o como e o quê” em uma época marcada pelo signo da incerteza.² Vírus desregulando trocas comerciais, vacinas desviando sexualidades, gêneros não-binários, racismo reverso, espíritos eclodindo da fumaça, lei do marco zero, autopoiese da inteligência artificial, crise climática. O que fazer quando o “fazer verdades”, descabidas ou não, se confunde com a produção de efeitos de verdade? Quem julga? Quem inventa os critérios a partir dos quais se distingue o real do irreal, o absurdo do plausível?

¹ Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

² Esta é a primeira pista que sugere uma divergência entre cosmopolítica e Ecologia Política, campo sumamente importante na América Latina. A Ecologia Política (ao menos em parte) se apresenta como “a solução” diante do atual estado de crise - ambiental, social, político etc. - instaurado pelo tripé colonização, colonialismo, colonialidade, ao tentar politizar a relação ser humano-natureza. Não pretendo, de modo algum, desconsiderar a importância deste campo. Sugiro, ao contrário que é preciso o destituir de garantias.

Cosmopolíticas não são formas de ordenamento do mundo; não pertencem a ninguém.³ São modos de especular sobre como fazer mundos; são aquele terceiro termo, oriundo da diferença, mas que é, ele próprio, diferente, irreduzível, capturável, cuja força vem da emissão do alerta “não estamos sozinhos no mundo” (STENGERS, p. 328, 1997). É aqui que a ontologia dá lugar às operações pragmáticas. Aquilo que um mundo é, aquilo do qual é feito, o quê tornar-se-á, quem o povoa etc. obedece a quais ações, a quais critérios? As operações pragmáticas podem produzir diferenças ontológicas, mas não se confundem com estas.⁴ Há sempre espaço para o desconhecido, daí a impossibilidade de se afirmar estas diferenças *a priori*. O imponderável eclode em situações de conflito e nos obriga a repensar os termos do conflito.

“Co-presença problemática” (STENGERS, p. 328, 1997) se dirige, ao mesmo tempo, ao fazer, ao “modo como”, e ao efeito do fazer, ao “o quê” resulta. Em certa medida, se substitui o problema da medida certa por uma ética da coerência. Desta filosofia se estende um convite às ciências: ao produzir conhecimento se produz existência. Trata-se, agora, da necessidade de sugerir, de conjurar, de propor sem autorizar aquilo que não se propõe. A exigência aqui é, talvez, fabricar o sujeito racializado, sem endossar sua subjugação; agenciar a terra, sem lhe destinar à Natureza; compor com entidades, sem lhes reduzir ao simbólico. A exigência aqui é, talvez, também, fabricar o branco, sem esquecer que subjuga; agenciar a terra, sem se furtar à natureza; compor com entidades e pautar sua simbologia.

É a partir deste convite que os Estudos (Sociais) de Ciência e Tecnologia podem abrir novas perguntas, métodos e proposições. Ao longo de sua breve história, com inúmeras derivações, estes parecem passar, inexoravelmente, por um enunciado comum: fazer ciência é fazer política. Este enunciado não se propôs reduzir um dos termos ao outro; propôs suspeitar da e desmontar a agenda a qual « estar provado cientificamente » encerraria as negociações que conformam o mundo real. O que aconteceria aos CTS se o quê estivesse sob « suspeita » ou « desmonte » fosse, agora, a política? Desconfiar do « arranjo possível » estaria no centro de debate.

³ Esta é a primeira pista que sugere uma divergência entre cosmopolítica e cosmologia, conceito extremamente caro à antropologia no Brasil. Estudos sobre cosmologia (ao menos em parte) usam ambos conceitos indistintamente, sem atentar que este se refere à um modo específico, particular, identificado de nomear o mundo (cosmologia yanomami, guarani-kaiowá, branco-moderna), enquanto o outro retira do mundo sua ordem, sua unidade e sua titularidade.

⁴ Em De la Cadena, contudo, por uma virada analítica, disputas ontológicas são quase sinônimos de disputas cosmopolíticas (DE LA CADENA, 2010).

A proposição é política. Não há como não ser. Não é, como já escutei aqui e acolá, a suspensão da tomada de posição, a conformidade ou a passividade diante do inevitável. Esta proposição transforma a contradição em contraste, ecoa ao riso de Davi Kopenawa, intelectual yanomami, quando este sugere que *a queda do céu cairá sobre todos nós* (KOPENAWA; ALBERT, p. 529 e s., 2010) sem exceção. Nem a onça e sua força, ou o indígena e sua magia, ou o branco e sua parafernália tecnológica restarão, sozinhos. Este riso mobiliza, faz, luta. *Como? O quê?* Colocando em relação onça, indígena, branco, xapiripë, *softwares*, leis etc. num longo processo por meio do qual uma questão concreta possa vir a ser dita: podemos nos fazer ouvir, uns aos outros?

Sim? Como? É preciso inventar uma resposta. Esta não faz parte do rol de soluções já existentes, não pertence ao Estado, ao Congresso, à Ciência, à ancestralidade; não está na “política razoável” (DE LA CADENA; BLASER, 2021). Não? Como? É preciso, também, inventar uma resposta. Esta não está no relativismo, nos jogos de poder, na guerra de extermínio, a despeito de estas existirem e imprimirem sua força no mundo.⁵

A proposição é “metapolítica”. Fazer a passagem do possível ao provável é um dos caminhos que consigo aventar quando me pergunto como esta imagem de pensamento aqui esboçada viaja aos trópicos. Do quê nos tornamos capazes quando, inegavelmente, sofremos o legado da colonização, perpetuamos a forma do colonialismo, co-habitamos a força da colonialidade?

O pintor cubano Alejo Carpentier disse, certa vez, que, na América Latina, “o insólito é cotidiano, sempre foi” (CARPENTIER *apud* CHAO, p. 78-79, 1998 - tradução minha). Montanhas, aqui, têm vontade própria (DE LA CADENA, 2011). A folha da coca escolhe, orienta decisões (CUSICANQUI; EL COLECTIVO, 2010). A terra deseja, quer (BISPO, 2023). Trata-se de ações de negociação, de conjuração de alianças instáveis, de afazeres imprecisos.

5 Esta é a segunda pista que sugere uma divergência entre cosmopolítica e Ecologia Política. Na América Latina, é impossível e incoerente pensar fora do legado colonial. A força colonial se atualiza, a todo instante, como processo. A Ecologia Política (ao menos em parte) aposta, contudo, no conflito enquanto assimetria de poder; na descolonização como *status*, como objetivo a ser alcançado: inverte a proposição, dando primado ao “o quê” em relação ao “como”. São 500 anos de contato, de opressão, de expropriação e morte... e...? de trocas, de misturas e êxitos. Se a resistência, por um lado, não é suficiente, ignorá-la, por outro, não é alternativa. É Silvia Rivera Cusicanqui, em sua obra “*Oprimidos pero no vencidos*” (1984) que reverbera a cosmopolítica: lutar não para derrotar, nem para resistir, mas para existir.

Os textos deste Boletim CTS brindam leitoras e leitores com outros exemplos.

Camilla Zani resgata, em detalhes, o histórico de formulação do conceito “cosmopolítica” no interior de uma metafísica pragmática. Sugere, ao final, pistas sobre como fazer as ciências conversarem com outros saberes.

Gian Lucca Queiroz Rocha analisa a construção da “maré” a partir dos conflitos ambientais instaurados com a contaminação da Ilha de Maré, Salvador/BA por metais pesados oriundo da exploração de petróleo. A maré é um conjunto de forças incorporadas por disposições afetivas.

Simone Benevento Mota e Viviane Fernandez de Oliveira aproxima intelectuais acadêmicos, indígenas e quilombolas que, por sua vez, foram agenciados pela redução capitalista da vida ao carbono e, assim sendo, recolocam o carbono como parte da vida. No sentido específico do texto, trata-se de uma “alternativa comunal”.

Alice Alves Carvalho narra, nos pormenores, uma situação de conflito ambiental entre pataxós e gestores de uma Unidade de Conservação no extremo sul da Bahia. Placas de sinalização se colocam entre o possível e o inegociável. Um exemplo claro de como a cosmopolítica viaja aos trópicos.

Isabela de Oliveira Brasil parte de uma leitura precisa: cosmopolítica problematiza o tempo. Para isso, mobiliza autoras e autores do continente sul americano para afirmar a “coetaneidade” de nossa existência marcada, misturada pelo acontecimento que denominamos, sem muita precisão, colonial e anti-colonial.

Adriely Werneck traz um apanhado de temáticas as quais necessitam, hoje, de um olhar mais atento por parte dos ESCT. Pensar a interseccionalidade em meio à produção intelectual e à formação educacional do sul global, impõe um jogo entre *corpus* de dados e corpos de civis.

Ana Guatimosim estabelece relações entre o uso excessivo de telas e suas repercussões na construção do eu no período da infância. Este tema torna-se de grande interesse para os ESCT frente às suas ressonâncias sociais.

Por fim, Renato Steckert de Oliveira apresenta interessante ensaio em que analisa o encontro de dois horizontes de pensamento para as inovações das navegações: o conhecimento prático da Escola de Sagres na construção de navios e instrumentos correlacionados a esse ofício e os conhecimentos de navegação oceânica, criação de mapas e Astronomia.

Espero que leitoras e leitores deste Boletim possam, a sua maneira, refletir, divergir, prolonga esta imagem do pensamento como uma mensagem incontornável em tempos de crise: toda produção de conhecimento é, inegavelmente, produção de existência; e o contrário é igualmente verdadeiro.

REFERÊNCIAS

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BLASER, Mario.; DE LA CADENA, Marisol. **Os incomuns**. Belo Horizonte: Piseagrama, n. 15, p. 74-83, 2021. Disponível em: <<https://piseagrama.org/artigos/os-incomuns/>>

CHAO, Ramón. **Conversaciones con Alejo Carpentier**. Barcelona: Ediciones Argos-Vergara, 1984.

CUSICANQUI, Silvia R. **“Oprimidos pero no vencidos”: luchas del campesinato aymara y quechua 1900-1980**. La Paz: Hisbol-CSUTCB, 1984.

_____.; EL COLECTIVO. **Principio potosí reverso**. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2010.

DE LA CADENA, Marisol. Indigenous Cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond “politics”. **Cultural Anthropology**, vol. 25, n.2, p. 334-370, 2010.

_____. *Earth Beings: Ecologies of Practice Across Andean Worlds*. Durham: Duke University Press, 2011.

KOPENAWA, Davi.; ALBERT, Bruce. **La chute du ciel: paroles d'un chaman Yanomami**. Paris: Terre Humain Plano, 2010.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitiques. Tome I e II**. Paris: Lá Découverte, 1997.

No tempo da cosmopolítica

Camila Zani¹

Cada época elabora um léxico próprio para enfrentar os desafios que a atravessam. A modernidade científica, por exemplo, introduziu termos como *lei natural* e *experimento* para ordenar o universo vivo, instável e, poderíamos dizer, caótico herdado do Renascimento, constituindo a Natureza como um sistema regido por princípios universais. Já o século XIX, profundamente abalado pelas transformações da industrialização, cunhou conceitos como *classe social*, *capitalismo* e *proletariado* para nomear os conflitos que então se configuravam.

Entre os termos que hoje ganham mais força no debate contemporâneo, um em particular se destaca: *cosmopolítica*. Sua emergência chama atenção, antes de tudo, por sua surpreendente capacidade de atravessar campos disciplinares diversos – da antropologia à filosofia, passando pela sociologia, a história e por certas vertentes das ciências da vida –, circulando entre áreas tradicionalmente apartadas umas das outras. Ao fazê-lo, o termo parece tensionar a distinção moderna entre disciplinas, reconectando-as em torno de uma urgência comum: *repensar a política na época do Antropoceno*. Nesse sentido, a cosmopolítica pode ser entendida como um dos conceitos mais emblemáticos da nossa contemporaneidade. Compreender o que ela designa pode oferecer pistas importantes para nos orientarmos nas incertezas que marcam o presente.

Propomos, neste breve ensaio, uma análise pragmática do conceito de cosmopolítica, voltada a investigar a urgência que preside o seu surgimento e, sobretudo, os *efeitos* que sua adoção pode produzir no

¹ Doutoranda da Universidade de Verona em co-tutela com a Universidade Livre de Bruxelas.

campo político. Trata-se de examinar, portanto, quais transformações – teóricas e práticas – decorrem da introdução da cosmopolítica em nosso léxico e *que diferença* ela imprime às formas de pensar e exercer a política nos dias de hoje.

Nesse percurso, recorreremos aos trabalhos da filósofa belga Isabelle Stengers, responsável por introduziu o termo *cosmopolítica* no debate contemporâneo no final dos anos 1990, especialmente nos sete volumes da série *Cosmopolitiques* (1996-1997)². Com essa obra seminal, Stengers propõe reflexões que buscam repensar as próprias condições de possibilidade da política em um mundo marcado pela multiplicação de atores e forças que o compõem.

Longe de designar uma nova forma de universalismo ou um projeto de governo global, a cosmopolítica indica, antes, a necessidade de *desacelerar* o gesto político, suspendendo a pretensão de falar em nome de um mundo já dado e supostamente comum a todos. Nesse sentido, é preciso dizer que a proposta de Stengers se distingue radicalmente do cosmopolitismo kantiano. Ou seja, em vez de supor uma ordem universal fundada em uma natureza comum e orientada por um ideal pacifista, ela se afasta dessa visão de cunho mononaturalista. A própria Stengers reconhece, mais tarde, que ela própria não estava inicialmente consciente da tradição kantiana associada ao termo. Segundo o seu relato, caso tivesse tido esse conhecimento desde o início, talvez tivesse optado por uma outra denominação, evitando a associação imediata com a tradição filosófica idealista. Em diferentes momentos, ela chegou inclusive a considerar o abandono do termo e sua substituição por outra expressão³. No entanto, decidiu mantê-lo – decisão que não podemos senão considerar feliz. O uso que ela propõe é, de fato, radicalmente diferente do kantiano e abre caminho para uma nova maneira de pensar a política no presente.

Na própria palavra *cosmopolítica* inscreve-se o duplo deslocamento que esse conceito introduz – e do qual a política, mas não apenas ela, é hoje convocada a tomar consciência. Esse deslocamento torna-se mais nítido quando levamos a sério a entrada do *cosmo* na *política*.

² STENGERS, Isabelle. *Cosmopolitiques*. Paris: La Découverte, 2024.

³ STENGERS, Isabelle. *La vierge et le neutrino: les scientifiques dans la tourmente*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond / La Découverte, 2023, p. 243-244.

Isso implica, antes de tudo, submeter a própria ideia de cosmo a um trabalho de problematização. Como vimos, a cosmopolítica recusa o pressuposto tipicamente moderno de um único mundo comum – a Natureza – concebido como idêntico e compartilhado por todos.

Mas esse gesto produz também um segundo efeito decisivo. Se o cosmo deixa de ser uma moldura neutra e já dada de antemão, a política não pode mais dizer respeito apenas aos seres humanos; ela deve reconhecer o papel de uma multiplicidade de entidades não humanas na composição do mundo comum. Em *A Proposição Cosmopolítica*, Stengers diz: “Poderíamos dizer que o cosmos é um operador de colocação em igualdade [*mise à égalité*], sob a condição de dissociar radicalmente entre colocação em igualdade e colocação em equivalência [*mise en équivalence*], que implica uma medida comum, implicando a intercambialidade de posições”⁴.

O cosmo opera, portanto, uma colocação no mesmo plano de entidades heterogêneas – humanas e não humanas – sem que nenhuma hierarquia possa ser firmada de uma vez por todas. Nessa medida, a cosmopolítica convida a pensar a política como espaço em que essa pluralidade de existências deve encontrar modos de participar da composição do mundo comum.

Com isso, podemos proceder a uma análise mais detida desses dois deslocamentos, para, em seguida, interrogar suas consequências sobre a própria figura do político.

O primeiro diz respeito ao questionamento do mononaturalismo moderno. Em termos filosóficos, recusar a ideia de uma única natureza comum a todos constitui um gesto profundamente radical, pois implica abandonar o monismo que, por muito tempo, estruturou a tradição filosófica ocidental – bem como sua recorrente aspiração ao absoluto. Assumir uma perspectiva multinaturalista significa, justamente, ingressar em uma forma de pluralismo ontológico que coloca em xeque as pretensões da ontologia clássica.

4 STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, abr. 2018, p. 447.

Trata-se de uma empreitada filosófica particularmente ambiciosa, à qual também se dedicou Bruno Latour, interlocutor próximo de Stengers, em sua obra monumental *Enquête sur les modes d'existence*. Nela, Latour propõe substituir a ideia de um único ser por uma pluralidade de modos de existência, cada qual dotado de suas próprias condições de veridicção⁵.

Tradicionalmente, a ontologia – da união dos termos gregos ὄν (*on*), o ser, e λόγος (*logos*), o discurso ou estudo – apresenta-se como a investigação do ser enquanto tal. Mas, se aceitarmos que não há um único mundo comum, e sim uma multiplicidade de mundos heterogêneos, então a própria ideia de um único ser torna-se problemática. Nesse sentido, a cosmopolítica contribui para desestabilizar a pretensão de uma ontologia capaz de dizer o ser de uma vez por todas. Isso, no entanto, não significa o abandono da reflexão filosófica sobre o mundo, mas antes uma transformação de seu estatuto. A ontologia tende, por isso, a deslocar-se em direção a uma forma de *especulação metafísica* – entendida, aqui, em um sentido preciso.

Metafísica – de *meta* e *physis* – designa, literalmente, aquilo que está “além da física”. Na tradição clássica, o termo foi frequentemente associado ao estudo de Deus ou de realidades ultraterrenas ou transcendentais. No horizonte aberto pela cosmopolítica, porém, ele adquire um significado distinto e mais pragmático: passa a designar a reflexão sobre aquilo que excede a “física” dos modernos, isto é, a Natureza concebida como um único mundo comum. Como escreve Stengers: “O cosmos, tal qual ele figura nesse termo, cosmopolítica, designa o desconhecido”⁶. Isso não implica, entretanto, a evocação de realidades transcendentais. Os mundos que excedem a natureza moderna são igualmente reais e plenamente imanentes; apenas não coincidem com a ontologia única que a modernidade pretendeu universalizar.

Nesse sentido, a cosmopolítica pode ser dita metafísica na medida em que reabre o campo das possibilidades para além do horizonte da natureza moderna. Mas ela é também especulativa: não se limita a

5 LATOUR, Bruno. *Enquête sur les modes d'existence: une anthropologie des Modernes*. Paris: La Découverte, 2012.

6 STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, abr. 2018, p. 447.

constatar essa pluralidade, nem se detém diante dela em uma posição de suspensão ou impotência. Ao contrário, interroga as condições sob as quais esses mundos plurais podem entrar em relação, procurando imaginar modos de composição entre existências heterogêneas.

Isso nos leva à segunda transformação introduzida pela cosmopolítica, que diz respeito à entrada dos não humanos na esfera da política. Esse movimento está estreitamente ligado ao anterior. Ou seja, reconhecer a existência de uma pluralidade de mundos implica assumir a responsabilidade pela questão que daí decorre: afinal, como “levar em conta” essas outras existências que a perspectiva multinaturalista tornou visíveis?

Não devemos, no entanto, supor que exista um método simples ou uma solução previamente disponível. Um dos pontos mais decisivos da política que se abre com a cosmopolítica é justamente que os seres já não podem ser reconduzidos a um único princípio comum – seja ele a racionalidade, o progresso ou qualquer outro critério universal. Fazer isso significaria restabelecer a posição hegemônica do mundo moderno, como se o seu racionalismo científico fosse o padrão legítimo para julgar todos os demais mundos.

Nesse novo cenário, já não há lugar para um tribunal da razão, nos moldes kantianos⁷. É preciso, antes, proceder com mais lentidão e modéstia, perguntando como entrar em relação com outros mundos – humanos e não humanos – sem reduzi-los nem anulá-los. Trata-se de uma posição delicada: como lembra um antigo provérbio, *o inferno está cheio de boas intenções*. Ou seja, é necessário cuidado redobrado ao tentar “levar em conta” os outros sem, inadvertidamente, absorvê-los às lógicas de funcionamento do mundo moderno.

É nesse ponto que ganha centralidade a reflexão de Stengers sobre a *convocação* dos seres enquanto testemunhas confiáveis. O termo *convocar* pertence a uma família de verbos que remete à ideia de apelo, mas se distingue por insistir na intencionalidade do ser ao qual nos

⁷ KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

dirigimos e na liberdade de sua resposta, que não pode ser prevista nem forçada. Como escreve Stengers: “*invocar* é dirigir um apelo a um ser enquanto dotado de potência, ao passo que aquilo que é evocado pode transformar a experiência apenas pelo fato de tornar-se presente, sem ação nem interação”⁸.

Outros termos, como *revogar* ou *provocar*, mostram-se inadequados, pois tendem, respectivamente, a excluir ou a orientar em excesso a agência do ser envolvido. *Convocar*, ao contrário, implica um apelo dirigido a um ser cuja capacidade de resposta é reconhecida. “Convocar um ser implica um chamado do qual se espera poder contar com sua resposta, de modo que um fragmento de história possa se entrelaçar com ele”⁹.

Convocar significa, portanto, abrir a possibilidade de uma relação em que o outro – humano ou não humano – não é reduzido a objeto, mas reconhecido como participante ativo na composição de uma história comum. A convocação pertence, assim, à ordem do *acontecimento*: é necessariamente incerta, pois não sabemos de antemão para onde nos conduzirá, nem o que poderá emergir das relações que estabelecemos. Essa incerteza, contudo, não deve ser tomada como um obstáculo, mas como condição. É o preço a pagar se quisermos abrir possibilidades de ação que, antes desse encontro, simplesmente não existiam.

Estamos agora em condições de entrever alguns dos efeitos produzidos pela intrusão da cosmopolítica. Em primeiro lugar, ela não simplifica o real. Ao contrário: “Se o acordo ‘pode se manter’, não é porque o mundo tenha se tornado ‘mais simples’, livre daquilo que o perturbava, mas porque, eventualmente, terá sido criado um mundo mais complicado, dotado de dimensões adicionais suficientes para que aquilo que era contraditório possa coexistir”¹⁰. Sua irrupção reconfigura tanto o estatuto da filosofia quanto o da política. A primeira, a filosofia, deixa de se apresentar como estudo do ser para tornar-se reflexão sobre as condições de composição de um mundo radicalmente

8 STENGERS, Isabelle. *La vierge et le neutrino: les scientifiques dans la tourmente*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond / La Découverte, 2023, p. 206.

9 STENGERS, Isabelle. *La vierge et le neutrino: les scientifiques dans la tourmente*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond / La Découverte, 2023, p. 206.

10 STENGERS, Isabelle. *La vierge et le neutrino: les scientifiques dans la tourmente*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond / La Découverte, 2023, p. 235.

heterogêneo. A política, por sua vez, transforma-se de modo talvez ainda mais profundo – sobretudo se levamos a sério a questão da convocação dos seres. Ela já não pode ser entendida como simples aplicação de normas ou princípios universais. É aqui que se torna visível uma das mudanças mais difíceis de apreender: a transformação da própria figura do político. Os políticos deixam de poder ser pensados como aplicadores de regras previamente estabelecidas, insuficientes diante de um mundo atravessado por existências heterogêneas.

O político que leva a sério o cosmo de que fala Stengers deve aceitar a incerteza e transformar o seu modo de agir. Sua tarefa passa a consistir em entrar em relação com outros mundos, escutá-los e tentar compor, com eles, uma ordem sempre provisória e precária. É nesse sentido que Stengers afirma que os políticos devem tornar-se diplomatas – acentuando, contudo, o sentido “menor” da diplomacia¹¹. A diplomacia aparece, então, como uma prática intrinsecamente precária, marcada por uma incerteza constante quanto ao futuro, pois nunca se sabe aonde podem conduzir as negociações com as outras partes. O diplomata suspende certezas, aceita a hesitação como método e leva em consideração perspectivas de mundo sistematicamente excluídas pela tradição ocidental¹². Ele não é um administrador da ordem existente, nem um agente encarregado de exportar valores supostamente universais. Aproxima-se antes de um estrategista consciente da urgência inaugurada pelo Antropoceno e dos conflitos irreversíveis que ela torna visíveis. Habitar essa condição exige a construção de uma outra ordem: frágil, sempre provisória, mas capaz de dar lugar aos outros. Trata-se de renunciar à segurança de qualquer fundamento último para operar no terreno instável da mediação e da escuta – buscando não tanto prevalecer, mas evitar o pior e aprender a viver em um mundo que já não pode ser o da modernidade.

Uma transformação dessa natureza já ocupa posição central em diversos campos das ciências sociais – da antropologia à filosofia, passando pelos estudos sobre ciência e tecnologia –, mas permanece ainda insuficientemente incorporada pela reflexão política *stricto sensu*. As

11 STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, abr. 2018, p. 461.

12 STENGERS, Isabelle. “Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas”. In: ARTECOMPOSTAGEM’21 – Núcleo de Estudos sobre Metodologias de Pesquisa em Artes (AV:A). Instituto de Artes da UNESP, São Paulo, 2021, p. 22.

teorias políticas e as práticas diplomáticas contemporâneas seguem, em boa medida, ancoradas em um modelo estatal e hierárquico, herdeiro de uma tradição na qual a diplomacia se mostra como arte reservada a um número restrito de atores soberanos incumbidos de gerir os equilíbrios entre Estados – concepção clássica exemplarmente formulada por Henry Kissinger¹³.

13 KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012.

Nesse contexto, a tarefa que hoje se impõe consiste em introduzir a problemática cosmopolítica no interior da teoria política e dos estudos de relações internacionais. Tal deslocamento exige que esses campos renunciem às garantias epistemológicas e às pretensões de universalidade que por muito tempo os estruturaram, permitindo-se ser efetivamente afetados pela intrusão da cosmopolítica.

Trata-se, assim, de sustentar um processo de deslocamento conceitual capaz de reconfigurar seus próprios fundamentos, à semelhança do que já ocorreu em outros domínios das ciências humanas, nos quais a irrupção da pluralidade dos mundos impôs uma revisão profunda das categorias herdadas da modernidade. É nesse horizonte que se delinea a possibilidade de uma outra concepção de diplomacia: a diplomacia “menor” evocada por Isabelle Stengers, entendida como prática atenta à pluralidade das existências e comprometida com a composição sempre provisória de um mundo comum.

REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LATOUR, Bruno. **Enquête sur les modes d’existence: une anthropologie des Modernes**. Paris: La Découverte, 2012.

STENGERS, Isabelle. Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas. In: **ARTECOMPOSTAGEM’21** – Núcleo de Estudos sobre Metodologias de Pesquisa em Artes (AV:A). Instituto de Artes da UNESP, São Paulo, 2021.

STENGERS, Isabelle. **La vierge et le neutrino: les scientifiques dans la tourmente**. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond / La Découverte, 2023.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitiques**. Paris: La Découverte, 2024.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 442–464, abr. 2018.

Afetos e conflitos ambientais em torno à exploração de petróleo em Ilha de Maré

Gian Lucca Queiroz Bacelar Rocha¹

INTRODUÇÃO

Localizada ao leste da Baía de Todos os Santos, Ilha de Maré² é um dos bairros do município de Salvador/BA com comunidades remanescentes de quilombos. A origem da Ilha, contada por meio das histórias pouco documentadas (Rêgo, 2018), reside nas fugas de pessoas escravizadas dos engenhos de cana-de-açúcar localizados na região, ou de naufrágos de navios negreiros trazidos durante o século XVI. Por conta dos sedimentos lamosos, praias arenosas, manguezais e uma presença de mata atlântica no centro da ilha, esta se tornou um local “propício” para a constituição de quilombos e para as práticas de agricultura, pesca e mariscagem.

Esta rápida descrição sugere alguma conexão com a narrativa de Aimé Césaire, em *Diário de um retorno ao país natal* (2012). Extremamente rica, esta narrativa estabelece uma relação quase essencial entre negritude e ambiente: como se a identidade do autor estivesse completa na presença dos elementos “naturais” de sua terra. É como se, na Maré, esta fosse uma chave de leitura, também ela, “propícia”. Menos uma essência e mais uma relação, isto é, aberta às fissuras, reconstituições e arranjos do tempo, trata-se de uma co-presença: a Maré pode ser Maré quando quilombolas e marisqueiras podem ser quilombolas e marisqueiras.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail de contato: gianluccaqueiroz2@gmail.com

² Usarei o termo com “M” maiúsculo para me referir a este conjunto de coisas juntas, marisqueiras, mariscos, petróleo etc. isto que, à experiência de estar ali como parte desta relação; e maré para falar do movimento do mar a partir da posição da Lua.

No decorrer do século XX, emergiu do subsolo o petróleo. Como um sonho nacional — e estadual — a exploração de petróleo na região perpetuou-se na reconstituição da Ilha, de suas relações entre humanos e outros que humanos por meio da delimitação de um modelo de desenvolvimento como o único “arranjo possível”. Se a colonização foi o primeiro (grande) movimento de desterritorialização, a política do desenvolvimento (Ferguson, 1994) foi o segundo movimento de desterritorialização. Ambos deslocam corpos, conexões, sentidos. Passaram no tempo, mas convivem em temporalidade.

Assim, as práticas e estruturas responsáveis pela extração, refinamento e distribuição dos derivados do petróleo convivem no cotidiano de Ilha de Maré (re)produzindo e atualizando uma descontinuidade entre o que é ser quilombola, ou seja, humano, e o que é ser natureza, isto é, não humano.

Para investigar os diversos problemas que emergiram desta diferença, muitos relacionam, diretamente, um conjunto de estudos científicos sobre a contaminação dos derivados do petróleo em torno da Baía de Todos os Santos, de um lado, e os efeitos da contaminação validados cientificamente com o sofrimento psicofisiológico, econômico e cultural sentido pelas comunidades, de outro. Em alguma medida se estaria, senão dentro, no limiar deste “arranjo possível” onde a uns (bioquímicos, geólogos, farmacêuticos) cabe o estudo da contaminação dos metais pesados, outros (sociólogos, antropólogos) cabe o estudo da gramática social do lugar e, outros, ainda (marisqueiras) cabe resistir politicamente.

A diferença aqui apontada tem sido criticada, de modo bastante poderoso, sob a categoria de conflitos ambientais (Fleury, 2013).

Entretanto, há algo a mais ali. O que move o conflito? Se este é um campo de forças, como tratar os envolvidos? A relação cotidiana entre a marisqueira³ e o marisco em Ilha de Maré, sugiro, *comovem*. O que isto significa? Significa que ela dispõe pessoas, sangue, marisco, óleo

³ Quilombola e marisqueira não são sinônimos na literatura acadêmica. Tendo em vista as minúcias deste debate, passarei a tratar aqui exclusivamente desta segunda figura e, mais detidamente, da prática de mariscagem.

diante de práticas singulares de coexistência ou co-presença que aqui serão analisadas, brevemente, por meio da produção de *práticas de afetação*. Se a questão cosmopolítica convoca a desconfiar do único “arranjo possível” (Stengers, 2010; 2018; De la Cadena, 2019), os afetos se tornam uma matéria-prima de suma relevância.

Este ensaio, com metodologia de inspiração etnográfica, sob a qual se submeteram duas técnicas de produção de dados, observação participante e entrevistas individuais, tem como objetivo discutir a cosmopolítica dos conflitos ambientais em torno aos efeitos atuais destes desde o surgimento do petróleo, na Ilha de Maré, por meio de um olhar afetivo (Deleuze, 2018; Favret-Saada, 2005). De início, será descrita a atividade de mariscagem na comunidade de Praia Grande. Em seguida, será abordado uma cena de uma audiência pública sobre a saúde das marisqueiras na Baía de Todos os Santos. Ao final algumas considerações sobre as relações práticas entre marisqueira e marisco que são mobilizados nos conflitos ambientais.

ENVOLVIMENTOS

Cena da mariscagem

Comumente, a mariscagem ocorre numa região próxima dos manguezais. A lama é escura e fria. Ao caminhar, o corpo afunda, o pé escorrega e se sente a presença de vários corpos “estranhos”. A mariscagem foi uma atividade específica da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS), promovida pela professora Climene Camargo, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 8 de novembro de 2025. Junto com duas marisqueiras e a líder Selma, todas da Associação Benficiente Educacional e Cultural Quilombola de Ilha de Maré (ABECQIM), na comunidade de Praia Grande, caminhamos neste solo para tentar aprender a coletar frutos do mar, em especial o marisco “papa-fumo”, e siris, bem como conversar sobre os problemas ambientais locais (contaminação pelo petróleo, dentre outros).

Enquanto caminhamos, as marisqueiras olham e pisam atentamente, curvam-se em direção a lama, cavam um buraco com um objeto côncavo, capturam um punhado de mariscos e os colocam num balde pequeno. Para além daquilo que os pés sentem, os olhos enxergam parte da paisagem sendo composta por estruturas relacionadas ao petróleo, em especial o Porto de Aratu e a Refinaria de Mataripe. A escassez de papa-fumo na lama de Praia Grande se dá por conta da contaminação do mangue com hidrocarbonetos e metais pesados. Isto provoca uma contradição: é preciso expandir a área de busca do papa-fumo, mas à medida que se caminha, mais se aproxima à área da refinaria, onde a poluição é maior e nada garante maior quantidade de marisco. Isto provoca, a sua vez, em qualquer sujeito externo, de pronto, uma sensação pessimista: presenciar-se, talvez, diante da (im)possibilidade de existir no futuro.

Havia uma preocupação constante dos alunos da ACCS, da área de saúde, sobre o bem-estar das marisqueiras. Uma pessoa que havia ido à ilha diversas vezes me contou, durante uma travessia semanas antes, que a situação das comunidades diante da contaminação “era uma desgraça!”, pois, apesar de resistentes diante das desigualdades sociais, estas são frágeis diante da morte iminente pela contaminação por metais pesados e hidrocarbonetos. Essa pessoa retoma esse assunto, agora neste dia de atividades da ACCS, e a turma compartilha do pessimismo sobre as forças das comunidades de Ilha de Maré existirem.

É extremamente curioso, para mim, como se separaram e se entrelaçam, ao mesmo tempo, a morte social com a morte biológica. Este cenário aqui brevemente descrito é efeito do desenvolvimento (Ferguson, 1994), aquele “arranjo possível” que, de modo agora mais detalhado, coloniza, sintetiza, desconecta e despolitiza os humanos e outros que humanos. Melhor: trata-se de toda uma cadeia de contaminação que reconecta estes corpos, sujeitos e objetos sob o discurso do pessimismo.

A co-presença da maré, de mariscos, marisqueiras, estudantes, óleo bruto, metais pesados é aqui sentida deste modo específico, pessimista. As marisqueiras, contudo, ao mesmo tempo que correspondiam às preocupações dos alunos, afirmavam que era bom estar na maré, pois esse é um espaço de terapia marcado por relações de cuidado e atenção. A diferença entre estabelecer fissuras e quebras entre humanos e não humanos (como entes de essências completamente distintas), e não o estabelecer emergiu, sugiro, em termos de *afetos*: provocam, ali, uma variação da potência de agir (Deleuze, 1998). Chamo-os de afetos tristes aqueles que parecem impedir a ação e afetos alegres aquele conjunto de forças que produz a vontade de continuar a se encontrar com aquilo que se mistura bem com os seus corpos.

Como podem ocorrer práticas de envolvimento num local de desenvolvimento? Cobia questionar essa contradição imerso na Maré? Exponho esta ideia em tom de pergunta sobre a sensação de mariscar na proximidade dessa estrutura de exploração de petróleo para uma das marisqueiras. Essa responde que era algo ordinário, dá um sorriso tímido e vira o rosto em silêncio em direção ao mangue. Acompanho o desconforto da pergunta e retorno o rosto em direção à refinaria.

A pergunta não era bem-vinda ali. Além dos encontros provocados pela mariscagem mobilizarem outros afetos, a pergunta seguia a ignorar as formas de vida, a variação dos afetos, e se restringe em limitar a existência dessas comunidades ao pessimismo e à morte em torno da contaminação do petróleo. Em outras palavras, a pergunta promove os afetos tristes da contaminação e reduz Ilha de Maré como um local de sofrimento.

Após a atividade, vamos para a associação conversar sobre a experiência da mariscagem. A turma exalta o bem-estar compartilhado com as marisqueiras. Diferentemente das últimas visitas já ocorridas, na qual havia um clima de resignação, sempre atualizado pela pergunta retórica “eai, deu certo?”, fazendo referência a alguma ação de coleta, análise etc. de dados, Selma contesta, desta vez, afirmando que sim, “deu certo”, pois as atividades foram realizadas a partir da valorização das relações locais.

As marisqueiras afirmaram que vivem de acordo com o “o tempo da maré”, pois a mariscagem ocorre quando a maré quer. Assim, o que ocorre aqui é aquilo que Nego Bispo (2023) denomina de envolvimento, ou seja, viver conectado de maneira orgânica e circular com o ambiente. Naquela atividade, na Maré, fomos e somos afetados. Compartilhamos, para além das preocupações, a alegria das marisqueiras.

Cena da audiência

A sensibilidade produzida na relação cotidiana entre marisqueira e maré é capaz de se fazer presente em outros espaços? Esta questão é complexa. Coloca em risco a prática de mariscarem na Maré, pois flerta com a ideia de que ou a singularidade desta experiência não pode ser sentida fora do lugar, na acepção mais direta de um “espaço vivido e enraizado” (Escobar, p. 76, 2005), ou sua passagem para fora exigiria a estabilidade do que séculos de ciências sociais chamam “substância” (Latour, 1992). Vou correr este risco me colocando como exigência não enfraquecer a luta política travada neste contexto, décadas a fio.

O caso analisado aqui é a Audiência Pública sobre a Saúde das Pescadoras Artesanais e Marisqueiras. A audiência foi proposta por Eliete Paraguassu, marisqueira da comunidade Porto dos Cavalos, de Ilha de Maré, e primeira quilombola eleita vereadora no município de Salvador, com o propósito de discutir políticas públicas voltadas à valorização das relações ancestrais e do trabalho de pesca artesanal das comunidades tradicionais da Baía de Todos os Santos.

A audiência foi iniciada com um samba. O cantor, antes de iniciar uma música, diz: “[um] salve a marisqueira, salve o pescador, salve a música nossa, do nosso Recôncavo Baiano”, fala em seguida: “nossa música é música de luta. É nossa cor, nossa raça”. Os sambistas e dançarinas estavam à frente da bandeira azul do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) junto de cartilhas sobre saúde de pescadoras artesanais. Na plateia, as marisqueiras cantavam, acompanhavam o som, animavam umas às outras.

O samba termina e Eliete inicia as falas. Agradece a presença dos residentes, enaltece a importância das marisqueiras falarem por si, apontando para as experiências comuns com a maré. Durante a fala da vereadora a audiência era repleta de conversas paralelas. Até que passaram a fala para Regina Lopes, marisqueira da comunidade de Bananeiras, da Ilha de Maré, e levantaram para essa a placa de aviso de que haveria apenas um minuto de fala, então ela disse: “Infelizmente, é como eu estou me sentindo: como se eu tivesse apenas um minuto de vida”. Os demais começam a participar com gritos: “É verdade!”, “Eles são assim”, entre outros.

Cláudia, pescadora de Bom Jesus dos Passos, aponta em sequência a escassez de pescados e a necessidade de pescar além da comunidade provocado pelos poluentes bioquímicos e a expropriação de áreas de pesca e mariscagem por conta do avanço do turismo e imobiliárias:

Estamos pedindo socorro pro nosso mar [...] Esse é o Satanás que veio não sei da onde. É um faraó que veio pegar a gente, um faraó que veio destruir a nossa vida [...] Tá difícil, tá escoando a gente como... como os... como... é... os tubarões faz com os peixes menores, não é isso? Leva pra terra para comer, tá? Ele tá fazendo assim com a gente! (Cláudia, pescadora de Bom Jesus dos Passos, 2025).

Camile Serra, representante da Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador, questiona os representantes das instituições sanitárias atreladas aos aparatos governamentais, aos governantes, e aos pesquisadores da área de saúde. Depois desse questionamento, segue a fala sobre a necessidade de dados, sobretudo relacionados aos impactos físicos e psicológicos nas atividades pescaria artesanal das marisqueiras, à tomada política:

Eu preciso ter números para pensar em ações [...] a gente precisa ter números para fazer algo. A gente precisa de dados para dizer: ‘Olha, eu preciso, eu preciso ir ali’. É prioritário, é prevalente, é recorrente. E a ausência de números também diz alguma coisa e a gente precisa pensar o porquê (Camile, servidora pública, 2025).

Reencontramos o pessimismo. Talvez não seja o mesmo, mas certamente não um alheio à experiência de estar na Maré.

Anteriormente à fala de Regina, Eliete reflete acerca da chegada de Paulo Pena, professor aposentado de medicina da UFBA, à Ilha de Maré.⁴ Eliete conta que, tempos atrás, provocou e convidou o professor para ir no mangue conhecer o dia a dia da comunidade. Este, à época, atendeu ao chamado, confessando, segundo a narrativa daquela liderança, que tal evento resultou numa aliança perene entre o pesquisador e a Maré com foco na discussão de políticas acerca da saúde das pescadoras e marisqueiras. O mangue, pode-se sugerir, gera essa mudança ao passo que afeta as ações do convidado não só quando acontece, mas para além, chegando aos espaços onde este atua, onde sua presença é conclamada. Sua atuação se expande da pesquisa para a política.

4 Não sei, infelizmente, há quanto tempo esta relação se estreitou, o que, confesso, seria muito importante para esta parte da análise.

Ao passo que a “maré” é convocada para o âmbito político a partir da sua existência material e relacional com os mundos, esta emerge como Maré, um objeto controverso que vai além dos modos institucionalizados de identificação e nega a separação entre natureza e cultura na ciência e na política. Desse modo, a maré desestabiliza o lugar de enunciação enquanto um ator e questão política além do humano (De la Cadena, 2019).

Reencontramos a alegria. Talvez não seja a mesma, mas certamente não uma alheia à experiência de estar na Maré.

As comunidades pesqueiras, ao mobilizarem o envolvimento para com os outros que humanos nos conflitos ambientais, expressam práticas ontológicas diferentes e recolocam os problemas para ambos os mundos de um modo imprevisto para cada um a partir do contraste entre esses mesmos mundos (Stengers, 2010; Fleury, 2013). Se, no curto espaço deste ensaio, não posso demonstrar cabalmente a força dos afetos, tampouco há qualquer razão para não lhes dar maior atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cena da mariscagem aponta para o fato de que a exploração de petróleo, ao atravessar as relações entre marisqueira e marisco e, simultaneamente, afetar com tristeza e alegria a marisqueira a partir do questionamento que evoca a refinaria em sua ideia e em seus efeitos práticos, modifica as formas das comunidades pesqueiras em lidar cotidianamente com a contaminação e a mariscagem. Mais: modifica, quiçá, a relação daqueles que vem de fora, convocando-os para além de seus espaços habituais de atuação.

As sensibilidades produzidas em torno do convívio cotidiano com a exploração do petróleo não se reduzem numa resignação ou pessimismo, ao contrário, as comunidades perseveram ao evocar os envolvimento (Bispo, 2023) e vida em Ilha de Maré. Os afetos podem ser uma pista importante a seguir.

O conflito ambiental assume, desse modo, uma carga política existencial. O envolvimento com a maré e os afetos incorporados fundamentam as formas de lidar com a contaminação. Há uma prática singular de fazer política por meio de redes de fortalecimento entre as comunidades pesqueiras provocados pelos afetos em estar na maré e na Maré, e em se encontrar com o marisco, em o levar e o representar em outros espaços, ou seja, é no contato sensível com o mangue e os mariscos que há um outro modo de fazer política que capaz de desconfiar do “arranjo possível”.

REFERÊNCIAS

BISPO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Diário de um retorno ao país natal**. São Paulo: Ed. USP, 2012.

DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais 16 para além da “política”. Maloca: **Revista de Estudos Indígenas**, v. 2, p.e019011-e019011, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)**. Fortaleza: Editora EdUECE, 2019.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), São Paulo, Brasil, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005.

FERGUSON, James. **Anti-politics machine: Development, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho**. U. of Minnesota Press, 1994.

FLEURY, Lorena Cândido. Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. **Tese de Doutorado** (PPGS/UFRGS), 2013.

LATOUR, Bruno. One more turn after the social turn: Easing science studies into the non-modern world. **The social dimensions of science**, v. 292, p. 272-94, 1992.

RÊGO, Jussara Cristina Vasconcelos. **Ilha de Maré vista de dentro: um olhar a partir da comunidade de Bananeiras/Salvador-BA**. 2018.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

_____. A proposição cosmopolítica. **Revista do instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 442-464, 2018.

Cosmopolítica do carbono

uma outra política é possível

Simone Benevento Mota¹
Viviane Fernandez de Oliveira²

A INTERVENÇÃO

Onde há canto indígena, há vida resistindo.

APIB

Se o carbono, elemento da vida (LEVI, 1994) e símbolo da crise civilizatória contemporânea, tornou-se o eixo em torno do qual se condensam as contradições do capitalismo, as promessas de progresso e da catástrofe climática, os movimentos sociais com suas campanhas, como “A resposta somos nós!”, também reivindicam este elemento para a luta e reformulam seus sentidos e lógicas. Se antes a neutralização da crítica se re-apropriava dos termos utilizados pelos movimentos sociais para submetê-los aos seus interesses, o que pode suceder quando o inverso acontece? Quais arranjos políticos podem emergir dessa reivindicação? E se eles hesitarem diante do teatro de operações das respostas urgentes da governança climática? Será que esta intervenção não revela que há algo de mais importante no ar? Acreditamos que este movimento de captura do carbono como um aliado da luta por justiça climática e em defesa da vida, que desafia “o arranjo possível”, pode exigir uma nova forma de política, que se abra

1 Bacharel em Ciência Ambiental (UFF), Doutoranda em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGMA/UERJ). E-mail: simonebenevento@id.uff.br

2 Doutora em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGMA/UERJ), Professora Adjunta do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense (UFF) e colaboradora do PPGMA/ UERJ. E-mail: vivianefernandez@id.uff.br

a escuta de cosmos divergentes, em igualdade³, tecendo, assim, uma cosmopolítica do carbono.

Partindo dessa reflexão, este ensaio interroga se o carbono pode, paradoxalmente, ser reapropriado como aliado na luta por justiça climática e em defesa da vida (condições de habitabilidade) pelos movimentos sociais. A hipótese é que, ao emergir nas disputas contemporâneas, o carbono deixa de ser apenas um artefato técnico-científico da governança climática e passa a atuar como mediador entre mundos divergentes, um operador cosmopolítico capaz de reunir humanos e não humanos, territórios e saberes, em torno da manutenção das condições da habitabilidade terrestre, anunciando que a recusa aos “arranjos possíveis”, o esperado, a lógica da produção, pode desacelerar o jogo político vigente.

Esta intervenção pretende deslocar o carbono de sua posição habitual nas políticas climáticas, de simples métrica, para transformá-lo em um ator relacional, capaz de participar das lutas e enlaça-las, criando alianças que atravessam os movimentos socioambientais, dos povos da floresta aos dos territórios e dos centros urbanos. Aceitar esse deslocamento implica reconhecer que o carbono não é apenas matéria, é também narrativa, símbolo, mediação, dispositivo de governo e, sobretudo, objeto de disputa entre cosmos heterogêneos.

O SUSSURRO

A cosmopolítica do carbono é este encontro de cosmos divergentes que se enlaçam pelo carbono. Cosmos tão diferentes quanto as suas redes de traduções e composições (LATOURE, 2016). Uma com suas redes extensas, cheias de desvios em uma busca infinita pelo progresso e desenvolvimento. A outra, com um entrelaçamento em redes relacionais profundas, de ciclos de composições, vínculos e envolvimentos, em busca de comunidade e fruição da vida (KRENAK, 2020). O prolongamento dessas redes, cada vez mais extensas, se dá através do afinamento do mundo (DEBAISE, STENGERS, 2022), da sua

³ Segundo Isabelle Stengers (2018) o cosmos na cosmopolítica é “um operador de igualdade”, mas essa igualdade não significa dizer que as partes têm “igualmente o mesmo direito de voz”, vai muito além. As partes devem estar comprometidas entre si, verdadeiramente presentes, enlaçadas e dispostas a negociar, de tal modo que qualquer decisão só seja elencada após a consideração de suas consequências, de forma minuciosa, sem pressa, sem opacidade, tem que doer em todas as partes, ou seja, aquilo que importa para um tem que ter o mesmo peso real do que conta para o outro. Se para os movimentos sociais o carbono é vida, manutenção das condições de habitabilidade, e para a governança do clima o carbono é mercadoria, a manutenção das condições de produção, temos um encontro de visões heterogêneas que precisam ser negociadas com o mesmo peso de igualdade, sem “e portanto...” (STENGERS, 2018, p. 464). Assim, “todos devem estar presentes de um modo que confira à decisão o seu grau máximo de dificuldade, que proíba qualquer atalho, qualquer simplificação, qualquer diferenciação a priori entre aquilo que conta e aquilo que não conta” (STENGERS, 2018, p. 463).

apreensão e desencanto, o mundo dos desvios e traduções, produzindo abstrações confiáveis e escaláveis (TSING, 2022), sendo a ciência a voz ativa que orienta as decisões políticas e econômicas. Por outro lado, há um espessamento do mundo (DEBAISE, STENGERS, 2022), uma multiplicidade de relações e conexões, sem traduções e capturas, o mundo do encantamento, do envolvimento, da manutenção dos ciclos da vida e da confiança.

Assim, o carbono, elemento da vida, surge como o elo que conecta esses cosmos divergentes. Se para um ele é a expressão da vida, da fruição, da co-elaboração de cosmos, para o outro é mercadoria, é o elemento do discurso apocalíptico, do futuro roto que sela possibilidades de outras saídas que não as da governança e das ruínas (TSING, 2022).

Quais transformações políticas podem ocorrer quando esses cosmos se confrontam usando a mesma linguagem, a do carbono? Quais mudanças podem ocorrer quando o que está em jogo é a fruição da vida? O que ocorre quando os movimentos sociais dos povos e comunidades tradicionais reivindicam o carbono como um ser da sociobiodiversidade? Essa torção no sentido habitual do carbono, mercadoria-externalidade para um ser relacional, será capaz de operar uma abertura cosmopolítica? Quais futuros arranjos climáticos (políticos, econômicos, sociais, geopolíticos) podemos imaginar diante desta abertura cosmopolítica?

Um sussurro novo reverbera no horizonte das mudanças climáticas. No palco iluminado da 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), em Belém, os movimentos sociais dos povos tradicionais, do Brasil e do Mundo, se uniram reivindicando uma outra saída possível para a encruzilhada climática que a modernidade construiu. Eles se articularam e engendraram a proposta entoada em corações e peitos plenos: “A RESPOSTA SOMOS NÓS!”.

Seus territórios e maretórios não são estoques de carbono nos termos colocados pela política econômica de mitigação das mudanças climáticas. Se há abundância de carbono estocado é porque há um outro modo de se relacionar e habitar o mundo, há uma outra política sendo tecida nesses territórios. Não é estoque, é relação, é composição de mundo, é uma política relacional.

Esses territórios e maretórios são as últimas fronteiras habitadas por cosmos em que a lógica moderna não opera sentidos dominantes. Um mundo onde a confiança na fruição da vida é a lógica que sustenta o mundo e os modos de vida. Um mundo de abundância que precisa entrar na lógica do mercado para sustentar o cosmos ocidental. Mas se eles subvertem a lógica e apontam que o elemento que sofreu todo tipo de provas, que foi colocado sob desconfiança até se tornar a abstração científica que orienta as decisões políticas e econômicas, é, também, o resultado do modo de vida deles?

Assim, elencando o carbono como um aliado, eles afirmam que seus modos de vida são inegociáveis e que neles estão contidas as práticas e os conhecimentos que possibilitam outras alternativas às mudanças climáticas. Alternativas essas que fogem à lógica das alternativas infernais (PIGNARRE, STENGERS, 2005) - Ah!, em nome da necessidade de mitigar os efeitos das mudanças climáticas precisamos que vocês abram mão do modo de vida de vocês e aceitem ser guardiões do carbono segundo os nossos critérios. Não mais! A resposta somos nós! Assim eles afirmam que não aceitaremos que as decisões políticas-econômicas da governança climática sejam tomadas sem a nossa presença, sem que tenhamos participação com poder de decisão em caráter igualitário, isso é a cosmopolítica do carbono.

O sussurro evocado no coração da Amazônia agora passará a reverberar nas decisões políticas-econômicas da governança climática daqui em diante? A captura do carbono como um aliado dos movimentos sociais dos povos tradicionais será capaz de inundar a política com

ideias que propiciem a manutenção das condições de habitabilidade terrestre e da vida em detrimento das condições de produção?

Se:

Importam as matérias que usamos para pensar outras matérias; importam as histórias que contamos para contar outras histórias. Importa quais nós amarram nós, quais pensamentos pensam pensamentos, quais descrições descrevem descrições, quais laços enlaçam laços. Importa quais histórias produzem mundos, quais mundos produzem histórias (HARAWAY, 2023, p. 27).

Acreditamos que pensar o carbono como um aliado dos movimentos sociais dos povos tradicionais e dos terranos, como um ser da sociobiodiversidade, como um mantenedor das condições de habitabilidade terrestre e da vida, pode abrir um interstício, uma fenda, uma alternativa comunal, que sussurre que uma outra política é possível!

REFERÊNCIAS

DEBAISE, Didier; STENGERS, Isabelle. An ecology of trust? Consenting to a pluralist universe. **The Sociological Review Monographs**. Vol. 70(2). 402 – 415 pp, 2022.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2016.

LEVI, Primo. **A tabela periódica**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema: fazer parentes do Chthuluceno**. Traduzido por Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. **La sorcellerie capitaliste: Pratiques de désenvoûtement**. Paris: Éditions La Découverte dans la collection, 2005.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo**. Traduzido por Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022.

O que as placas (des)dizem? reflexões acerca das placas de demarcação territorial nos Territórios Indígenas do sul da Bahia

Alice Alves de Carvalho¹

As reflexões das quais esse texto se deriva começam em setembro de 2024, na XIV Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal (PNMP), localizado no Território Indígena (TI) de Barra Velha, município de Porto Seguro (território-identidade Costa do Descobrimento) e foram estimuladas nas saídas de campo subsequentes para essa região. Essa viagem seria minha primeira vez na TI Barra Velha, a qual voltei uma vez mais depois desse dia, e marcou o início do meu processo de pesquisa junto ao povo Pataxó.² Trata-se de uma breve vinheta de inspiração etnográfica (Strathern, 2002) imiscuída a uma especulação analítica.

Nessa reunião, estavam presentes as pessoas que representavam as instâncias que compartilham daquele território, desde os gestores do parque, representantes da Veracel (empresa de celulose) e os caciques de cada aldeia inserida nos limites do PNMP. A configuração do Conselho Consultivo do parque é bastante diversificada, tendo em vista não só o estipulado pela lei³, como também o fato desta Unidade de Conservação (UC) ter 100% de seu território sobreposto à TI Barra Velha, ou seja: todo o território do parque está dentro da TI

¹ Graduada em Ciências Sociais. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais - NUCLEAR (UFBA).

² Esta pesquisa, no âmbito do mestrado, segue na Terra Indígena Comexatibá, no município de Prado, extremo-sul da Bahia e se dirige ao mosaico de co-habitação deste território, que contém e excede referida TI.

³ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e Decreto nº 4.340, de 2002 estabelecem a obrigatoriedade da criação de conselhos gestores nas UCs e que funcionem como um espaço de gestão participativa com os agentes envolvidos.

Barra Velha. Nesta há 26 aldeias registradas, possuindo, aproximadamente, 6.500 indígenas. Possui 52 mil hectares e, destes, compartilha 22 mil com o parque, mas apenas 8.000 hectares, aproximadamente, são homologados⁴.

⁴ Decreto Federal nº 396, de 24 de dezembro de 1991.

Neste viés, é importante salientar que tanto o Parque quanto a TI estão em processo de expansão. Enquanto a primeira depende de Decreto Presidencial e passa por uma série de estudos instados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) indicando a relevância biológica do lugar, a segunda é homologada pelo Ministério da Justiça e depende de achados arqueológicos e estudos antropológicos, instados, estes, pelos próprios indígenas. Nesta reunião, a gestora do parque pontuou que o processo de ampliação da UC pretende abarcar, futuramente, todos os 52 mil hectares de terra indígena, o que não passou despercebido na reunião.

A discussão desembocou, no final da reunião, na existência e na ausência de placas de sinalização. O que ocorreu foi que o ICMBio colocou algumas placas nos limites do território para sinalizar que aquela era uma área federal correspondente a um parque nacional. Acontece que uma liderança indígena presente demonstrou insatisfação com esta marcação, uma vez que, segundo eles, estas indicam que ali é um território federal e não, também (ou primeiro), uma terra indígena, ao que outras lideranças concordaram. Ao fim dessa discussão ficou acordado que uma movimentação seria feita para que a FUNAI fornecesse placas que sinalizassem a existência de uma terra indígena naqueles limites territoriais.

Aqui se torna necessário uma breve explanação acerca da relação do PNMP com os indígenas Pataxó, as relações de ambos com o território e quando suas histórias se cruzam. A discussão envolvendo as placas excede a legislação, a institucionalidade, o poder. Está inserida em um todo maior na história daquele território e de seus conflitos.

A HISTÓRIA PASSA, O ACONTECIMENTO NÃO

A história de surgimento do Parque Nacional do Monte Pascoal se inicia, apesar de sua implantação efetiva em 1961, na década de 40, com os ideais nacionalistas do governo de Getúlio Vargas. A fim de construir uma específica ideia de Brasil, principalmente para vender para o exterior, começa-se uma intensa preocupação em preservar o que se entendia como brasileiro, por meio de uma interpretação idílica do país. Com objetivo de “rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil, preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas, conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que possam desenvolver o turismo” (Carvalho, 2009, p.508) se cria em abril de 1943 um decreto pelo estado da Bahia criando o Parque Nacional do Monte Pascoal. O decreto continha um artigo (Art. 4º do Decreto- Lei nº 12.729) que determinaria muito da história do povo Pataxó de Barra Velha daquele momento em diante, uma vez que permitia ao governo desapropriar terras “pertencentes a terceiros” e que fizesse parte da área demarcada do parque.

Campos (2016) apresenta como a implantação do parque afetou os indígenas Pataxó, com a expulsão de muitas pessoas do território, a proibição das roças, principalmente das roças de mandioca, alimento crucial para o modo de vida Pataxó, a proibição da caça, etc. A chegada do parque afetou, então, o que Little chama de “cosmografia” de um grupo, que diz respeito aos “(...) saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente situados que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (p. 254).

Carvalho (2009) denota como as medições da área do PNMP foram feitas com a ajuda dos indígenas ao passo que era dito a eles que as medições seriam para os beneficiar sendo que, depois de todo o trabalho feito, lhes foi dito que seria para usufruto do governo. Por meio do artigo 4º do decreto supracitado, os Pataxó foram expulsos daquela área e “transferidos” para uma região de aproximadamente 100 hectares,

sendo que grande parte dessa era de terreno arenoso, lagoa e mangues, limitando a manutenção dos modos de vida Pataxó, principalmente por não obterem terreno propício para suas plantações.

Em 1991, porém, acontece a homologação da TI Barra Velha. A contragosto das comunidades indígenas, apenas 8.627 hectares foram demarcados e homologados pelo Decreto 396 (24/12/91) da Presidência da República (FUNAI, 1991; Sampaio, 1996 apud Carvalho 2009). A partir dessa data, a reivindicação dos indígenas daquela região diz respeito ao fato de que, segundo eles, a área homologada é radicalmente menor do que suas áreas de ocupação tradicional, medidas, inclusive, anteriormente no processo de implantação do parque. Em 1999, então, avisando as autoridades governamentais, retomam à área do parque: “a recuperação do Parque havia recobrado a autoestima e a confiança dos Pataxó, e os impeliria a realizar sucessivas retomadas de porções do território, de onde foram, em distintos períodos históricos, expelidos” (Carvalho, 2009, p.518).

Nesse sentido, percebe-se como a história da relação do PNMP com a TI Barra Velha nasce por meio de um conflito que envolve a expulsão e expropriação de Terra Indígena daquele território e que, consequentemente, colaborou para a dispersão dos Pataxó⁵.

A partir desse breve contexto acerca da relação da UC e a TI é possível especular que a discussão envolvendo as placas, suscitada naquela reunião, diz muito mais do que a simples presença ou a ausência da placa em si. Parto do pressuposto de que as placas possuem agência, ou seja, possuem a capacidade mobilizadora necessária para movimentar outros agentes (Latour, 2008), e, com isso, encapsulam, condensam e transformam esta longa história - aqui sumariamente contada - em um acontecimento (Deleuze, 2015) isto é, um processo que vai-e-vem, se atualiza, se desdobra e cujo sentido não é dado, mas produzido em um momento, em uma conformidade específica.

⁵ O acontecimento é visto pelo povo Pataxó como um processo que enfraqueceu as relações sociais dos indígenas, uma vez que dispersos, acabaram se “misturando” com pessoas não indígenas o que, segundo eles, gerou um enfraquecimento da etnia (Carvalho, 2009).

Eu poderia me delongar sobre o surgimento do que entendemos como sendo uma ‘placa’, mais ou menos como fez Latour com as portas (1995), mas detenho-me em indicar apenas sua sugestão de, como regra geral, imaginar o que os outros humanos (ou não-humanos) teriam que fazer se esse objeto não estivesse ali. Segundo ele, essa substituição imaginária denota a função de um personagem, aqui, as placas. Pensando por esse caminho, as placas poderiam substituir pessoas que, a cada x quilômetros, determinados previamente, anunciariam, avisariam, nomeariam etc. aquilo que a placa está indicando. O que convém questionar a partir disso, porém, é o *quê*, no contexto das placas nos limites do território do parque que é também o território indígena, essa placa nomeia, avisa, anuncia? Como pessoas, a gestão dessa UC continua agindo *por meio* da placa implementada. Qual o sentido dessa ação?

Os objetos podem ser projetados para substituir a ação humana, mas também para modelar, talvez restringir essas ações. De certa maneira, o questionamento colocado pela liderança indígena à gestora do parque naquela reunião remete a isso: qual o interesse em se ter uma placa que anuncie que aquele é um território pertencente a uma unidade de conservação ambiental e, portanto, deve ter seus limites respeitados e não por ser uma terra indígena?

Certos objetivos políticos logram êxito por meio do emprego de técnicas e tecnologias. As diferenciações entre esses elementos, humanos, não-humanos, pessoas e tecnologias etc., entretanto, são menos interessantes quando se pensa na associação “do todo” em um momento, em um contexto específico quando um evento acontece. Este evento é, aqui, o retorno do colonizador. As placas dizem aquilo que foi dito, uma e outra vez: ali, na costa baiana, o território tem um dono. Importa menos se antes era a coroa portuguesa e agora é o Estado; importa menos se o modelo, antes, era a *plantation* e agora é conservação. Na verdade, as placas excluem. É como se fosse 1502 outra vez e as populações indígenas fossem esquecidas, diminuídas, expropriadas.

ARTEFATOS E O PROBLEMA COSMOPOLÍTICO

Eis o sentido, o interesse, o problema que é ali denunciado; e esse problema é cosmopolítico. O cosmo é o prefixo que não se refere a um mundo dado, mas à necessidade de desacelerar o entendimento de que existem mundos dados, logo, desacelerar a política dos mundos. Importa menos, assim, a atitude, bastante colonial (Castro-Gomes, 2007), de propor ações e intervenções desde o lugar de autoridade do conhecimento científico universitário e/ou acadêmico; salienta a necessidade de articulação não em torno às boas soluções, mas a boa colocação de problemas. Trata-se, antes, de fabricar, em conjunto com aqueles concernidos ou implicados por um acontecimento, as condições de herdar este acontecimento: o que tal situação exige para que uma outra ação possa ser tomada? O lugar científico da produção de conhecimento (dentre outras coisas) decorre daí e não o inverso.

Se se entende a política como uma função (Stengers, 2014), um problema que pode gerar inclusão ou exclusão a partir do momento em que a define, nós não sabemos *como* fazer essa função, uma vez que aquilo que fica de “fora” da escolha política pode, de diversas maneiras, retornar e reivindicar esse lugar. A partir daí o problema deixa de ser somente político e se torna metafísico: como contar aquilo que conta? E o que não conta?

Esse é o problema cosmopolítico das placas. Apesar de terem ficado de “fora” da decisão política, elas agora excluem e fazem lembrar de que estão ali. E, no que tange a essas associações, o que isso pode dizer sobre as relações de alianças e negociações entre humanos, por exemplo? Quando questionada sobre a questão da placa pela liderança indígena, a gestora do parque acolheu a demanda e, junto ao representante da FUNAI que também estava presente, se comprometeram a implantar uma placa que informasse que aquele território também se trata de uma terra indígena. Nesse sentido, a placa representa uma negociação entre o PND e a TI que se dá historicamente e que tem, naquela reunião, um novo desdobramento.

Para além deste episódio das placas em Barra Velha, podemos pensar nas placas de autodemarcação. A Terra Indígena Comexatibá, também território pataxó e próximo à Barra Velha, está, desde os anos 2000, em um processo de retomada contínuo de seu território⁶ e obteve, finalmente, sua demarcação em 2025⁷. A retomada é também uma ação “dentro do acontecimento”. Trata-se de “ocupar de volta” espaços de terra que serviam, historicamente, ao abrigo das populações pataxós. Mais do que isso, trata-se de investir política e ontologicamente no modo de vida destas comunidades. Mas qual seria o lugar das placas de autodemarcação nesse processo territorial tão importante na história dos Pataxó?

⁶ Para saber mais sobre esse processo, ler o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatibá (Cahy-Pequi). (SOTTO-MAIOR, Leila S. B.; GAIA, S. B. 2013).

⁷ Portaria nº 1073/2025, publicada em 17/11/2025.

É comum que após retomar uma determinada área, os indígenas coloquem uma placa, geralmente com a palavra “autodemarcação”, seguida de algumas outras informações, como o nome da aldeia, da terra indígena etc. Fazendo o exercício de Latour de pensar a função prática do objeto, pode-se afirmar que a placa deseja avisar a quem quer que entre a partir dali (ultrapassar a marca da placa) que aquela terra pertence a alguém. Porém, pensando além do uso imediato do objeto, as perguntas poderiam ser outras: a quem se deseja avisar o pertencimento da terra e por quê? Por que não somente retomar fisicamente um determinado “espaço” é necessário, mas também anunciar, por meio da placa, que se retomou?



(Foto tirada pela autora em 15/02/2025. Na placa central está escrito “Autodemarcação da TI Comexatibá” e em cima “proibida a compra e venda de terras indígenas, art 231/232”).

Nesse sentido, as placas aqui estão desempenhando uma outra função, a de demarcação e, assim, poderia-se dizer que elas são “boas” para os indígenas porque estão, agora, favorecendo-os? Mas essas não estariam sendo marcas do colonizador da mesma forma, servindo para excluir ou incluir?

Blaser e De La Cadena (2021), a partir do debate do cercamento de terras “comuns”, analisam a noção de comunalidade para além da materialidade das terras, e desenvolvem o conceito de “incomuns”. As terras são apresentadas pelo Estado ou corporações como bens comuns da nação com a intenção de se apropriar desses espaços para implantar projetos que tem como foco o “desenvolvimento” econômico e esse seria um bem comum nacional. Os comuns são vistos como depósito de recursos naturais para a nação, em detrimento das vidas heterogêneas nas quais essa divisão entre natureza e sociedade e entre humanos e não humanos (como os rios e as matas) não se aplicam. Os autores nomeiam essa condição de incomuns, um “processo de divergência contínuo” e questionam esse mundo compartilhado e de bens comuns que o Estado defende.

De maneira diferente, mas que se convergem, os argumentos utilizados pelas Unidades de Conservação também lançam mão da noção do bem comum na defesa da preservação de uma “natureza”. É o que Blaser e De La Cadena chamam de “o paradoxo da convergência conceitual”, porque, enquanto o Estado com vistas à exploração extrativista argumenta em busca do bem comum nacional, as UCs, visando a conservação ambiental, também reclamam a esse bem comum. Para o povo Pataxó, por sua vez, a mata se difere de ambas as ontologias; a mata são eles e esses são a mata. Aqui, a natureza não é recurso e tampouco distante do que os compõem como humanos. É nesse sentido que os autores defendem os incomuns: ainda que advenha da discussão territorial de espaços comuns, contrapondo à lógica territorial do cercamento, vai além da questão territorial e geográfica, pois se trata de uma ontologia que se diverge.

Diante disso, os autores sugerem “tornar incomum” o “fazer comum”, ou seja, fazer com que cada domínio (como o parque e o povo indígena) apresente suas próprias “coisas” incomuns no processo do “fazer comum”; em um processo de divergência contínuo. Afinal, como pressupor que as placas colocadas, uma pelo parque e outra pelos próprios indígenas possam configurar uma mesma necessidade de demarcação, de limite de uma ‘terra’, uma vez que essa mesma noção é, na verdade, diferente para cada domínio?

A partir disso, é possível argumentar segundo Viveiros de Castro (2015), que entende esse processo a partir do que ele conceitua como “equivocação controlada”: Uma ideia que alerta para o fato de que, talvez, o convívio (com ou sem conflitos) se dê justamente pelo entendimento radicalmente diferente do que é um território, o ambiente, a terra. Esse equívoco, entretanto, se torna controlado quando essas perspectivas, comunicando mundos diferentes e mantendo suas diferenças, conseguem formular políticas (De la Cadena, 2019). O equívoco controlado sugere maneiras de alianças entre mundos serem estabelecidas, sem que um mundo anule o outro, coexistindo as diferenças.

Blaser e De La Cadena (2021), a partir do conceito de Viveiros de Castro, argumentam que são esses equívocos que fazem ser possível a construção de um “fazer comum”, sem que o papel dos incomuns seja negado, o que acontece quando uma assimetria de poder (ou de mundos) resolve os conflitos de maneira unilateral.

Nesse sentido, seriam as placas de autodemarcação colocadas pelos indígenas também uma marca da colonização ou fazem parte do processo de “fazer comum”? Se assim o for, no caso das placas, os incomuns estariam sustentando os comuns? Quais relações são capazes de acontecer entre os comuns e os incomuns? Será que as alianças que já acontecem (como as negociações entre a TI e o PND no caso das placas) apenas se dão porque esses equívocos ontológicos não são esclarecidos?

REFERÊNCIAS

- BLASER, Mario; CADENA, Marisol de la. Os incomuns. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 15, p. 74-83, dez. 2021.
- CAMPOS, Marilena A. de Arruda. Na roça com os Pataxó: uma etnografia multiespécie da mandioca na aldeia Barra Velha do Monte Pascoal, sul da Bahia. Piracicaba, 2016. 250 p. **Tese** (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, 2016.
- CARVALHO, Maria do Rosário. O monte pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 507-521, Set./Dez. 2009.
- CASTRO-GOMES, Santiago. Descolonizar la universidad: la hibris del punto zero y el diálogo de saberes. In: GROSGUJEL, Ramón; CASTRO-GOMES, Santiago. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epidémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del hombre editores, p.79-92, 2007.
- DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da política. 2010. Traduzido por: Lucas da Costa Maciel e Fernanda Borges Henrique. **Maloca Revista de Estudos Indígenas**. Campinas, SP. v. 2. p. 1 - 37. 2019.
- DELEUZE, G. e Guattari, F. “Maio de 68 não ocorreu”. **Revista Trágica: Estudos de Filosofia da Imanência**, vol 8 – número 1 – 1ºquadrimestre, 2015.
- LATOUR, B. **Reensablar lo Social: una introducción a la teoría del actor-red**. Manantial: Buenos Aires. 2008.
- LATOUR, B. ‘Do objects have history? A meeting between Pasteur and Whitehead in a lactice acid bath’. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, II (1), 7-26 Mar-Jun. 1995.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, **Série Antropologia**, 322, UnB, 2002.
- SOTTO-MAIOR, Leila S. B.; GAIA, S. B. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatibá (Cahy-Pequi)**. Funai, Brasília, 2013.

STENGERS, Isabelle. “La Propuesta Cosmopolítica”. **Revista Pléyade**, 14, p. 17-41, 2014.

STRATHERN, Marilyn. “Foreword: not giving the game away”. In: André Gingrich, & Richard Fox (orgs.), **Anthropology, by comparison**. London: Routledge, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Deslocamentos

do Tempo

Clastres, Rivera Cusicanqui e Bispo dos Santos em Diálogo

Isabela de Oliveira Brasil¹

A crítica às narrativas lineares da história e à ideia de progresso constitui um relevante ponto de inflexão nas ciências humanas. Autores como Pierre Clastres (2003), Silvia Rivera Cusicanqui (2010) e Antonio Bispo dos Santos (2023) tensionam os próprios fundamentos do pensamento moderno, ao desvincular tempo, evolução e poder. Embora inscritos em diferentes tradições, convergem na recusa à teleologia histórica que organiza tanto a antropologia quanto as narrativas da modernidade ocidental, aquelas que, fundadas na experiência europeia, converteram o tempo em medida de civilização e poder.

Cada um à sua maneira, esses autores concebem o tempo não como linha de progresso, mas como movimento de retorno e reatualização. Em Santos (2023), o princípio “começo, meio e começo” (p. 66) nomeia uma dinâmica de reciprocidade e restituição, em que tudo o que se recebe deve retornar à origem. Rivera Cusicanqui (2010) propõe uma visão espiralada do tempo, na qual o passado se mantém ativo nas práticas *abigarradas*² que resistem à colonialidade. Clastres (2003), por sua vez, ao negar a narrativa evolucionista da política, mostra que as chamadas sociedades “sem Estado” não pertencem ao passado da humanidade, mas instauram outra contemporaneidade.

¹ Mestra em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica (LACT/UnB). Atua nas interfaces entre antropologia da técnica, meio ambiente e comunidades tradicionais. Desenvolve pesquisas com pescadores artesanais e caiçaras do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro, com foco em saberes sociotécnicos, Unidades de Conservação e transformações ambientais. E-mail: isabelabrasuca@gmail.com

² O termo *abigarrado*, retomado por Rivera Cusicanqui a partir de René Zavaleta, caracteriza a coexistência de diferenças em espaços e temporalidades, em que os elementos distintos permanecem identificáveis mesmo quando próximos, indicando uma habitação das contradições em vez de uma mera mistura ou hibridização (AMORMINO, 2024, p. 4)

Nesse sentido, este ensaio se propõe a refletir sobre as temporalidades não lineares como fundamento de uma crítica à colonialidade da história e do poder. Ao articular as formulações de tais autores, busca-se evidenciar como, em suas obras, o tempo aparece como campo de disputa e como possibilidade de pensar outras formas de presença, nas quais o passado não é superado, mas continuamente refeito no presente. Tal concepção temporal — circular, espiralada ou antilinear — desloca o centro de gravidade da análise: mais do que explicar as sociedades por esquemas prévios do pensamento ocidental, trata-se de pensar o tempo e o poder a partir das formas de vida que se refazem em seu próprio ritmo de recomeço.

A crítica à linearidade temporal encontra, na história da antropologia, uma de suas expressões mais persistentes. A disciplina que se propôs a compreender a alteridade acabou, em grande medida, por organizar essa diversidade segundo a mesma lógica de desenvolvimento que orienta a narrativa moderna da história: sociedades e culturas eram avaliadas em relação a um modelo “civilizado” — o do Ocidente —, naturalizando hierarquias temporais e culturais. Ao mobilizar o evolucionismo como lente para analisar diferentes culturas, propondo uma escala única de desenvolvimento humano — do “primitivo” ao “civilizado”, da ausência de Estado ao Estado plenamente constituído —, transformou diferenças em gradações, consolidando uma hierarquização sistemática. É essa estrutura, que confunde diversidade com incompletude e traduz alteridade em atraso, que Clastres problematiza em *Copérnico e os Selvagens* (2003).

Ao analisar como a antropologia ocidental interpreta as sociedades ditas “sem Estado”, Clastres mostra que o olhar científico tende a traduzir a alteridade em termos familiares, avaliando o outro a partir do modelo ocidental. Essa perspectiva não apenas distorce as sociedades estudadas, mas naturaliza o Ocidente como destino inevitável da humanidade, revelando um etnocentrismo persistente na disciplina. Inserido no paradigma evolucionista, o discurso antropológico estruturou-se como ciência classificatória, comparando diferenças e

buscando traços universais em instituições como religião ou arte para ordenar as formas de vida segundo graus de desenvolvimento. Tal impulso classificatório, articulado à fé moderna no progresso, refletia a tentativa de afirmar a antropologia como ciência autônoma, distinta da filosofia e da teologia. Dessa forma, Clastres, por meio do que denomina uma “arqueologia da linguagem” (p. 29), examina os sentidos subjacentes a esse discurso, interrogando o uso de termos como “embrionário”, “nascente” ou “pouco desenvolvido” e revelando a lógica hierárquica que orienta a leitura das sociedades.

Ao rastrear tais expressões, evidencia-se que elas não são neutras: por trás do vocabulário aparentemente descritivo opera uma lógica que diferencia e ordena as sociedades humanas. O recurso a termos biológicos ou a metáforas de “etapas” de desenvolvimento sugere implicitamente que a evolução segue um curso fixo e que o modelo ocidental seria a forma ideal de organização social. Nesse ponto, o autor identifica a persistência de uma convicção latente: de que a história teria um único sentido e de que as sociedades sem Estado ocupariam estágios anteriores àquilo que já teríamos superado. Conforme se verifica:

O biologismo da expressão não é senão a máscara furtiva da velha convicção ocidental, muitas vezes partilhada realmente pela etnologia, ou ao menos por muitos dos seus praticantes, de que a **história tem um sentido único**, de que as sociedades sem poder são a imagem daquilo que não somos mais e de que a nossa cultura é para elas a imagem do que é necessário ser (CLASTRES, 2003, p. 31, grifos próprios).

Andando lado a lado com a percepção evolucionista da história está o seu “velho compadre” (p. 30), o etnocentrismo, que juntos estruturam as premissas epistemológicas da antropologia. Segundo Clastres, o etnocentrismo impede que as diferenças culturais se mantenham como modos autônomos de existência, traduzindo-as em categorias familiares à experiência dominante do poder. Nesse gesto, ele se articula ao evolucionismo, disfarçando-o sob uma gramática de ordenação das

formas sociais: termos biológicos ou referências a etapas de desenvolvimento sugerem que o Estado é o modelo universal, e que as demais formas políticas seriam consideradas versões incompletas desse ideal. Mesmo quando o discurso evolucionista deixa de ser explícito — quando a antropologia já não afirma diretamente que todas as sociedades deveriam atingir o “modelo adulto” —, a lógica subjacente permanece intacta. Como observa: “Pois o que é um poder embrionário senão o que poderia e deveria desenvolver-se até o estado adulto?” (p. 30).

Ao questionar a narrativa evolucionista, o autor evidencia as premissas temporais que orientam a própria visão antropológica da alteridade: o tempo concebido como progresso e maturação. Seu gesto constitui um deslocamento conceitual que, ao problematizar a relação assumida entre poder e Estado, mostra que a diferença não se organiza em torno de uma falta, mas manifesta outra forma de presença. Em vez de aceitar a dicotomia entre “primitivo” e “moderno”, Clastres aponta que as sociedades sem Estado não podem ser compreendidas como etapas inferiores de um mesmo processo histórico, mas como modos de existência com lógica própria. É nesse intervalo que se inscrevem as reflexões de Silvia Rivera Cusicanqui (2010) e Antonio Bispo dos Santos (2023), que radicalizam esse movimento ao reinscrever o tempo na espessura da memória, da reciprocidade e das práticas — não mais como linha ou sucessão, mas como circulação e reatualização.

Essa operação de deslocamento conceitual em Clastres, baseada, em suas palavras, em uma “arqueologia da linguagem” antropológica, ressoa em outras críticas ao discurso moderno. Em Silvia Rivera Cusicanqui (2010), essa atenção às formas de poder subjacentes nos discursos assume uma dimensão histórica e material mais ampla. Ao analisar as narrativas modernistas e nacionalistas latino-americanas, a autora mostra como o léxico da unidade e do progresso continua a reproduzir hierarquias coloniais. Para Rivera Cusicanqui, “é necessário sair das superestruturas e esmiuçar as estratégias econômicas e os mecanismos que operam por trás dos discursos” (2010, p. 105). Em ambos os casos, trata-se de revelar o trabalho ideológico que sustenta

as narrativas do progresso e do desenvolvimento — os modos pelos quais o tempo é mobilizado para legitimar hierarquias e excluir da modernidade temporalidades que não se alinham à lógica evolutiva.

O efeito dessas operações discursivas sobre o tempo e a diferença é deslocar certas populações da contemporaneidade, situando-as fora das disputas e práticas que definem a modernidade. Passam a ser percebidas como remanescentes de um estágio anterior, ocupando posições marginais na ordem social e temporal, reduzidas a representações simbólicas que reforçam o modelo dominante em vez de refletir sua própria historicidade. Esse deslocamento não é apenas conceitual: produz efeitos concretos sobre a percepção e a representação desses povos:

Ao falar dos povos situados na “origem”, nega-se a coetaneidade dessas populações, excluindo-as das disputas da modernidade. Outorga-se a elas um status residual, de fato convertendo-as em minorias, reduzindo-as a estereótipos indigenistas do bem selvagem guardião da floresta (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 97).

A coetaneidade, como descrito pela autora, refere-se ao reconhecimento da simultaneidade histórica entre diferentes povos e formas de vida: a noção de que todos compartilham o mesmo tempo histórico, ainda que o habitem de modos diversos. A negação da coetaneidade, presente tanto na antropologia clássica quanto nos discursos modernizadores latino-americanos, situa certos grupos em um tempo outro, anterior, como se fossem vestígios de um passado à margem do presente. Ao recusar essa lógica evolutiva, Rivera Cusicanqui reivindica uma leitura da história que reconheça a presença ativa dessas populações na constituição das sociedades contemporâneas, desestabilizando a linearidade temporal que sustenta a hierarquia entre “moderno” e “arcaico”.

Em contraposição à operação que nega a coetaneidade, a autora propõe uma reconfiguração das categorias de tempo e diferença ao argumentar que os indígenas não são sobrevivências de um tempo superado, mas agentes contemporâneos e modernos, atuando nas brechas

e contradições da modernidade, mesmo sob dominação colonial. Ao analisar as redes econômicas de circulação de mercadorias como prata e coca (*El Gato* e *qhateras*) em Potosí — descritas como “emblemas da modernidade indígena” (p. 90) —, bem como as estratégias políticas e econômicas do projeto Katari-Amaru, que se articulavam à tributação e à circulação mercantil de longa distância — outra “expressão da modernidade indígena” (p. 90) —, Rivera Cusicanqui mostra que essas práticas, fundamentadas nos saberes e tecnologias indígenas, constituem uma “retomada da própria historicidade e da descolonização dos imaginários” (p. 91), que se sustenta tanto na experiência histórica quanto nos conhecimentos ancestrais. Conforme ela mesma afirma:

Tudo isso mostra que os indígenas fomos e somos, antes de tudo, seres contemporâneos, coetâneos; e nesta dimensão - o *aka pacha* - se realiza e se desenvolve nossa própria aposta pela modernidade. (...) **O mundo indígena não concebe o mundo linearmente**, e o passado-futuro estão contidos no presente: a regressão ou a progressão, a repetição ou a superação do passado estão em jogo em cada conjuntura e dependem de nossos atos, mais do que nossas palavras (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 91, grifos próprios).

A partir dessa perspectiva, Rivera Cusicanqui recorre à noção aimara de *aka pacha* — o “tempo-espço do aqui e agora” (p. 91, nota de rodapé) — para descrever uma dimensão em que passado, presente e futuro coexistem e se influenciam mutuamente. Essa concepção permite compreender que acontecimentos históricos, como as rebeliões de Tupaq Katari em 1781 e o ciclo de levantes e bloqueios de estradas em El Alto entre 2000 e 2005, não se situam em uma sequência temporal linear, mas se articulam em um mesmo campo de forças. A autora mostra como as memórias e símbolos da insurreição de Katari ressignificam e orientam movimentos contemporâneos, revelando a continuidade entre passado, presente e futuro.

O *aka pacha* rompe, assim, com a linearidade do tempo ocidental, evidenciando que o presente é atravessado por múltiplas temporalidades

em tensão. Dessa forma, a crítica de Rivera Cusicanqui à negação da coetaneidade e à marginalização temporal se conecta à sua análise das práticas econômicas, sociais e políticas dos povos indígenas. Desenhasse, assim, uma modernidade indígena que não deriva de modelos europeus, mas se funda na experiência histórica e territorial desses povos, orientando suas formas de organização e possibilidades de ação.

Se Rivera Cusicanqui nos instiga a ler o tempo latino-americano como uma espiral em que passados e futuros coexistem no presente, Antonio Bispo dos Santos, a partir de sua vivência quilombola e de seu trabalho em *A Terra Dá a Terra Quer* (2023), propõe uma perspectiva análoga, em que tempo, geração e território se entrelaçam. Para o autor, o tempo não é linear, mas se organiza segundo os princípios da circularidade e da transfluência, que orientam tanto a vida cotidiana quanto a produção de conhecimento: “Na transfluência não há volta, porque ela é circular. Ao mesmo tempo que algo vai, fica; ao mesmo tempo que fica, vai – sem se desconectar” (p. 31).

A circularidade, longe de ser apenas uma metáfora, estrutura a existência coletiva e se manifesta especialmente nas relações entre as gerações — “a geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo” (p. 66) — garantindo que experiências, saberes e práticas sejam retomados, transformados e atualizados sem se perder na linearidade histórica. Essa tradição, longe de significar imobilidade, constitui um processo de continuidade vital, que ressoa através da oralidade, do trabalho coletivo e das práticas cotidianas, enraizando o conhecimento na experiência prática e na relação com a terra, que desempenha um papel central ao regular o ritmo das relações, da produção e da vida compartilhada.

Clastres, Rivera Cusicanqui e Santos oferecem formas de pensamento que desafiam a lógica evolucionista e linear do tempo que sustenta grande parte do imaginário moderno e suas epistemologias. Eles questionam a suposição de que há um único caminho para o “desenvolvimento” humano e evidenciam como certas formas de vida

historicamente subalternizadas são desvalorizadas ou relegadas a um passado residual, quando, na verdade, constituem modos próprios de estar no mundo e de produzir história. Ao deslocar a centralidade da narrativa linear e do modelo eurocêntrico, esses autores mostram que o tempo e a experiência humana não podem ser reduzidos a escalas únicas de progresso ou maturação.

Em todos esses autores, o questionamento da modernidade envolve igualmente uma crítica à forma como o tempo é concebido e distribuído — quem tem o direito de ser contemporâneo e quem é relegado ao passado. A colonialidade não se limita à expropriação da terra ou à dominação política, mas se manifesta também na hierarquização das temporalidades, que naturaliza desigualdades e subordina modos de existir. Ao desafiar essa lógica, Clastres, Rivera Cusicanqui e Santos reafirmam a pluralidade do tempo e evidenciam diferentes formas de presença: o passado não é simplesmente superado, mas se mantém ativo, reatualizando-se nas práticas, memórias e relações que continuam a transformar o presente e a abrir espaço para futuros múltiplos. Nesse gesto, a reflexão sobre tempo se torna também um gesto político, capaz de revelar e tensionar as estruturas que definem quem conta como contemporâneo e quem permanece à margem da história.

REFERÊNCIAS

AMORMINO, Luciana. Territorialidades e temporalidades abigarradas nas narrativas da memória do Projeto Moradores. **Galáxia** (São Paulo), v. 49, p. e64289, 2024.

CLASTRES, Pierre. Copérnico e os Selvagens; A sociedade contra o Estado. In: *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A Terra Dá, A Terra Quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Inovação em bom português a “Escola de Sagres”

Renato Steckert de Oliveira¹

Situemo-nos no início do século XV e percebamos que Portugal estava entre a espada e a parede – a espada de Castela e a parede do mar - e que embora tenha sido capaz de enfrentar o aço toledano com sucesso, quando necessário, não seria pelo alçado tardoz do seu território que poderia ambicionar grandeza.

NUNO V. MATIAS – O CONHECIMENTO NA PROJECÇÃO MARÍTIMA DE PORTUGAL.

*Ó mar salgado, quanto do teu sal São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram, Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu, Mas nele é que espelhou o céu.*

FERNANDO PESSOA – MAR PORTUGUÊS.

UMA NAÇÃO NA ENCRUZILHADA

O universo do Ocidente cristão ao final da Idade Média europeia era limitado. Do ponto de vista geográfico, os mapas de um matemático e cartógrafo grego que viveu em Alexandria no século II da Era Cristã, Claudio Ptolomeu, referência nos séculos seguintes, dão uma ideia clara dos seus limites: eles incluíam a Europa, o norte da África

1 Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Sociologia - Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (França), com estágio pós-doutoral na Universidade Aberta da Catalunha, Barcelona, Espanha. Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS em 2000, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul no período 2001-2002 e Secretário Adjunto do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul no período 2015-2016. É Sócio da Remar - Consultoria em Inovação e Ensino Superior Ltda.

e o Oriente Próximo. Unindo esses mundos, o Mediterrâneo, *Mare Nostrum*². A Ásia, integrada nessa geografia depois das Cruzadas, é sobretudo imaginada: intermináveis territórios regurgitando de tesouros mas habitados por monstros; origem das especiarias que chegavam ao Ocidente pela Rota da Seda e por rotas do oceano Índico inacessíveis aos ocidentais, onde se situaria o Paraíso Terrestre e de onde saíam os grandes rios das *partes infidelium*: o Ganges, o Tigre, o Eufrates e o Nilo.³

Ao sul, desde o tempo dos gregos sabia-se que, a partir de certo ponto do grande deserto do Saara, a vida não era mais possível. Por mar, este limite ficava na altura do Cabo Bojador, na costa ocidental da África, no atual Senegal. O mar bravio ao largo, recifes pontiagudos quase à flor d'água e uma permanente bruma envolvendo a região seriam o prenúncio de um mar fervente, de abismos marinhos repletos de monstruosas criaturas – um Mar Tenebroso. Marinheiro algum que nele se aventurou conseguira voltar. Assim, por séculos, o fim do mundo foi assinalado pelo Bojador, o Cabo do Medo.

Economicamente, o mundo cristão também era limitado. A economia, organizada em feudos, produzia pouco excedente, cada feudo constituindo idealmente uma autarquia econômica. A *riqueza*, isto é, a posse de bens excedentes às necessidades de consumo, era obtida por meio de um sistema de tributos impostos pelos soberanos sobre a nobreza e desta sobre as classes comerciantes e a plebe, bem como pela pilhagem, inerente à ordem feudal. Pilhagem de um feudo ou reino sobre outro por meio da guerra.

Politicamente, os horizontes eram igualmente limitados. O objetivo da política resumia-se, em última análise, a aumentar as chances de sobrevivência num universo fechado, o que levava a um intrincado jogo de alianças, normalmente incluindo casamentos como “fiança”, e traições que normalmente levavam à guerra. Guerra e casamentos eram os instrumentos por excelência da política.

² Um mapa mundi composto em 1482 a partir das anotações do tratado de geografia de Ptolomeu pode ser consultado em O mapa-múndi de Ptolomeu - Graecia Antiqua. (Consultado em 26/05/2025).

³ CARDINI, Franco. O guerreiro e o cavaleiro. In: LE GOFF, Jacques – *O homem medieval*. Lisboa, Ed. Presença, 1989.

Espoliação de camponeses, guerras e alianças endossadas por casamentos visando a preservação e ampliação da riqueza e poder, constituíam as bases da ordem feudal, o todo encimado pela Igreja.

Mais ou menos à margem dessa ordem se desenvolvia o comércio, de maior ou menor importância conforme a região. Grosso modo, ele poderia ser dividido em duas vertentes. De um lado, o comércio interior, composto sobretudo de gêneros alimentícios, metais (especialmente ferro) e instrumentos de trabalho. Em suma, o que era necessário para o abastecimento das populações e não era produzido nos respectivos feudos e burgos. Uma rede de feiras interligadas por rotas terrestres, algumas das quais adquiriram importância considerável, constituía a base desse comércio, cobrindo praticamente todo o continente europeu. Elas não geravam renda propriamente dita, pelo menos não a ponto de constituir uma classe mercantil capaz de bancar sua autonomia em face da nobreza feudal. Pelo contrário, estavam sob a autoridade dos senhores locais, que delas cobravam tributos, e as rotas de comércio estavam sujeitas às vicissitudes decorrentes da política feudal, dos impostos de passagem arbitrariamente cobrados pelos senhores feudais, da ação de salteadores e da guerra. No período que nos ocupa, França e Inglaterra enfrentaram-se mutuamente na guerra que ficou conhecida como Guerra dos Cem Anos – na verdade 116 anos, de 1337 a 1453. Tendo sua armada literalmente dizimada pelos ingleses numa batalha naval que deu início à guerra, a França não conseguiu impedir o desembarque de tropas inglesas em seu território, o que fez com que o conflito se desenrolasse no continente. Com cada lado atraindo vários aliados (incluindo Portugal, que aliou-se à Inglaterra), a guerra envolveu a maior parte da Europa ocidental, com consequências catastróficas para a atividade comercial no continente.

A outra vertente era o comércio marítimo. Na prática, este era monopolizado pela Liga Hanseática na Europa do norte e por venezianos e genoveses no Mediterrâneo. A Liga Hanseática era uma associação de comerciantes que teve suas origens ainda no século XII. No século XV incluía cerca de cem cidades, numa rota que ia de Londres a Novgorod,

na Rússia. Seus barcos transportavam principalmente madeira, peles, peixe seco e metais para o sul, e levavam para o norte os produtos do Mediterrâneo, sobretudo vinhos, azeite e sal, e os produtos do Oriente e do interior da África: metais preciosos e as famosas especiarias.

Os metais preciosos e as especiarias constituíam o comércio mais lucrativo e laborioso: desde suas zonas de produção, as mercadorias eram transportadas por caravanas que percorriam distâncias enormes por terra e pelo oceano Índico, desde o Oriente (as rotas da Seda e das Especiarias, partindo, respectivamente, da China e da Índia), ou pelo Saara, até chegarem aos portos do Mediterrâneo, onde eram embarcadas para a Europa por genoveses e venezianos, que também abasteciam os mercadores hanseáticos.

Sendo mais rentável, este comércio deu origem a uma classe mercantil que modificou profundamente a economia e a política nas regiões em que se desenvolveu. A especialização de algumas cidades nessa atividade fez com que surgisse aí um novo personagem, o *investidor capitalista*, que financiava as viagens de navio nas rotas do Mediterrâneo e da Liga Hanseática. Tornava-se, assim, um *credor*, com expectativa de participação nos lucros de cada viagem – lucros altíssimos, que compensavam os altos riscos da atividade.

Investir numa atividade de risco na expectativa de um retorno lucrativo do investimento era algo totalmente novo, que não se encaixava nos hábitos de uma economia baseada em tributos mais ou menos arbitrários e na pilhagem. Nesta, os ganhos eram imprevisíveis, e só existiam efetivamente quando entesourados nas arcas reais ou da nobreza. Não havia, em suma, uma expectativa de futuro associada à atividade econômica. Esta passou a existir quando o financiamento do grande comércio passou a se constituir na atividade principal de algumas cidades situadas nos enlaces das rotas comerciais, principalmente os portos marítimos. Nessas cidades, a riqueza passou a ser avaliada não mais pelo entesouramento de bens, mas pelas expectativas de ganho futuro, o que requeria uma técnica específica de registros dessa

nova riqueza. Dessa necessidade surge, nas cidades do norte da Itália, a contabilidade de *doppia scrittura*⁴, ou dupla entrada, uma inovação técnica que possibilitou o desenvolvimento de uma economia na qual a riqueza era medida pelo *capital financeiro circulante*.⁵ Desenvolveu-se também uma instituição específica para controlar essa riqueza, o *sistema bancário*, do qual as cidades italianas foram pioneiras, mas com sólidos representantes nas cidades hanseáticas⁶ – e aos quais os soberanos europeus iriam recorrer de forma crescente para financiar seus governos e empreendimentos guerreiros.

As rotas do comércio atlântico e do Mediterrâneo interligavam-se no Estreito de Gibraltar, as “Colunas de Hércules” do mundo antigo, até o início do século XV controlado pelos mouros. Dominando Ceuta, cidade fortificada do lado africano do estreito, os árabes garantiam o controle sobre o ponto estratégico de enlace do comércio marítimo europeu. “Ceuta, cidade no estreito Hercúleo, em frente de Gibraltar, foi uma das principais cidades no tempo dos mouros, tanto em edifícios como em riqueza de mercadorias, que daqui partiam para toda a terra do Sertão. E estava em tanta prosperidade que quantos navios passassem pelo dito estreito, quer do Levante quer do Poente, tinham que amainar as velas, porque toda a nau que isto não fizesse, as galés dos mouros as seguiam e as tomavam”.⁷

Este quadro era pouco alentador para um pequeno reino como Portugal, situado entre o reino de Castela, muito mais poderoso, e o Atlântico. Formado antes do ano 1200, abrangendo a metade norte do atual território, Portugal consolidou-se como nação ao longo dos dois séculos seguintes, conquistando paulatinamente sua metade sul, então sob domínio mouro. Graças a uma centralização política até então inexistente na Europa, o soberano português detinha grande capacidade de iniciativa, ao que um dos soberanos, o rei D. Afonso Henriques (1112-1185), acrescentou uma singular capacidade de conquistar apoios de quem, em princípio, nada tinha a ver com seus assuntos internos.⁸

4 BENCKMANN, J. – *A contabilidade italiana*, e AMZALAK, M. B. – *Contabilidade e história econômica*. In GAMA, Ruy (org.) – *História da técnica e da tecnologia: textos básicos*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1985, respectivamente p. 23/27 e 28/34.

5 Juan Ágelos, personagem de *El ángel sombrío* (Mika WALTARI, Madrid, EL PAÍS [Novela histórica, v. 49], 2005, p. 43), apresentando-se à sua amada em 1452, na Constantinopla prestes a cair sob domínio turco, declara: “*En una época fui mercader. Aprendí la teneduría de libros por el sistema de la partida doble, lo cual convierte la riqueza en ilusión. En nuestros días, la riqueza ha llegado a ser no más que un papel escrito, al igual que la filosofía y los sagrados misterios.*”

6 Recentemente foi lançada a biografia de um banqueiro alemão chamado Jacob Fugger, que viveu entre 1459 e 1525, que teria sido o homem mais rico da História: *The Richest Man Who Ever Lived. The life and times of Jacob Fugger*. Greg Steinmetz, Simon & Schuster Paperbacks, 2017.

7 Descrição de Ceuta no início do século XVI por Valentim Fernandes, tipógrafo português, em 1507. In: edicoespqp.blogs.sapo.pt/tag/600+anos+de+conquista. Acessado em 28/08/17.

8 Lisboa foi tomada aos mouros em outubro de 1147 por um exército que, além dos portugueses, reunia cruzados oriundos da Inglaterra, Gales, Normandia, Condado da Flandres, norte da França e Renânia (na atual Alemanha). A caminho da Terra Santa, esses cruzados fizeram escala na cidade do Porto

Em meados do século XIV, por questões sucessórias, o reino enfrenta turbulências internas e uma desgastante guerra com o vizinho reino de Castela, da qual sai vencedor graças à intervenção de um filho bastardo do rei morto, João de Avis, que detinha o grau de Mestre, equivalente a comandante, de uma ordem religiosa de cavaleiros militares fundada no século XII, a Ordem de São Bento de Avis. Depois de ter eliminado os concorrentes, Mestre de Avis impôs-se como chefe militar e político e, vencidos os castelhanos, foi entronizado rei com o nome de João I, fundando a dinastia que levou por nome sua alcunha, a Dinastia de Avis.

Dom João I assumiu um reino esgotado e empobrecido pela guerra, deparando-se com uma questão crucial: onde buscar os recursos necessários para garantir sua sobrevivência num continente saturado por conflitos e disputas entre soberanos mais poderosos? Com Castela de um lado, o Atlântico do outro, o comércio marítimo do norte dominado pelos hanseáticos e os mouros controlando o acesso ao Mediterrâneo através de Ceuta, nem uma consolidada aliança com a Inglaterra, garantida por seu casamento com uma nobre inglesa, garantia seu futuro.

É quando se revela seu talento empreendedor: se não havia recursos para disputar o “mercado europeu”, isto é, aumentar o poder da sua Coroa através dos métodos convencionais da guerra e do saque num continente já saturado de disputas e, além do mais, empobrecido pela Guerra dos Cem Anos, a alternativa era buscar novos “mercados”, ou seja, novas fontes de riqueza. Tratava-se, de certa forma, de relançar o reino para além das suas fronteiras naturais.

Para isto, embora empobrecido, Portugal contava com um ativo intangível já mencionado e nada desprezível: um sistema administrativo forte e centralizado, que praticamente eliminava as disputas intestinas da nobreza, fator que corroía por dentro os demais reinos europeus. Já desde os tempos de sua dinastia fundadora, a Dinastia de Borgonha, Portugal constituiu-se aproximadamente como um Estado

em junho de 1147, onde foram recebidos pelo rei português Dom Afonso Henriques, que os convenceu a auxiliarem os portugueses no cerco a Lisboa. O cerco à cidade está descrito num longo relato de uma testemunha ocular (disponível em www.arqnet.pt/portal/pessoais/cruzado_lisboa.html Consultado em 26/06/2023). José Saramago reconstrói literariamente esta que parece ser uma história de puras circunstâncias, em que o fato histórico é apenas uma de inúmeras possibilidades do que poderia ter acontecido. No romance *História do cerco de Lisboa*, um personagem, revisor de ofício, corrigindo as provas de um livro sobre a história do cerco de Lisboa, ao deparar-se com a frase afirmando que os cruzados auxiliarão os portugueses, “com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser a verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar, alguém teria de vir contar a história nova, e como.” (SARAMAGO, José – *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 50.) Assim, “ao embalado de uma prosa encantatória, a ficção se torna realidade e esta, a seu turno, ficção, num denso e inspirado comentário à dimensão literária da história, que a faz valer não apenas como registro do que foi, mas também – e, no caso, sobretudo – como indício do que poderia ter sido.” (Antonio F. De Franceschi, na apresentação.)

no sentido moderno do termo, ao menos no sentido administrativo, com capacidade de definição de objetivos nacionais e concentração de recursos nesses objetivos. Nele, a nobreza gozava de muito menos autonomia do que no restante da Europa, e, sobretudo, seus privilégios não lhe garantiam o monopólio do acesso aos cargos de Estado, que poderiam ser exercidos por quem o rei bem entendesse, o que no geral significava por quem demonstrasse competência para o cargo – aos olhos do rei, bem entendido.

O primeiro desafio da nova estratégia consistia em liberar o acesso ao mar. Ser um país litorâneo não conferia nenhuma vantagem *de per si*: com as rotas marítimas do norte controladas pela Liga Hanseática e as do Mediterrâneo pelos genoveses e venezianos, o mundo estava fechado aos portugueses. Disputar um espaço próprio nesses caminhos já consolidados era impensável: o reino não dispunha de recursos para tanto. Era necessário abrir um caminho por onde não houvesse nada!

O desafio respondia pelo nome de Estreito de Gibraltar. Controlá-lo mudaria substancialmente o status de Portugal, seja pelos recursos que dele proviriam, seja pelo significado subjacente de afastar os mouros do controle de uma passagem marítima que, no final das contas, interessava sobretudo aos cristãos. É verdade que a presença moura em Ceuta não parecia causar maiores problemas a estes. Pragmaticamente, os navegadores cristãos que utilizavam o estreito souberam acomodar-se à situação, o que resultava muito mais conveniente para empresas mercantis cujas bases situavam-se a centenas ou mesmo milhares de quilômetros de distância. Disputar a cidade com os muçulmanos e, na eventualidade de uma vitória, manter soldados garantindo a segurança do local, acabaria sendo desvantajoso economicamente. Assim, desde que foi conquistada pelos mouros no ano 709, a cidade sempre foi disputada pelos seus diversos clãs, jamais sendo ameaçada seriamente pelos cristãos. Mas, para Portugal, mudar esse status quo poderia significar sua grande oportunidade.

A empresa não poderia ser mais arriscada para um pequeno reino desprovido de recursos. No entanto, o objetivo era claro, era isto ou nada, e as vantagens do eventual sucesso compensavam o risco. Além dos ganhos econômicos propriamente ditos, o retorno em termos de “imagem institucional” – a imagem de paladino na luta contra os muçulmanos – não era nada desprezível. Não esqueçamos que a unidade do Ocidente (se unidade havia!...) era dada pelo enfrentamento comum aos inimigos da fé cristã, os seguidores de Maomé. Aliás, o início da história portuguesa acontece no contexto da “Reconquista”, o longo período que vai do ano 722 a 1492, no qual os reinos cristãos da Península Ibérica lutaram para reconquistar os territórios peninsulares sob domínio mouro. Embora a convivência estivesse longe de ser impossível – durante praticamente dois séculos a Andaluzia foi um modelo de convivência pacífica e construtiva entre cristãos, muçulmanos e judeus⁹ – a lógica da disputa de poder entre os distintos clãs levava à instrumentalização das divergências religiosas e ao extermínio mútuo. Assim, do ponto de vista de um pequeno reino católico, a guerra aos “inimigos da fé” era um poderoso fator de arregimentação de forças.

Dom João I foi convencido da empreitada por um dos seus filhos, o Infante Dom Henrique, então com cerca de vinte anos, e por sua esposa, a rainha consorte Filipa de Lencastre, inglesa. Aliás, a rainha Filipa não foi um personagem de menor importância nesta história. Segundo todos os relatos, ela foi decisiva na educação dos filhos, dos quais seis, cinco Infantes e uma Infanta de um total de nove, chegaram à idade adulta. Chegou a ser acusada de transformar a Casa Real em Academia para os filhos.

Não sabemos com precisão em que consistiu essa educação, mas certamente foi na contracorrente das demais famílias reais europeias – e podemos avançar algumas hipóteses.

Através da educação se forma uma mentalidade. Ainda que o século XIV já esteja próximo do fim da Idade Média em sentido estrito, a mentalidade das elites europeias, sobretudo nos ambientes cortesãos,

⁹ GOITEIN, Salomo D. – *A Mediterranean Society. The Jewish Communities of the Arab World as Portrayed in the Documents of the Cairo Geniza*. Near Eastern Center – UCLA, (5 vols.), 1999. Os “documentos da geniza do Cairo” constituem um tesouro de cerca de 200 mil papéis de cartas, documentos oficiais, listas de compras, contratos, bilhetes privados, etc., oriundos das comunidades judaicas da bacia do Mediterrâneo, cobrindo grande parte da Idade Média. Era proibido a essas comunidades se desfazerem de documentos que contivessem alguma citação do nome de Deus, o que significava quase todos, pois a maioria dos documentos continha alguma forma de invocação. Assim, tais documentos eram guardados nas sinagogas, sendo que a sinagoga de Fustat, no Cairo, os conservou até o século XIX, quando foram levados à Universidade de Cambridge. Esses documentos dão acesso ao cotidiano das comunidades judaicas num mundo dominado pelos muçulmanos e com larga presença de cristãos. “Geniza” era o recipiente, existente nas sinagogas, onde os fiéis depositavam seus papéis.

ainda estava longe do que viria a ser a Modernidade. Os valores e códigos de honra que moviam a nobreza ainda espelhavam a visão de mundo medieval e sua peculiar dificuldade em conceber, ou mesmo tolerar, qualquer iniciativa que fosse além dos estritos limites da ordem social vigente – uma ordem concebida como obra do Criador, portanto imutável. Consequência importante dessa visão, as iniciativas dos agentes sociais não eram avaliadas somente por sua eficácia, isto é, pelos resultados práticos que delas pudessem advir, mas por sua coerência com os valores morais da sociedade. Idealmente, os indivíduos orientavam-se por uma ética de convicção¹⁰, e sua educação os preparava para isto. Era uma educação que não orientava para o mundo da vida prática e seus desafios, mas para a contemplação da ordem imutável da Criação, na certeza de que, no final das contas, tudo estava nas mãos de Deus, pouco importando os vãos esforços dos homens para mudar o curso das coisas.

Uma das expressões dessa ética de convicção era a moral cavalheiresca. O código de honra das ordens de cavalaria enfatizava a *lealdade*, inclusive para com o inimigo; a *proeza*, entendida como capacidade de realizar grandes feitos; a *coragem* e a *contenção*. Assim, numa batalha, todo artifício visando surpreender o inimigo e vencê-lo podia ser condenado como deslealdade e traição. Segundo um medievalista moderno, “em 1396, em Nápoles, a flor da cavalaria europeia se deixou assim exterminar ou aprisionar pelos Turcos, que combatiam à sua maneira, ou seja, em rápidos *raids* de arqueiros a cavalo e frágeis formações que se abriam perante as cargas dos cristãos, cobertos de ferro da cabeça aos pés, para voltarem a fechar-se nas suas costas, fazendo-os cair na armadilha.”¹¹ Para esta moral, “a ‘grande bondade’¹² é sempre a dos ‘cavaleiros antigos’. É uma das regras do jogo, porque a mitologia cavalheiresca faz parte de uma forma de interpretar a história que remete constantemente para o tema do *mundus senescens* e da corrupção do presente, contra a qual se invoca a vinda do herói sem mancha e sem medo.”¹³

10 Em sua tipologia das ações sociais, Max Weber menciona as ações racionais com respeito a valores, oposta às ações racionais com respeito a fins. Enquanto nestas os agentes buscam atingir fins práticos, naquelas, alcançar ou não um resultado no terreno prático é indiferente: o que importa para o agente é sua coerência com os valores que professa. São ações movidas por uma ética de convicção. Weber cita o Sermão da Montanha como um exemplo próximo do tipo ideal deste tipo de ação.

11 CARDINI, *op. cit.*, p. 70.

12 No sentido ético do termo.

13 *Idem*, p. 78.

Essa moral cavalheiresca não impedia, por certo, lutas fratricidas quando estivesse em jogo a posse de um castelo ou a continuidade de uma dinastia. Afinal, vivia-se num mundo em que poder e patrimônio eram indissociáveis, sendo não só meios de garantir a sobrevivência como de louvar o Criador. Na mentalidade da época, não havia contradição entre praticar as maiores barbaridades e, ato seguinte, ajoelhar-se aos pés da Cruz.

Ainda que preservando a Fé e o que ela significava no contexto europeu medieval, Dona Filipa orientou seus filhos noutra direção. Pela trajetória posterior dos seus Infantes, podemos imaginar o que ela andou inculcando em suas mentes ainda infantis. Homero certamente andou por ali. Homero e seus heróis, que ansiavam por uma morte gloriosa, é certo. Que eram capazes de atos inauditos de coragem, mas que eram antes de tudo *ardilosos*: capazes de surpreender o inimigo com as manobras mais vis do ponto de vista de qualquer código cavalheiresco de conduta militar; que quando surpreendiam o inimigo indefeso não hesitavam em matar “a torto e a direito”; que, para alcançar seus objetivos, não hesitavam em usar de forma engenhosa os meios que as circunstâncias lhes apresentassem. Heróis que honravam os deuses e as tradições mas mantinham um olho bem aberto para a realidade, sabendo que, se quisessem alcançar um objetivo, era consigo próprios que contavam – os deuses, no mais das vezes envolvidos em suas próprias querelas, não estavam nem aí para as pequenas misérias humanas, além de instrumentalizá-las em seu benefício.

Em suma, Dona Filipa preparou seus Infantes para a *ação*, para vencer as circunstâncias desfavoráveis através do *engenho e arte*, focados num objetivo: engrandecer Portugal. Remate dessa educação, a ausência de disputas entre os Infantes pelo controle do Reino parece revelar a noção de que riqueza e poder não seriam o resultado do simples controle sobre um patrimônio, com as conseqüentes disputas fratricidas pela *posse*. Num pequeno reino desprovido de meios, a riqueza não seria sinônimo de entesouramento do que seus exércitos conquistassem ou saqueassem, mas da garantia de uma *renda futura*.

Para conquistá-la, o talento requerido não seria mais a arte da intriga, mas o pensamento estratégico. Em suma, uma prole merecedora do elogio do poeta: “Ínclita geração”.¹⁴

D. João I formou uma esquadra como pode. Dos pouco mais de 200 navios empregados no transporte de suas tropas (o que não era muito, dada a tecnologia da época, em que o número era o fator no mais das vezes decisivo), mais da metade era constituída de barcos fretados a mercadores holandeses e ingleses – em grande parte financiados pela burguesia mercantil da cidade do Porto – e mais ou menos adaptados aos seus objetivos bélicos. Até aí nada de mais: se “o talento na vida econômica cavalga sobre suas dívidas em direção ao sucesso”¹⁵, não há porque não se dizer o mesmo do talento na vida política.

Ceuta lhe cai nas mãos com relativa facilidade. Talvez a acomodação de interesses entre cristãos e muçulmanos até então imperante, fazendo com que estes temessem mais as iniciativas bélicas dos seus irmãos de fé do que dos próprios cristãos, tenha contribuído para o fator surpresa, decisivo na batalha. Nela, destacou-se o filho Dom Henrique, que, como recompensa, além de títulos nobiliárquicos com a renda correspondente, ganhou o governo da cidade conquistada, conseqüentemente o controle do seu comércio, e, como reconhecimento do Papa pela vitória sobre os mouros, a titularidade sobre o patrimônio da Ordem de Cristo em Portugal, que incluía riquíssimo acervo documental remontando à antiga Ordem dos Templários, além de direitos sobre propriedades e suas rendas. Torna-se um homem rico!

Não se estabelece em Ceuta. Para o governo local da cidade nomeia um dos seus comandantes, preferindo estabelecer-se em Lagos, no litoral sul de Portugal, a noroeste de Ceuta, onde constitui a base de apoio estratégico para a defesa da cidade conquistada. Antigo porto pesqueiro, Lagos é uma cidade de marinheiros experimentados, que conhecem o mar há várias gerações.

¹⁴ “Não consentiu a morte tantos anos Que de Herói tão ditoso se lograsse Portugal, mas os coros soberanos Do Céu supremo quis que povoasse. Mas, pera defensão dos Lusitanos, Deixou, Quem o levou, quem governasse E aumentasse a terra mais que dantes: Ínclita geração, altos Infantes.” (Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 50. Os quatro primeiros versos referem-se à morte de D. João I.)

¹⁵ SCHUMPETER, J. A. – *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1982, p. 51.

A ERA DOS DESCOBRIMENTOS: A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA BASE DO RELANÇAMENTO ECONÔMICO E POLÍTICO DE PORTUGAL

Nesta sua nova posição, Dom Henrique começa efetivamente a planejar o futuro, seu e de Portugal. Surge o líder! A estratégia inicialmente traçada por seu pai, de superar a crise do reino lançando-o para além das suas fronteiras continentais, começa a adquirir sua verdadeira dimensão. O mar passa a ser a nova fronteira. Trata-se de tomar a frente na exploração dos recursos que dele podem advir, e os recursos são os do comércio. Sob sua liderança e iniciativa, Portugal redefinirá a lógica política europeia, contribuindo decisivamente para que o comércio, atividade até então relativamente desvalorizada pelos titulares da ordem feudal, evolua para o centro de interesse da política.

Esta nova lógica – *regras de mercado como regras de poder* – era até então restrita às cidades italianas que controlavam o comércio no Mediterrâneo, assim como às empresas da Liga Hanseática. Ambas, no entanto, eram acomodáticas em relação à ordem feudal, vivendo simbioticamente com esta. Quebrar essa simbiose era a chave do sucesso.

Para tanto, o Infante lança um objetivo não só ambicioso como incerto à luz de todas as evidências e conhecimentos disponíveis: descobrir novas rotas marítimas que levassem diretamente às fontes produtoras das especiarias e bens de luxo que abasteciam as cortes europeias. Se elas existissem, quem as controlasse assumiria a gestão de toda a “cadeia de valor” desse comércio, das zonas produtoras até os portos europeus. E se elas existissem, estariam ao sul do Cabo Bojador: fosse por mar, circundando a África – algo totalmente imponderável! –, ou por algum rio que, cruzando o Saara a partir de nascentes no Oriente, tivesse sua foz no Atlântico – quem sabe o Rio do Ouro, de cujas areias os árabes retiravam o metal que vendiam aos mercadores genoveses e venezianos nos portos do Mediterrâneo, depois de vencerem enormes distâncias a partir da riquíssima cidade de Timbuctu, no meio do deserto.¹⁶

16 Sabia-se da existência do Rio do Ouro, atual Rio Senegal, a partir de relatos das caravanas que cruzavam o deserto em direção às cidades do litoral africano no Mediterrâneo. No entanto, não se conhecia nem suas nascentes nem sua foz. Para se compreender a epopeia portuguesa, nunca é demais sublinhar as imprecisões das informações obtidas de viajantes que, pela experiência e tradição, conheciam muito bem seus caminhos, por mais longos que fossem, dos quais jamais se afastavam justamente por medo de enfrentar o desconhecido. Formar uma imagem do mundo a partir desses relatos era praticamente impossível. Na cosmovisão europeia do final da Idade Média, o mundo se dividia entre Ocidente e Oriente, o que equivalia à uma separação entre “nós” e os “outros”. Embora essa divisão remontasse à divisão do Império Romano, ela foi incorporada na tradição católica no ano 800, quando o papa coroou Carlos Magno, que então dominava a maior parte da Europa ocidental e central, como Imperador do Ocidente. O Oriente passou a referir-se às terras ignotas que circundavam a Europa: terras de todos os perigos, mas onde se localizava o umbigo do mundo, Jerusalém.

L'organisation des flux commerciaux impliquait en outre l'existence d'États ou de villes marchandes aux débouchés nord et sud de chaque axe transsaharien. Au nord, on peut citer parmi ces pôles très actifs, même s'ils furent variables dans le temps : Fès, Marrakech, Tlemcen et son port Huneyn près d'Oran, Kairouan, Tripoli, Le Caire. Au sud, on comptait également des pôles et des États très actifs : Takrûr, Diafûn(u), Ghâna, Mâli, Gao, Kano, les capitales du Bornû, Agadès, Tombouctou (créée au XII^e siècle par les Touaregs), etc. La création de grandes villes relais ibâdites au haut Moyen Âge (Tâhert, Wâdî Rîgh, Sadrâta, Sijilmâsa, Ghadamès, Zawîla...) constitue entre le milieu du VIII^e siècle et le milieu du XI^e siècle un des éléments du prodigieux mouvement urbain que connaît alors la Berbérie.

Incertezas e mais incertezas, a serem enfrentadas com obstinação, método e novos conhecimentos. Só assim Portugal poderia competir, em riqueza e poder, com os potentados europeus. Na mentalidade da época, a conquista de riqueza e poder era indissociável do espírito de “missionação” já referido: a luta contra os inimigos da fé, de que D. Henrique considerava-se um paladino.

Ora, dentre as várias lendas que circulavam pelas cortes europeias, uma afirmava a existência de um reino cristão no Oriente, para além do mundo muçulmano, reino riquíssimo cujo soberano era um tal Preste João¹⁷. Este reino ora era referido como se situando na altura das Índias, ora ao norte da África, no território que corresponde à atual Etiópia. O próprio Marco Polo o cita. Por via das dúvidas, Dom Henriques orientava seus capitães a informarem-se da sua existência e localização, e, segundo um cronista da época, pensava que “talvez agora a providência lhe deparasse nas remotas regiões algum rei cristão de crenças vivas e ânimo esforçado, que o pudesse auxiliar na guerra aos inimigos da fé”.¹⁸

Fixado o objetivo, Dom Henrique começa investindo seus recursos na reunião de talentos. Traz carpinteiros navais holandeses, que dominam a técnica de construção dos grandes e seguros navios utilizados

17 COSTA, Ricardo – *Por uma geografia mitológica: a lenda medieval do Preste João, sua permanência, transferência e “morte”*. In: *História 9. Revista do Departamento de História da UFES*. Vitória: EDUFES, 2001, p. 53-64.

18 Trata-se de Gomes Eanes de Zurara (1410 – 1474), autor dos relatos oficiais (“Crônicas”) das tomadas de Ceuta e da descoberta e conquista da Guiné, entre outras. Suas obras estão digitalizadas pela Biblioteca Nacional Portuguesa, acessíveis em purl.pt/index/geral/aut/PT/46408.html. Citado em <https://aviagemdosargonautas.net/.../sobre-o-mito-do-preste-joao-na-cultura-ocidental...>

pela Liga Hanseática para a navegação no Atlântico Norte, muito mais perigoso do que o relativamente plácido mar Mediterrâneo. A eles reúne pescadores do Mediterrâneo, com suas tradicionais velas latinas. Estas, permitindo navegar contra o vento, ao contrário das velas quadradas dos grandes navios oceânicos, conferem enorme mobilidade às embarcações. Desse encontro surge a *caravela*, primeira grande inovação técnica para a navegação de longo curso. Navio relativamente pequeno mas de forte estrutura, pouco calado e excelente manobrabilidade, a caravela será decisiva na fase dos descobrimentos.¹⁹

Ao mesmo tempo, contrata um dos maiores cartógrafos do seu tempo, Jaime de Maiorca, oriundo da ilha mediterrânea de mesmo nome, que formou os primeiros prestigiados cartógrafos portugueses.

Em pouco tempo tem navios e marinheiros à sua disposição. Consta que, durante 12 anos, despacha desde Lagos pelo menos 15 expedições marítimas para o sul, na tentativa de ir além do Cabo Bojador. Todas fracassaram. No entanto, o fracasso do objetivo principal não impede sucessos parciais. Novas terras são descobertas, como as ilhas dos Açores e da Madeira, nas quais, empreendedor, D. Henrique organiza colonização e produção agrícola, diminuindo a escassez de alimentos em Portugal. Mais lucros, que serão investidos em seu propósito de dominar o mar.

Mas dominar o mar apresentava outro obstáculo técnico: não bastava descobrir novas terras – era preciso saber voltar a elas. Ora, isto não era simples num tempo em que a navegação era praticamente toda de cabotagem e a sabedoria dos nautas consistia em identificar, pela experiência própria ou adquirida, referenciais conhecidos que indicavam a direção a tomar – um monte no litoral, a foz de um rio, uma corrente marítima, etc.²⁰ Esta sabedoria de pouco ou nada adiantava quando se tratava de navegar “por mares nunca dantes navegados”, nos quais não se podia *determinar visualmente* a direção a tomar, sendo necessário *estimá-la* a partir de indícios aproximados. Embora os termos não existissem, tratava-se de passar da *navegação visual* para

19 INSTITUTO CAMÕES:
Caravelas. In Navegações Portuguesas. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/c06.html>.

20 “*Cuando alcancé los diez años, mi padre empezó a llevarme con él en tiempo de bonanza. Quiso él que aprendiera a leer y a contar, pues decía que para hacer buenos negocios y ganancias es menester conocer las letras y los números (...). Pero mi padre había resuelto igualmente explicarme el mar, me enseñaba a reconocer desde lejos, mediante algún signo particular, las islas y las principales figuras de las costas, los cabos, las penínsulas, las calas. De esta suerte pude reconocer desde todos los puntos y a todas las horas del día el Gaou Grande y el Pequeño, el cabo Sicié, la península de Saint-Mandrier, la punta de Giens y los grandes acantilados de las islas de Porquerolles y del Port-Cros, que da al Mediodía.*” BENNASSAR, Bartolomé – *El galeote de Argel*. Título original: *Les tribulations de Mustafa des Six-Fours*. Madrid: El País (Novela Histórica), p.14.

a *navegação estimada*, o que supunha a existência de mapas com coordenadas básicas de uma ampla região, além de novas técnicas de navegação propriamente dita.

Nada disso havia. Até então, o que havia em matéria de mapas para auxiliar a navegação eram os *portulanos*, utilizados na navegação do Mediterrâneo, que assinalavam os principais portos, os acidentes geográficos conhecidos e as respectivas distâncias.²¹ Além disso, não havia, na Europa medieval, o hábito da utilização de mapas. Sua confecção era uma arte pictórica destinada a ilustrar feudos e burgos, mais com o objetivo de enaltecer seus senhores do que representar a realidade. Como orientação, eram pouco precisos e quase nada necessários. Consta que, até a Baixa Idade Média, um indivíduo, durante toda a sua vida, raramente se afastava mais de 50 quilômetros de sua aldeia natal. Até essa distância tudo era conhecido. Para viagens longas, era necessário ir informando-se pelo caminho para saber onde dar com os costados. Cruzadas perderam-se tentando alcançar Jerusalém! Para alcançar a Terra Santa, dizia-se, deve-se ir até onde os homens não falam mais italiano. Ali, embarcar e atravessar o mar, e podemos imaginar um piedoso informante arrematando: “a partir dali, Deus te guie ou se apiede de tua alma”.

21 Dicionário Online de Português.

Enfim, o que hoje conhecemos como “geografia” era um emaranhado de dados mais ou menos precisos e mais ou menos confusos e, complemento necessário, muita imaginação apoiada na cultura clássica. Sim: Aristóteles, Platão, Heródoto – eis os principais suportes teóricos para descrever o mundo de então.

Navegar para o sul explorando a costa da África até, se possível, contorná-la, exigia mais do que a técnica dos *portulanos*. Era necessário não somente ampliar a abrangência das cartas de navegação, mas, principalmente, mudar sua concepção, permitindo que marinheiros calculassem distâncias e direções marítimas sem visualizar referenciais em terra. Ora, o patrimônio da Ordem de Cristo, agora sob a guarda do Infante, incluía cópias de mapas de Claudio Ptolomeu. Além disso, um dos irmãos

de D. Henrique, D. Pedro, que durante dez anos percorrera boa parte da Europa, trouxe-lhe de Veneza um presente oferecido pelos Doges da cidade: um diário de viagem atribuído a Marco Polo, com muitas das suas anotações – e os seus mapas. Com certeza, tendo Jaime de Maiorca ao seu lado, Dom Henrique deve ter estudado muito esses mapas.

Os de Ptolomeu eram precários. Além disso, representavam a África como um continente que se estendia indefinidamente ao sul, eliminando a hipótese de que talvez fosse possível contorná-lo. Já os de Marco Polo eram mais instigantes, pois eram o resultado da experiência prática do aventureiro e desfaziam alguns mitos antigos. Mas não serviam para *orientação*.²²

De posse desse legado, que, no contexto, podemos qualificar de técnico-científico, D. Henrique transfere-se para uma península a poucas léguas de Lagos, um promontório desértico que entra mar adentro, hoje conhecido como Península de Sagres, limite do continente europeu na direção sudoeste. Uma mentalidade romântica veria aí um posto avançado sobre o Mar Tenebroso, e foi assim que uma certa iconografia marcou a imagem do Infante, sobre o rochedo de Sagres, contemplando, sonhador, as ondas do mar Oceano...

Mas o personagem real certamente foi mais pragmático. Construiu sua residência e uma vila para serviços e auxiliares em Sagres, enquanto mantinha as atividades em Lagos. Embora a existência de uma “escola” propriamente dita nunca tenha sido provada, a lógica dos fatos leva a supor a emergência de um complexo de atividades unindo os dois locais. Além disso, iniciativa inédita na História, Dom Henrique aproximou a universidade desse complexo de atividades.

UMA TRÍPLICE HÉLICE AVANT LA LETTRE...

A universidade em questão era o *Estudo-Geral de Lisboa*, origem da atual Universidade de Coimbra, fundada pelo rei D. Dinis em 1290. Certamente não era uma instituição que se assemelhasse ao que

22 O mapa mundi de Ptolomeu dá uma clara ideia da visão de mundo a partir da qual os portugueses imaginaram a possibilidade de um caminho marítimo para o oriente que lhes permitisse o acesso direto às especiarias.

hoje entendemos por universidade, como não o eram nenhuma das universidades medievais. Os *Estudios-Gerais* ou *Universitas* eram congregações de estudantes que, orientados por um ou mais eruditos normalmente ligados à Igreja, dedicavam-se ao aprendizado do *Trivium* (a Lógica, a Retórica e a Gramática, representando as disciplinas da mente) e do *Quadrivium* (a Aritmética, a Astronomia, a Música e a Geometria, sintetizando o conhecimento sobre a harmonia da Criação). No conjunto, o *Trivium* e o *Quadrivium* constituíam o ideal de conhecimento do “homem liberal”, isto é, das pessoas que não necessitavam ocupar-se de trabalhos práticos, manuais, para ganhar a vida. Em suma, dos nobres. Por si só, isto tornava o aprendizado afastado de qualquer aspecto da vida prática. A universidade “humboldtiana”, que estabeleceu uma ligação entre a filosofia e o conhecimento empírico da natureza, consolidando a conexão entre a alta cultura e o mundo da vida prática como um dos aspectos centrais da modernidade, ainda tardaria mais de cinco séculos.

Esse escopo limitado, aliado à ausência de qualquer estrutura educacional acessível à população, fez com que a ignorância se tornasse o padrão dominante no mundo medieval, não só entre o povo como entre a própria nobreza, e, fato mais preocupante dado o peso da Igreja católica, entre o clero. Padres completamente analfabetos eram comuns, o que contribuía para relaxar a disciplina entre os fiéis e para o surgimento de seitas hereges, uma vez que o catolicismo não possuía entre seus agentes de base, isto é, entre os padres e em alguns casos mesmo entre os bispos, quadros intelectuais que pudessem defender a Fé de forma pública e coerente, e, assim, fazer frente à sedução dos hereges junto aos fiéis. Além disso, contando com estruturas governamentais precárias e pouco centralizadas, era natural que os soberanos necessitassem de uma instituição que os apoiasse junto aos seus súditos, e essa instituição naturalmente seria a Igreja – afinal, os soberanos eram “reis pela graça de Deus”, respeitando, ao menos nominalmente, a autoridade papal.²³

²³ Carlos Magno, que no século VIII submeteu grande parte dos povos europeus ao cristianismo, bateu-se permanentemente pela qualificação da Igreja em seu reino. Em um muito bem documentado romance biográfico sobre o personagem lê-se que, “*Al principio, Carlomagno comprobó que no tenía ninguna colaboración de sus clérigos. Y sin el esfuerzo de sus sacerdotes no podría influir en los numerosos pueblos bajo su trono. (...) Con demasiada frecuencia, si una iglesia poseía una copia completa de las Escrituras, cosa que rara vez sucedía, las preciosas paginas encuadradas estaban celosamente protegidas en cajas de fino cuero pintado o de madera pulida con incrustaciones de piedras preciosas y se colocaban junto al altar para ser veneradas por los fieles, pero nunca leídas. Cuando un sacerdote tonsurado leía en voz alta un salmo, normalmente repetía lo que recordaba, más que leer lo que veía en las letras apretadas que formaban las palabras. En cuanto a los nobles legos, eran contados los que sabían escribir su nombre. El propio Carlomagno firmaba con una gran cruz, a cuyos lados escribía las letras K y R. Los héroes guerreros no precisaban educación y los agricultores prósperos empleaban su tiempo libre en fabricar cerveza o contemplar las danzas de las muchachas... (...) El monje cronista de Saint-Gall, que no parecía muy amante de los obispos, contaba de uno de ellos que vivía ‘con alfombras en el salón y colgaduras en las paredes, un cojín sobre el asiento y unas ropas de preciosa seda púrpura en torno al cuerpo, que comía los bocados más deliciosos que sus pasteleros y confeccionadores de embutidos podían servirle en bandejas de oro. En una ocasión, el muy religioso emperador Carlos ordenó a los obispos de todos sus dominios que predicaran en la*

Sexto rei de Portugal, conhecido como “Lavrador” e “Rei Poeta”, D. Diniz²⁴ percebe a necessidade de ter seu próprio *Estudo-Geral*, do qual sairiam os quadros intelectuais que sustentariam seu projeto de um Estado cada vez mais centralizado, necessitado de uma burocracia minimamente preparada. Alguns historiadores veem nisto uma iniciativa a mais para a constituição da identidade nacional portuguesa, que a ele, que, entre outras iniciativas, instituiu o português como idioma oficial do reino, se deveria em grande parte. Fosse como fosse, sua universidade, ou seu *Estudo-Geral*, não abrangeu a totalidade do *Trivium* e do *Quadrivium*, limitando-se às disciplinas de Artes, Direito Canônico, Direito Civil e Medicina. Por “Artes” entenderíamos, hoje, algo próximo de “letras” e “ciências”.

Quando D. Henrique entra nessa história, a universidade já havia sofrido uma transferência de Lisboa para Coimbra, sendo, desta, novamente transferida para Lisboa, onde, segundo registros históricos, estava muito mal instalada. Em carta de 1431, o Infante, observando que a instituição não tinha imóveis próprios, funcionando em locais alheios e alugados, “*como cousa desabrigada e desalojada*”, doa à instituição várias casas, “*pera se em ellas auer de leer de todas as sciencias aprouadas pella Santa Madre jgreia (...) gramatica, logica, Retorica, Aritmetica, Musica, geometria, Astrologia*”.²⁵ Ou seja, determina que seja ampliado o leque de estudos, abrangendo a totalidade do *Trivium* e do *Quadrivium*. E, enquanto as universidades europeias ainda estavam presas à repetição dogmática de conteúdos, segundo os métodos pedagógicos da escolástica medieval²⁶, acrescentava uma disposição no mínimo surpreendente: “*E sse ocupem a leer em ellas as dictas sciencias como suso he deusado e as posam acrecentar segundo rrequerer ho estado do dicto estudo.*”

“As possam acrescentar segundo requerer o estado do dito estudo” significava muito simplesmente que o ensino não deveria ser uma exposição dogmática dos princípios ordenadores do mundo, mas incorporar o avanço do conhecimento. Afinal, o projeto de lançar-se por outros caminhos que não os já conhecidos implicava justamente em questionar os princípios ordenadores do mundo até então estabelecidos!

nave de sus catedrales antes de cierto día, o serían privados de su dignidad episcopal. Pues bien, el mencionado obispo se alarmó porque no tenía más instrucción que la glutonería y temía perder su vida muelle.” (LAMB, Harold – *Carlomagno*. Título original: *Carlemagne*. Madrid; Diario El País [Novela Histórica], 2005, pp. 201-17.) Em suma, por pura ignorância, os religiosos não costumavam pregar aos seus fiéis.

24 A alcunha de “Lavrador” deveu-se à sua política de expansão da agricultura, como alternativa para aumentar os recursos do reino. “Rei Poeta”, foi uma figura central da tradição trovadoresca ibérica, deixando uma obra incontornável para os estudos da lírica portuguesa.

25 *Monumenta Henricina*. (Comissão Comemorativa do V Centenário da morte do Infante Dom Henrique. Coimbra, 1962.). Vol. IV, p. 7. Acessado em books.google.com.br em 31/07/2017.

26 Jean Lacouture, em sua obra sobre a história dos Jesuítas, descrevendo o ambiente acadêmico na Paris da primeira metade do século XVI, por onde andou Inácio de Loyola, cita o testemunho de Luis Vivés, “grande humanista amigo de Erasmo”, que, visitando o colégio Santa Bárbara (*Sainte-Barbe*), um dos mais avançados da sua época, presenciou o seguinte diálogo entre um professor e um estudante:
“P. – Jovem, diga-me, em qual mês morreu Virgílio?
E. – No mês de setembro, meu mestre.
P. – Em que lugar?
E. – Em Brindise.
P. – Que dia de setembro?
E. – 9 de calendas. (Obs.: *Calendas, nonas e idos* constituíam as três partes do mês, conforme o antigo calendário

Nas palavras de um comentador moderno, “o que não oferece dúvida é que pertence ao Infante D. Henrique a glória de prosseguir e dilatar a reorganização da Universidade, e por ela a cultura pátria. A empresa a que se havia devotado reclamava a colaboração da inteligência orientada para a modernidade e para o saber da Natureza, e ao voltar-se para a Universidade teria reconhecido que ela lhe não podia dar o que ele desejava, pelo regimento antiquado dos seus estudos”.²⁷ A partir de 1435 teria existido na universidade uma cadeira de Matemática, o que “representava um aspecto fundamental na preparação científica dos descobrimentos.”²⁸

Ao construir sua residência em Sagres, o Infante já contava com o trabalho de cartógrafos, cosmógrafos, geômetras, mestres náuticos e outros que trabalhavam em novos métodos de navegação e orientação em alto mar. Seu interesse científico não estava, portanto, desligado de propósitos práticos. Aplicar os conhecimentos cosmográficos às cartas náuticas, associando-os às observações e dados trazidos por seus próprios marinheiros; inventar métodos de cálculo da velocidade e da direção de um navio em alto mar sem visualização de referenciais em terra; anotar esses dados em cartas náuticas, etc. – foi intenso o trabalho teórico associado às experimentações práticas dos seus nautas em mar aberto. Foi intenso o processo de inovação tecnológica desencadeado no complexo Sagres-Lagos, do qual não estavam alheios os professores da Universidade.

Outro aspecto fundamental: nesse novo cenário e nos empreendimentos dele decorrentes não havia direitos nobiliárquicos. Ao invés de títulos de nobreza, as novas qualidades requeridas passam a ser inteligência, abertura ao conhecimento, iniciativa e ousadia. Assim, principal beneficiário dos novos negócios que começam a florescer, D. Henrique atrai cada vez mais aventureiros de toda a Europa. Indivíduos que não encontram espaço no fechado mundo europeu, que em outras condições alimentariam as seitas escapistas da ordem feudal, viam nas coisas que estavam acontecendo em Portugal a possibilidade de transporem para o terreno prático os anseios de mudança

romano.)

P. – Imbecil, queres me desonrar diante desses senhores? Alcance minha palmatória, arregace suas mangas e estenda a mão por haver dito 9 ao invés de 10. Preste atenção para responder melhor! Vocês verão, senhores, que é um jovem que sabe muito. Sallustius Crispus, no começo do seu *Catilina*, escreveu *omnes homines*, ou *omnis homines*?

E. – A opinião geral é que escreveu *omnis*, mas minha opinião é que ele pôde escrever *omneis* e que é necessário ortografar, contra o hábito dos impressores, *omneis* com ‘ei’, e não com um ‘i’ simples.

P. – Como se chamava o irmão de Remo e como era sua barba?

E. – Alguns, meu mestre, dizem que se chamava Rômulo, outros Romus, de onde teria se originado o nome de Roma, mas que, por afeição, se o nomeou com o diminutivo Rômulo. Quando ia à guerra, não portava barba; mas portava uma longa em tempos de paz. É assim que ele é representado a cores nos Títo-Lívio impressos em Veneza.

P. – Como foi que Alexandre se levantou quando caiu por terra tocando pela primeira vez o solo da Ásia?

E. – Apoiando-se sobre as mãos e levantando a cabeça.” (LACOUTURE, J. – *Jésuites – une multibiographie*. Vol. 1. *Les conquérants*, p. 57. Tradução livre.)

²⁷ CARVALHO, Joaquim de – *Instituições de cultura (séculos XIV-XVI)*. In: www.joaquimdecarvalho.org/artigos/artigo/158-Instituicoes-de-Cultura...-/pag-4. Acessado em 06/09/17.

²⁸ CARVALHO, *op. cit.*, citando Richard Henry Major, geógrafo inglês do séc. XIX que foi responsável pela coleção de mapas do Museu Britânico. Com base na documentação do Museu, Major

e de novos horizontes que normalmente seriam “vividros” no terreno das quimeras e êxtases religiosos. Além de portugueses, sobretudo de uma burguesia mercantil que, desprovida de quaisquer “bens de raiz”, começa a enriquecer associando-se aos empreendimentos do Infante, homens de ação de diversas nacionalidades acorrem ao ambiente de inovação que fervilha no “complexo” Sagres-Lagos.

A INOVAÇÃO GARANTE O REPOSICIONAMENTO DE PORTUGAL

Os barcos enviados para transpor o Cabo Bojador retornavam sem sucesso. Abismos no mar fervente, goelas de monstros – eram muitos os perigos que aterrorizavam as tripulações, impedindo-as de prosseguir. Em 1433, um escudeiro de D. Henrique chamado Gil Eanes, marinheiro nascido em Lagos, é enviado para tentar o impossível, mas retorna depois de atingir as Ilhas Canárias – o medo dos marinheiros o impediu de prosseguir. D. Henrique insiste, sugerindo-lhe que, ao chegar próximo ao Cabo, dirija-se a oeste, afastando-se da costa até onde fosse possível. Manobra aparentemente inocente, mas que revela a malícia do homem de ação em busca de objetivos práticos: ao invés de afrontar o perigo, eventualmente alcançando a glória através da morte heroica, contorná-lo... Está aí o espírito prático que caracteriza os portugueses, mas está aí a tradição assentada pelos gregos através da deusa *Metis*, a deusa da astúcia, contraponto necessário ao dogma de uma Razão voltada para a contemplação do Ideal e da Verdade imutável... Está aí o *modus operandi* de um espírito inovador, para quem a Verdade deve ser posta à prova do mundo prático. Em seu túmulo, Dona Filipa deve ter sentido orgulho do seu Infante...

Em 1434 Gil Eanes parte novamente e, tendo avistado o Cabo, segue a manobra sugerida por seu amo. Após um dia de navegação, encontra mar calmo. Dobrando então a sudeste, encontrou novamente o litoral e percebeu que havia deixado o Cabo do Medo para trás. Ao invés de monstros e mar fervente, uma praia deserta. Retornou com algumas flores do local, para provar que havia vida ao sul do Bojador...

escreveu várias obras históricas, dentre as quais *The Discovery of Australia by the Portuguese in 1601: Five Years Before the Earliest Discovery Hitherto Recorded : with Arguments in Favour of a Previous Discovery by the Same Nation, Early in the Sixteenth Century* (1861) e *The life of Prince Henry of Portugal surnamed the navigator and its results: Comprising the discovery, within one century, of half the world. With new facts in the discovery of the Atlantic Islands. A refutation of French claims to priority in discovery. Portuguese Knowledge (subsequently lost) of the Nile lakes; and the history of the naming of America.* (1868), ambas disponíveis em books.google.com.br.

A historiografia oficial perde-se na louvação da coragem e destemor do herói Gil Eanes. No entanto, embora certamente seja merecedor de glória – para o Infante, foi a comprovação de uma hipótese sustentada obstinadamente, contra todas as evidências, durante quase duas décadas! – o feito em si é desprovido de qualquer aura romântica. Como assinala Simon Winchester²⁹, “conseguir contornar o cabo Bojador, ou *dobrá-lo* na gíria dos marinheiros, necessitou a medição escrupulosa da velocidade da água e da sua direção, da medição pormenorizada da direção média e da força dos ventos. Foi necessário o desenvolvimento de uma técnica conhecida atualmente como *navegação estimada*. Gil Eanes também desenhou triângulos de corrente³⁰ nas suas ainda rudes cartas, mas que melhoravam continuamente, assim como usou vetores, navegação inteligente e cuidadosa, e uma determinação do rumo hora a hora”. Ou seja, o feito resultou da aplicação consciente, metódica e planejada dos novos métodos desenvolvidos no complexo de inovação Sagres-Lagos, e certamente o ensino de matemáticas e astronomia propiciado pela universidade ofereceu uma base segura para os cálculos do navegador. Não à toa, e visando preservar as informações que lhe garantiam competitividade superior aos seus concorrentes, mapas passaram a ser considerados segredos de Estado em Portugal.

A partir dessa conquista as expedições se sucedem. O próprio Gil Eanes, agora sagrado cavaleiro por D. Henrique, realiza mais duas viagens ao Sul do Cabo Bojador, chegando até o litoral da atual Guiné. Na sequência, em 1445, após terem alcançado a foz do Rio do Ouro, os portugueses sobem seu curso e chegam a Timbuctu. Situada no atual Mali e tombada pela UNESCO como patrimônio histórico da humanidade, Timbuctu era um riquíssimo centro e entreposto do comércio de mercadorias de luxo e ouro da África e do Oriente, de onde partiam as caravanas que, atravessando o deserto, iam ter nos portos do Mediterrâneo, onde abasteciam os navios mercantes europeus. Alcançando Timbuctu a partir da foz do Rio do Ouro, mesmo restando um pequeno trecho de deserto até a cidade,

29 WINCHESTER, Simon – *Atlântico: grandes batalhas navais, descobrimentos heroicos, tempestades colossais e um vasto oceano com um milhão de histórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

30 Técnica de cálculo da direção e velocidade de uma corrente marinha durante a navegação estimada. Conforme *Navegação: a ciência e a arte*. Vol. 1: *Navegação costeira, estimada e em águas restritas*. Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/23740953/navegacao-a...navegacao.../36>. Acessado em 12/09/17.

os portugueses estabelecem uma nova rota, muito mais barata do que a rota tradicional. Estava quebrado o monopólio italiano no comércio externo europeu.

Mesmo que o Rio do Ouro não levasse ao mítico reino do Prestes João e o Oriente ainda estivesse longe, o empreendimento liderado por D. Henrique torna-se cada vez mais rentável. Na esteira das descobertas subsequentes à travessia do Cabo Bojador, D. Henrique vai organizando as redes de comércio que tornam Portugal uma das nações mais ricas do início da Idade Moderna. Em 1443 o Infante ordena a construção do primeiro entreposto comercial fixo na costa africana, uma feitoria numa ilha no litoral da atual Mauritânia. O local é privilegiado, pois ali as caravanas do deserto que rumam para o Mediterrâneo carregadas de mercadorias vêm abastecer-se de água potável e sal. O entreposto, fortificado, será decisivo para a consolidação da estratégia comercial da expansão portuguesa – além de marcar a reintrodução, em Portugal e no mundo europeu, de uma mercadoria que, quase desaparecida no mundo cristão medieval, era largamente difundida nos mundos árabe e africano: escravos.³¹

Dom Henrique morreu em sua vila de Sagres em 1460. Pouco antes havia encomendado um mapa de todo o mundo conhecido a um monge veneziano, considerado o maior geógrafo do seu tempo, Fra Mauro. Concluído em 1459, o trabalho nunca chegou às mãos do Infante, tendo sido perdido no caminho entre Veneza e Lisboa.³²

No ano de sua morte o empreendimento português estava consolidado, mobilizando a Coroa e a iniciativa privada. Como consequência da expansão das atividades marítimas decorrentes das inovações tecnológicas desenvolvidas no ambiente que liderou, o comércio mundial já abria o caminho para tornar-se uma atividade econômica racional, na qual a troca de mercadorias presidida pelo cálculo sobre perdas e ganhos relativos substituía paulatinamente a pilhagem e os “golpes da fortuna” que, sem nenhuma previsão, podiam pagar a audácia com a riqueza, a miséria ou a morte. Isto não quer dizer que o

31 Por volta do ano 1.000 a escravidão na Europa ocidental era residual, sendo substituída pela servidão. Diferentemente do escravo, o servo, embora ligado ao seu senhor, não era sua propriedade, não podendo ser vendido. A Igreja católica contribuiu poderosamente para isto, ao proibir a escravidão entre cristãos. Quando ela começa a ressurgir a partir do século XV, especialmente no sul da Europa, a posição da Igreja passou a ser de contemporização, exigindo apenas que os escravos fossem bem tratados e batizados. Durante todo esse período a escravidão continuou florescente entre os povos africanos, os muçulmanos e os povos do oriente. (Fontes diversas sobre história da escravidão.)

32 Resta uma cópia, realizada pelo próprio Fra Mauro, na Biblioteca Marciana de Veneza. Ver www.framauiromap.facsimileedition.

comércio tenha deixado de ser praticado com armas na mão – pelo contrário, estas continuaram indispensáveis, sobretudo ao se expandirem as fronteiras da exploração dos recursos naturais e humanos das terras recém descobertas. Às armas tradicionais os portugueses acrescentaram uma nova: o conhecimento. A transformação principal, no entanto, é que, uma vez arrancados do seu meio natural, os seres humanos e os materiais estocados nos barcos portugueses e nos que lhes seguiram transformavam-se em *bens econômicos*, isto é, em *utilidades* – objetos, portanto, de avaliações sobre riscos e ganhos potenciais em *transações visando ganhos previsíveis*. Em suma, trata-se de uma nova forma de obtenção de riqueza, já praticada pela Liga Hanseática no norte e pelos italianos no Mediterrâneo, mas que os portugueses vão ampliá-la, impondo-a como método e objetivo de suas conquistas. Em uma palavra, as disputas e conquistas de novos territórios assumem, crescentemente, a configuração de disputas e conquistas de novos *mercados*.

Além de consolidado, o empreendimento português mostrará uma continuidade admirável, revelando uma estratégia de gestão que vai além dos interesses e da perspectiva de indivíduos, por mais importantes que seja o papel que estes desempenharam e os benefícios que deles auferiram. Assim, em 1488, Bartolomeu Dias, a bordo de uma caravela, contorna o extremo sul do continente africano e avança algumas léguas pelo litoral oriental da África. Estava provado que era possível contornar a África por mar. Tratava-se agora, e finalmente!, de chegar às Índias, e em 1497 o rei Dom Manuel I incumbiu Vasco da Gama de fazê-lo. A perspectiva de uma viagem longa e perigosa levou a mais uma inovação técnica: navios projetados especialmente para a viagem, maiores, dotados de castelo de popa e com bombardas nas laterais, que revelaram-se úteis na acidentada viagem.

Ao regressar dois anos depois e tendo perdido praticamente metade da tripulação, Vasco da Gama trouxe uma carta do soberano de um dos principais centros de comércio do sul da Índia, o *samorim* de Calcutá, endereçada ao Rei Dom Manuel I. Na carta, sem maiores delongas, o

samorim afirma seu interesse em negociar diretamente com Portugal, declarando, em termos pouco protocolares mas certamente muito convincentes, que “*Vasco da Gama, fidalgo da vossa casa, veio à minha terra, com o que folguei. Em minha terra há muita canela, e muito cravo, e gengibre, e pimenta e muitas pedras preciosas. E o que eu quero da tua é ouro, e prata, e coral e escarlata*”³³.

Já no ano seguinte ao retorno de Vasco da Gama, outra frota é enviada às Índias. No caminho de ida, seu capitão fez um longo desvio a oeste, indo dar no litoral de uma terra desconhecida, cujos habitantes impressionaram seus marinheiros. Relatando a nova descoberta ao rei, o cronista de bordo mencionou que todos, inclusive as mulheres, andavam “*com suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma.*” Que, ao parecer, “*não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhamo, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. (...) Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. (...) Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!*”³⁴

Sabe-se onde deu essa História...

AS LIÇÕES DE UMA “ESCOLA DE INOVAÇÃO”

De uma “escola” em Sagres nada se prova. No entanto, é o que menos importa. Embora haja um crescente consenso entre os historiadores de que provavelmente nunca tenha existido, o persistente mito em torno da sua existência revela algo fundamental: *reuniram-se ali todos os elementos necessários para a constituição de um ambiente de inovação aberta, que, “por mares nunca dantes navegados”, impulsionou Portugal para “muito além da Taprobana”.*

33 *A viagem do Gama nas Crônicas do Reino*. Reproduções fac-similadas. Nota prévia e introdução de Aurélio de Oliveira. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. XXV. Disponível em books.google.com.br. *Escarlata* é a cor vermelha, viva e brilhante (escarlata). Também era a denominação utilizada para os tecidos dessa cor, muito apreciados pela nobreza, tingidos com um preparado derivado de um inseto comum na orla do Mediterrâneo, o que os tornava excessivamente caros.

34 CAMINHA, Pero Vaz – *Carta a El Rey Dom Manuel*. É importante ressaltar a observação de que “*querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo*”, pois estávamos num tempo em que a *exploração econômica continuada* através da *produção de bens* (“*dar-se-á nela tudo*”), estava longe da perspectiva dos demais europeus, que ou trocavam mercadorias ou saqueavam riquezas, sem investir na produção propriamente dita. Assim, já na carta de Pero Vaz de Caminha está esboçada a ideia de uma inovação econômica que vai inaugurar o perfil dos futuros impérios coloniais europeus.

Dentre esses elementos, podemos citar:

1. – um objetivo estratégico, que não só orienta a iniciativa dos agentes como lhes permite identificar oportunidades em eventos imprevisíveis;
2. – uma cultura científica avançada, compartilhada entre a academia, “engenheiros de projeto”, líderes de mercado e responsáveis políticos;
3. – o encontro de distintas culturas profissionais em torno do mesmo objetivo, possibilitando o desenvolvimento de soluções inovadoras que alargam os horizontes de possibilidades técnicas e econômicas;
4. – o investimento na busca dos melhores talentos disponíveis nas áreas de interesse estratégico;
5. – o investimento de risco no desenvolvimento de novas tecnologias;
6. – uma clara perspectiva de mercado, tornando o empreendimento atraente para a iniciativa privada;
7. – a presença de lideranças carismáticas que exercem um *visionarismo responsável*³⁵, liderando pessoas contra a *força do costume*³⁶.

Na história da economia moderna, do surgimento da linha de montagem ao desenvolvimento da Internet encontraremos sempre a combinação desses elementos nos ambientes que deram origem às grandes inovações, às vezes de formas inesperadas e paradoxais³⁷. E, fora do campo das grandes rupturas de paradigmas técnico-científicos que caracterizam as inovações radicais, são eles que transformam um sistema produtivo num ambiente de constantes inovações incrementais, aumentando o grau de sustentabilidade social, econômica, técnico-científica e ecológica de uma sociedade no contexto da competitividade global.

³⁵ Entendemos por *visionarismo responsável* o traço de personalidade que caracteriza os indivíduos empreendedores, que “assumem as coisas”, sem o que as possibilidades de mudança estão mortas. O termo remete ao problema da liderança. “O problema da liderança surge e a figura do líder aparece apenas quando novas possibilidades se apresentam. (...) Não é parte de sua função ‘descobrir’ ou ‘criar’ novas possibilidades. Elas estão sempre presentes (...). Frequentemente são conhecidas de modo geral e são discutidas por autores literários ou científicos. Para tomar um exemplo da vida política, não foi absolutamente difícil ver como as condições sociais e políticas da França no tempo de Luís XVI poderiam ter sido melhoradas de modo a evitar a queda do *ancien régime*. Na verdade, numerosas pessoas o viram. Mas ninguém estava em posição de assumi-lo. Ora, é nesse “assumir as coisas”, sem o qual as possibilidades estão mortas, que consiste a função do líder. Isso vale para todos os tipos de liderança, tanto as efêmeras como as mais duradouras.” Além do que, o líder “não é tão facilmente entendido pelo público em geral, como um discurso bem sucedido de um político ou uma vitória de um general no campo de batalha, para não insistir no fato de que parece agir – e muitas vezes de modo desagradável – somente em seu próprio interesse.” (Schumpeter, *op. cit.*, pp. 62-3.) O termo nos foi inspirado pela atuação de alguns líderes empresariais e políticos finlandeses do período 1980-90.

³⁶ “Os períodos econômicos passados governam a atividade do indivíduo (...) não apenas porque o ensinaram severamente o que deve fazer, mas também por outra razão. (...) Todos os períodos

O mito de Sagres revela não apenas uma memória histórica que se plasmou na identidade de uma nação. Ele traduz também uma exigência moral: a superação das dificuldades de um povo e a construção do seu futuro são resultados da sua própria iniciativa, ou não acontecerão. Não há uma “necessidade histórica” guiando a “evolução” das sociedades, nem tampouco seu desenvolvimento é o simples resultado da lenta acumulação de experiências e do constante reinvestimento de excedentes econômicos transformados em poupança investida. O excedente econômico defronta-se, sempre, com a questão do mercado: o simples reinvestimento, visando a ampliação de um mesmo perfil de produção, leva virtualmente à bancarrota uma vez atingido o limite do mercado, seja no sentido de limite físico, seja no de não se conseguir contornar situações que fogem ao controle (preço de insumos, problemas logísticos, etc.), seja no de defrontar-se com concorrentes com melhores estratégias de ocupação dos mercados existentes. Nestas situações, manter a liquidez do excedente pode levar a decisões contrárias ao desenvolvimento, como o entesouramento (compra de moedas fortes, obras de arte, metais preciosos, etc.). Este fato, aliás, constitui uma das bases do pensamento de Keynes, advogando a necessidade de, literalmente, se “criar” demanda, mesmo que artificial, para atrair investimentos produtivos.³⁸

Quanto à experiência adquirida, se há algum lugar para onde ela leva é à repetição dos gestos e das atitudes que “deram certo”, e, conseqüentemente, à evitação e à censura das iniciativas ainda não provadas.

Tampouco pode-se apostar na “natureza humana” para resolver o problema do desenvolvimento, como se, no final das contas, as pessoas tendessem naturalmente a melhorar de vida, e isto as levasse a se tornarem mais produtivas e a se interessarem por novidades. Se há alguma “natureza humana”, ela não é o “anseio por desenvolvimento”, por melhorias que impliquem em mudanças, mas a acomodação, a poupança de energia e trabalho uma vez alcançado um patamar de vida considerado satisfatório à luz da experiência adquirida e das expectativas que essa experiência molda.³⁹ Daí a dificuldade, para a

precedentes emaranharam-no numa rede de conexões econômicas e sociais da qual ele não pode livrar-se facilmente. Legaram-lhe meios e métodos de produção definidos. Tudo isso o mantém firmemente na sua trilha com grilhões de ferro. Aqui aparece uma força que tem considerável significado para nós e que logo nos ocupará mais intensamente.” (Schumpeter, *op. cit.*, p. 11.)

37 Segundo Castells, a Internet surgiu de “uma fórmula insólita: a grande ciência, a pesquisa militar e a cultura de liberdade”. CASTELLS, Manuel – *La galaxia Internet. Reflexiones sobre Internet, empresa y sociedad*. Barcelona: Plaza & Janés Editores, 2001, p. 31.

38 É conhecida sua meia anedota, afirmando que, em certas situações, não seria exagero o governo contratar trabalhadores para cavar buracos pela manhã e outros para tapá-los no período da tarde.

39 Refletindo a este respeito, Weber refere-se às tentativas promovidas pelos empresários agrícolas de aumentarem a produtividade dos trabalhadores durante os períodos de colheita através da introdução da remuneração “por peças”, isto é, por parcela de produto realizado. Aumentando a remuneração “por peça”, os empresários esperavam motivar os trabalhadores, que poderiam ter um rendimento inabitual se acelerassem a produção. No entanto, o resultado quase sempre era o inverso, com os trabalhadores diminuindo o ritmo de trabalho, uma vez que poderiam alcançar os rendimentos habituais com menor produção. Weber conclui: “Este é um exemplo do que entendemos por tradicionalismo. O homem não deseja ‘por natureza’ ganhar cada vez mais

maioria das pessoas, de perceberem a necessidade de mudanças, mesmo quando se trata de mudanças necessárias para a preservação de um padrão de vida já alcançado.

A superação dessa dificuldade implica a constituição de *ambientes sociais específicos*, que se distinguem dos ambientes correntes de simples reprodução da vida, tais como os ambientes domésticos, as conversas de porta de igreja, os ambientes disciplinados da produção das coisas do dia a dia, dos bens e serviços necessários à satisfação das demandas já consolidadas. Esses ambientes sociais específicos são os *ambientes de inovação*, onde se entrecruzam diferentes talentos profissionais e saberes técnico-científicos e empíricos, provedores de fundos, especialistas de mercado, etc., articulados por uma forma de gestão que, assegurando a coerência estratégica do todo, possibilita ampla autonomia tática aos integrantes, de forma que estes aproveitem as possibilidades não previstas no plano geral de ação. Organizar um ambiente de inovação implica tomar a iniciativa de organizar os elementos que caracterizaram o ambiente da “Escola de Sagres”. Isto é incontornável.

O plano estratégico, em torno do qual se constituem os ambientes de inovação, jamais prevê cada uma das ações que se encadeariam sequencialmente. Ele não é um algoritmo. Não determinando as ações que serão efetivamente realizadas, o plano estratégico é um *recurso motivacional*. Algo como praticar canoagem: antes de enfrentar uma corredeira, o praticante de canoagem provavelmente prepara um plano de navegação, mas uma vez que entra na corredeira esquece o plano, pois o objetivo deste não é possibilitar a descida da corredeira, mas preparar, “prevenir” o praticante para que ele possa utilizar suas competências da melhor forma possível, improvisando em face das imprevisibilidades, pois é disso que depende seu sucesso.⁴⁰

Algumas condições são fundamentais para a constituição desses ambientes de inovação aberta. Primeiro, o mais amplo acesso à cultura técnico-científica associada ao tema geral que o mobiliza; segundo,

dinheiro. Ele deseja simplesmente viver conforme seus hábitos e ganhar o dinheiro necessário para isto.” (Tradução livre de WEBER, Max – *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Plon, 1964 [segunda edição corrigida 1967], p. 61.].

40 FLICHY, Patrice – *L'Innovation Technique. Récents développements en sciences sociales vers une nouvelle théorie de l'innovation*. Paris: La Découverte, p. 115.

a familiarização com os mecanismos de mercado que condicionam o setor; terceiro, a estabilidade nas relações entre os agentes participantes; finalmente, a familiarização com a “história da inovação”⁴¹.

Essas condições requerem a íntima associação com o ambiente acadêmico local e global e a participação em seus fóruns específicos; a integração nos ambientes econômicos e empresariais e a sistematização de atividades que possibilitem o debate de temas específicos com vistas a possíveis iniciativas de ação, onde o exercício do convencimento pela argumentação seja assegurado. Estas condições estavam asseguradas no ambiente de inovação Sagres-Lagos-“Universidade de Lisboa”.


Em suma, inovações tecnológicas são o resultado da atividade de pessoas, do acaso e dos condicionantes sócio-técnicos.⁴² Em consequência, um ambiente de inovação aberta consiste em criar condições para uma relação estável entre os saberes técnico-científicos de um lado e os diferentes atores técnicos, econômicos e políticos de outro.

41 “Dos múltiplos casos de inovação estudados pelo historiador não se concluirá um método prospectivo. Eles serão utilizados como um treinamento para a ação inovadora, sem que isto signifique que esses diferentes casos possam constituir uma gramática de situações de inovação na qual o inovador poderia encontrar o modelo adequado à sua situação. Assim como os generais não podem vencer guerras refazendo a batalha de Iena ou a de Austerlitz, não será querendo reproduzir a estratégia da lâmpada elétrica ou do Minitel que os inovadores terão sucesso. Em compensação, eles podem encontrar em exemplos passados uma espécie de pedagogia que lhes permitirá perceber rapidamente um mundo social com o qual a negociação é indispensável⁴⁰, ou melhor perceber uma oportunidade inesperada.” (*Ibid.*, p. 235. Tradução livre.)

42 *Ib.*, p. 234.



FLUXO CONTÍNUO



Epistemologias do Sul, Raça, Gênero e Descolonialidade Saberes Insurgentes para a Justiça Cognitiva

Adriely Werneck¹

INTRODUÇÃO

A produção de conhecimento no ocidente moderno tem sido historicamente atravessada por dispositivos de poder que operam por meio da exclusão, hierarquização e silenciamento de saberes não alinhados à racionalidade eurocentrada (SANTOS; MENESES, 2010). Como afirmam Santos e Meneses (2010, p. 31): “A linha abissal divide o mundo em dois universos: o ‘deste lado da linha’ e o ‘do outro lado da linha’”.

As obras de Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses, Nilma Lino Gomes, Angela Davis e Rita Laura Segato oferecem contribuições fundamentais para a construção de um pensamento crítico que desafia as epistemologias hegemônicas e propõe alternativas descoloniais. Esta síntese tem como objetivo articular os principais conceitos presentes nessas leituras, evidenciando como raça, gênero e classe constituem dimensões interdependentes da colonialidade do saber, do ser e do poder. A partir da crítica ao pensamento abissal e da valorização dos saberes subalternizados, busca-se delinear um horizonte epistemológico plural, insurgente e comprometido com a justiça cognitiva.

¹ Artista e professora, autista e mãe. Atua nas áreas de Arte, Educação e Tecnologias Digitais, desenvolvendo pesquisas e práticas que articulam processos artísticos, formação docente e usos críticos da tecnologia no contexto educacional. Possui interesse em metodologias pedagógicas, arte contemporânea e práticas interdisciplinares, especialmente a partir de perspectivas inclusivas e críticas. E-mail: drykahwerneck94@gmail.com

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS E MARIA PAULA MENESES – EPISTEMOLOGIAS DO SUL

A proposta de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010) parte da constatação de que o conhecimento moderno ocidental se constituiu a partir de uma lógica excludente, que separa o mundo em zonas de visibilidade e invisibilidade. Essa lógica, denominada “pensamento abissal”, opera por meio de linhas epistemológicas que definem o que é considerado saber legítimo e o que é descartado como ignorância ou superstição. O pensamento abissal é, portanto, uma forma de epistemicídio – a destruição sistemática de saberes não ocidentais (SANTOS; MENESES, 2010).

Santos e Meneses (2010, p. 45) destacam que “o pensamento abissal é a forma mais radical de exclusão, pois transforma diferenças em inexistências”. Como alternativa, propõem a ecologia de saberes, conceito que visa romper com a monocultura do saber científico e reconhecer a legitimidade de múltiplas formas de conhecimento. Essa ecologia não se limita à coexistência pacífica entre saberes, mas propõe um diálogo horizontal e intercultural, no qual diferentes epistemologias possam contribuir para a construção de soluções mais justas e sustentáveis para os problemas sociais.

NILMA LINO GOMES – MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR

Em “O movimento negro educador”, Nilma Lino Gomes (2017) desenvolve a ideia de que o movimento negro brasileiro atua como um sujeito pedagógico, produtor de saberes e práticas educativas que desafiam a hegemonia branca e eurocêntrica. O prefácio e os capítulos iniciais da obra revelam como a educação formal tem operado como instrumento de reprodução das desigualdades raciais, ao mesmo tempo em que o movimento negro constrói uma pedagogia própria, pautada na ancestralidade, na resistência e na afirmação identitária.

Gomes (2017, p. 25) afirma: “O movimento negro educador é sujeito pedagógico, produtor de saberes e práticas educativas que desafiam a hegemonia branca e eurocêntrica”. Essa pedagogia se manifesta em práticas como rodas de conversa, saraus e marchas, que valorizam ancestralidade e resistência.

Nas seções finais da obra, a autora reforça que a educação deve ser compreendida como campo de disputa simbólica, onde os saberes negros possam ser reconhecidos como legítimos e transformadores. A valorização da memória, da oralidade e da ancestralidade é central para essa proposta, que se insere no projeto mais amplo de descolonização do saber e da sociedade.

ANGELA DAVIS – MULHERES, RAÇA E CLASSE

Angela Davis (2016) oferece uma análise interseccional das opressões, articulando as dimensões de gênero, raça e classe como estruturantes da experiência das mulheres negras. A autora revisita a história da escravidão e da luta abolicionista nos Estados Unidos, evidenciando o protagonismo das mulheres negras e sua exclusão das narrativas hegemônicas.

Davis (2016, p. 23) observa: “Se um historiador algum dia corrigir o registro sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, terá realizado um serviço inestimável”. Essa crítica evidencia a invisibilização das mulheres negras na história oficial e reforça a necessidade de um feminismo interseccional que articule raça, gênero e classe.

Embora a autora se concentre no contexto norte-americano, sua análise inspira leituras críticas sobre o racismo estrutural em outros países, como o Brasil. Essa aproximação interpretativa permite compreender como suas reflexões ecoam em realidades marcadas por desigualdades históricas semelhantes.

A obra de Davis também contribui para a compreensão do papel das mulheres negras como agentes históricos de transformação social. Ao destacar sua atuação nas lutas abolicionistas, trabalhistas e pelos direitos civis, a autora rompe com a imagem da mulher negra como vítima passiva e a reposiciona como sujeito político ativo e estratégico.

RITA SEGATO – GÊNERO E COLONIALIDADE

Rita Segato (2012) encerra esse percurso teórico com uma crítica contundente à colonialidade de gênero. Em *Gênero e colonialidade*, a autora argumenta que o patriarcado moderno é uma construção colonial que impôs uma lógica hierárquica e binária às relações sociais. Essa lógica não apenas subalterniza as mulheres, mas também desestrutura as formas comunitárias de organização social que existiam antes da colonização.

Segato (2012, p. 15) aponta: “O feminicídio é um sintoma da barbárie do gênero moderno, expressão extrema da violência patriarcal e colonial”. Sua análise mostra como o corpo da mulher se torna território de disputa simbólica e política. Além disso, alerta para os limites de um feminismo liberal que não questiona as estruturas coloniais do poder.

A autora propõe um feminismo que se articule com os saberes e práticas de mulheres indígenas, negras e periféricas, reconhecendo sua centralidade na construção de alternativas ao modelo civilizatório hegemônico.

CONCLUSÃO

As obras analisadas convergem na crítica à colonialidade como matriz estruturante das desigualdades epistêmicas, raciais e de gênero. A ecologia de saberes proposta por Santos e Meneses (2010) encontra ressonância na pedagogia negra de Gomes (2017), na análise interseccional de Davis (2016) e na desconstrução da colonialidade de gênero por Segato (2012). Juntas, essas autoras e autores

constroem um projeto epistemológico comprometido com a justiça cognitiva, a valorização das vozes subalternizadas e a construção de um horizonte emancipatório.

A descolonização do saber, do ser e do poder não se limita à crítica teórica, mas exige práticas concretas de resistência, reexistência e reconfiguração das formas de produzir, ensinar e viver o conhecimento. Trata-se, portanto, de uma tarefa ética, política e epistemológica que convoca a academia, os movimentos sociais e os sujeitos históricos a repensarem radicalmente os fundamentos da modernidade. Ao reunir essas perspectivas, esta síntese reafirma a urgência de uma transformação profunda nas estruturas de conhecimento e poder, orientada pela escuta, pela pluralidade e pela justiça social.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, n. 18, 2012. Disponível em: <https://eces.revues.org/1533>. Acesso em: 06 nov. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

Infâncias conectadas e isoladas

os impactos do uso
excessivo de telas
na construção do eu
e das relações na infância
— um olhar clínico
e institucional a partir
do projeto criança cidadã

Ana Guatimosim¹

INTRODUÇÃO

Durante uma conversa há tempos com minha orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, ouvindo minha trajetória e as mudanças que observei ao longo da última década, ela comentou: “Ana, se tu fosses fazer teu trabalho hoje, seria um trabalho completamente diferente. Porque hoje, as telas estão na vida das crianças e das pessoas quase que o tempo todo.”

Essa fala ressoou profundamente em mim. Como psicóloga clínica e supervisora do Projeto Criança Cidadã, observo cotidianamente o quanto as crianças estão sendo expostas à tecnologia digital desde muito cedo. A tela, muitas vezes, assume o papel de babá eletrônica, um “para-te-quieto” moderno, e, por vezes, um substituto da presença ativa do adulto. Em

¹ Psicóloga (CRP 07/25158), professora e especialista em terapia familiar e sexualidade. E-mail: analuciaguatimosim@gmail.com

muitos lares, ela funciona como uma barreira relacional — silenciosa, mas profundamente impactante. Pelo aspecto das abordagens dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias este é um tema emergente e com grande potencial de pesquisa, embora ofereça dificuldades conceituais e metodológicas no campo da Psicologia, principalmente pela formação tradicional vigente, em que os saberes psicológicos teriam como função operar como um estabilizador do domínio humano/social/político/subjetivo e com uma função epistemológica no domínio do natural/universal/científico/objetivo (FERREIRA; GAMA SANTOS; MADARIAGA, 2022).

É evidente que a tecnologia não pode, de forma absoluta, ser excluída da vida das crianças (como se fosse possível purificar a vida dos objetos técnicos), pois é uma ferramenta/actante que será ubíqua durante a formação subjetiva e ao longo da vida profissional e existencial das pessoas. E as tecnologias também, pensando em uma espécie de psicologia das associações, formam subjetividades, de forma híbrida e mediada, como dispositivos sociotécnicos *psi* (IBIDEM, 2022). No entanto, a grande questão no uso de telas reside no equilíbrio, ou melhor, em grande parte dos relatos atuais, na ausência dele (DESMURGET, 2020). Falta manejo, por parte dos adultos, tanto no que diz respeito à vida das crianças quanto em relação a si mesmos. Famílias inteiras compartilham o mesmo espaço físico, mas cada membro habita um universo paralelo, mediado por uma tela (BECKER, 2022). Essa alienação mútua compromete os vínculos, o brincar, o desenvolvimento emocional e a construção de relações significativas.

Há cerca de dez anos, ao concluir uma pesquisa sobre a presença (ainda incipiente, à época) do brincar digital no *setting* terapêutico, o objetivo proposto era analisar se, e como, os profissionais de Psicologia vinham incorporando recursos digitais em suas práticas. Nesse período, os smartphones ainda tinham funções limitadas, e o uso de telas por crianças era restrito. Para fundamentar a pesquisa, recorri à psicanálise, uma teoria que, historicamente, se debruça com profundidade sobre a infância e a importância do brincar simbólico para o desenvolvimento emocional e cognitivo.

Atualmente o cenário é completamente diferente. A tecnologia ocupa um lugar central na infância contemporânea. A criança não apenas brinca com a tecnologia — ela, muitas vezes, vive através dela. Essa mudança gerou uma nova configuração do brincar e da constituição subjetiva, desafiando tanto os profissionais da saúde mental quanto os educadores e as famílias.

Neste artigo, proponho retomar esse tema a partir de uma perspectiva prática, crítica e experiencial, sustentada por minha atuação no Projeto Criança Cidadã, onde trabalho há quase uma década com crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social. Com ênfase em minha vivência clínica e institucional, analiso como o uso excessivo das telas impacta o desenvolvimento infantil, o vínculo familiar, o espaço do brincar e a constituição do eu, buscando, ao longo do texto, não apenas denunciar os riscos, mas também apontar caminhos possíveis de mediação, presença e cuidado.

ABORDAGENS PSICOLÓGICAS SOBRE A INFÂNCIA E TECNOLOGIA DIGITAL (TELAS)

A infância é um período decisivo para a constituição do sujeito e para o desenvolvimento das relações afetivas e cognitivas. Em Freud (1989), o brincar é concebido como uma forma de expressão do inconsciente e de elaboração simbólica das vivências emocionais. Melanie Klein (1955) aprofunda essa compreensão ao propor que, por meio do brincar, a criança elabora angústias primordiais e dá forma a fantasias inconscientes. Anna Freud (1976), por sua vez, destaca o papel do brinquedo como meio de comunicação no setting terapêutico, sendo o brincar considerado a linguagem da criança.

Dentre os autores/as que trataram do tema da infância, destaca-se especialmente Winnicott (1971), para quem o brincar ocorre em um espaço potencial — uma zona intermediária entre a realidade interna e externa — essencial para a constituição do self. Segundo o autor (*IDEM*), é no brincar que a criança experimenta a criatividade, a ilusão

e a possibilidade de simbolizar a realidade. O brincar espontâneo, quando sustentado por um ambiente suficientemente bom, permite à criança experimentar sua subjetividade e elaborar suas emoções.

No campo da Psicologia do Desenvolvimento, Piaget (1951) compreende o brincar como forma de assimilação da realidade, permitindo à criança construir estruturas mentais e desenvolver o pensamento simbólico e a lógica. Vygotsky (1991), por outro lado, enfatiza o caráter social do brincar, entendendo-o como uma ferramenta cultural por meio da qual a criança internaliza regras, desenvolve linguagem e regula seu comportamento.

Contudo, com o avanço acelerado das tecnologias digitais, observa-se um empobrecimento crescente do brincar simbólico e uma substituição por atividades passivas e repetitivas diante das telas. Muitas crianças chegam hoje ao atendimento psicológico sem repertório lúdico, e, em vários casos, é no próprio setting terapêutico que inauguram o brincar. Apresentam-se, durante uma consulta, brinquedos, jogos, blocos, massinhas, que elas não conhecem ou até conhecem, mas não sabem brincar. Isso revela não apenas uma ausência de experiências anteriores, mas também o comprometimento do espaço criativo e do exercício simbólico.

Segundo Sherry Turkle (2011), a relação com a tecnologia, quando não mediada por interações humanas significativas, tende a empobrecer a qualidade das conexões emocionais. A autora observa que estamos “sozinhos juntos”, compartilhando o mesmo espaço físico, mas emocionalmente desconectados. Esse fenômeno afeta diretamente a construção do eu infantil e a capacidade de autorregulação emocional.

Manfred Spitzer (2021), em estudos sobre os impactos neurológicos das telas, alerta para prejuízos nas funções executivas, atenção, memória de trabalho e controle inibitório, especialmente quando o uso se inicia precocemente. Já Michel Desmurget (2020), denuncia a correlação entre tempo excessivo de tela e declínio do QI, dificuldades escolares, empobrecimento do vocabulário e aumento de sintomas depressivos e ansiosos em crianças e adolescentes.

Essas observações encontram eco nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), que recomendam evitar exposição de crianças menores de dois anos a telas, limitar o tempo para crianças maiores e sempre garantir a supervisão ativa dos pais ou cuidadores (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2021); (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2019). No entanto, na prática clínica, percebe-se o uso excessivo de dispositivos como uma constante — inclusive por bebês —, muitas vezes como forma de acalmar, silenciar ou entreter, sem a mediação necessária.

Com o empobrecimento do brincar e da convivência familiar, observam-se também dificuldades crescentes na regulação emocional, no desenvolvimento da empatia, no enfrentamento de frustrações e nos recursos de simbolização. O uso excessivo de telas não apenas desloca o tempo da brincadeira, mas compromete o espaço interno da criança para elaborar experiências, fantasias e conflitos. Diante desse cenário, é urgente retomar o brincar como espaço estruturante do psiquismo infantil e como direito fundamental da infância, não apenas como atividade recreativa, mas como recurso terapêutico, socializador e desenvolvimental. E, para isso, o papel do adulto como mediador é essencial.

A abordagem sistêmica e o papel da família no manejo das telas

Vivemos em uma era de transformações rápidas, onde os próprios pais estão também atravessados por seus legados familiares e pela pressão social para acompanharem padrões muitas vezes inalcançáveis. A abordagem sistêmica nos ensina que nenhuma família existe isoladamente: ela é fruto de múltiplos atravessamentos históricos, emocionais e sociais. É preciso escutar a história de cada membro, sem julgamento, reconhecendo que muitas das dificuldades parentais têm raízes em vivências antigas, feridas não curadas e crenças transmitidas transgeracionalmente (PONCIANO; FERES-CARNEIRO, 2003).

Uma metáfora usada em minha prática é: “o problema não está no porquinho, mas no chiqueiro”, ou seja, o ambiente familiar influencia profundamente a formação da criança. Isso não significa culpabilizar os pais, mas sim considerar suas histórias, suas feridas, suas heranças emocionais. Estamos diante de famílias que também foram impactadas pela tecnologia, pela urgência do tempo, pelo cansaço da rotina de trabalho e por discursos sociais que cobram perfeição. Esse atravessamento histórico-emocional precisa ser nomeado, validado e acolhido.

METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, por meio de um relato de experiência clínica e institucional, com base em minha atuação como psicóloga e supervisora do núcleo de psicologia do Projeto Criança Cidadã. A escolha por esse método (BATISTA PINTO, 2004) se justifica pela natureza subjetiva e contextual da problemática estudada — o impacto do uso excessivo de telas no desenvolvimento infantil, e pela importância de escutar os sentidos atribuídos pelas crianças, pais e cuidadores no contexto da prática.

A metodologia utilizada apoia-se em três pilares:

1. Observação participante nas atividades do projeto, tanto em grupo quanto nas interações individuais;
2. Escuta clínica realizada em atendimentos psicológicos com crianças e famílias;
3. Supervisão de estagiários de Psicologia, que permite o acompanhamento indireto e sistematizado de casos, enriquecendo a análise reflexiva.

As situações apresentadas foram selecionadas a partir de recorrência temática e relevância clínica, organizadas com base em registros de supervisão, relatos de pais e observações diretas. Todos os exemplos

clínicos e institucionais foram anonimizados, resguardando a identidade e privacidade dos envolvidos, conforme orientações do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005). O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição.

O campo de estudo empírico é o Projeto Criança Cidadã², instituição sem fins lucrativos que atua há 16 anos com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na Cidade de Campo Bom, no Estado do Rio Grande do Sul, oferecendo atividades em turno inverso ao escolar. As ações do projeto priorizam o brincar, a cidadania, o respeito às diferenças e o fortalecimento de vínculos sociais. Atualmente o núcleo de psicologia atende individualmente crianças e famílias, promovendo atendimentos clínicos, oficinas e orientação parental.

² Para mais informações do projeto, acessar: <https://projetocriancacitada.org.br>

A partir da vivência institucional e clínica, observou-se um aumento expressivo das queixas relacionadas ao uso excessivo de telas, o que motivou a sistematização desta análise. A escuta cuidadosa dos sintomas infantis, das dificuldades parentais e das tentativas de manejo permite, neste estudo, lançar luz sobre um fenômeno contemporâneo ligado a usos tecnológicos que impacta diretamente a constituição subjetiva, os vínculos familiares e o espaço do brincar.

A atuação clínica sempre foi marcada por uma agenda cheia, com **sessões semanais de 1 hora de duração** para atendimentos individuais e **sessões quinzenais de 2 horas** para famílias. Embora tenha atendido pessoas de **todas as faixas etárias**, o foco foi o atendimento **infantil**, seguido de atendimentos a **mulheres adultas**, muitas delas mães em situação de sobrecarga emocional e social.

Durante as escutas, as queixas e considerações sobre o uso de telas foi recorrente, principalmente como atributo de conflitos, possíveis causas ou condicionantes de sintomas e expressão de sofrimento. Durante os atendimentos foi possível perceber correlações de força entre sintomas depressivos e atos impulsivos com uso excessivo de telas.

Grande parte das crianças e adolescentes atendidos no núcleo de psicologia do projeto tinham queixas emocionais e dificuldades escolares. Ou seja, havia uma relação entre estas duas variáveis: desempenho escolar e estabilidade emocional. O uso de telas ao invés de amenizar, tendia a piorar alguns dos sintomas relatados. Estes foram agrupados nas seguintes categorias, que mais se apresentaram durante a clínica: ansiedade, irritação e nervosismo, falta de concentração, problemas de relacionamento com colegas. Embora a associação entre esses sintomas e atividade escolar e telas tenha interrelação, é importante destacar questões pessoais e sociais explícitas (vulnerabilidade socioeconômica, desigualdades estruturais, racismo e misoginia) ou pouco elaboradas pelos pacientes, cujo cenário de fundo está ligado a trajetórias anteriores.

A participação das crianças e adolescentes no projeto trazia sentimentos contraditórios para muitas delas. Ao mesmo tempo em que sentiam ser valorizadas estando no projeto, experimentando acolhimento e a corporificação de uma instituição de abrigo simbólico e proteção, também expressavam, de certa maneira, uma transferência subjetiva de inadequação à sociedade, pois precisavam, pela sua fragilidade ou vulnerabilidade, de uma proteção a mais representada pelo projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da experiência clínica e institucional no Projeto Criança Cidadã, observei mudanças significativas no perfil das crianças e de suas famílias ao longo dos anos. Quando iniciei minha atuação no projeto, em 2016, o uso de telas ainda não era uma preocupação central. As principais demandas estavam relacionadas à vulnerabilidade social intensa: famílias monoparentais, mães solas como únicas provedoras, crianças que passavam o dia nas ruas quando não estavam no projeto ou na escola, altos índices de faltas escolares e contextos marcados por negligência, violência física e psicológica.

Hoje o cenário mudou, mas os desafios permanecem. O uso excessivo das telas surge como nova forma de afastamento relacional, uma negligência emocional silenciosa e socialmente aceita. Famílias inteiras coexistem no mesmo espaço físico, mas emocionalmente desconectadas, cada uma imersa em sua própria realidade digital.

No cotidiano do projeto são recorrentes os relatos de pais sobre filhos que passam até cinco ou seis horas por dia diante de telas. Muitos chegam ao atendimento individual ou aos encontros familiares com sentimento de culpa, impotência e desamparo. Expressam frases como:

“Eu sei que faz mal, mas é a única hora que consigo descansar.”

“Se eu tiro o celular, ele chora, grita, se joga no chão.”

“Já não sei mais o que oferecer para ele brincar.”

Do ponto de vista clínico, as crianças expostas precocemente às telas apresentam comportamentos como:

- Baixa tolerância à frustração;
- Dificuldade de atenção e concentração;
- Pouco repertório simbólico e lúdico;
- Irritabilidade frequente;
- Dificuldade em se relacionar com pares;
- Resistência ao contato físico e afetivo.

Não são raros os casos de crianças que manifestam sintomas de abstinência digital. Em episódios de restrição do uso do celular ou tablet, apresentam agitação psicomotora, crises de choro ou reações agressivas. Além disso, muitas demonstram não saber iniciar uma brincadeira espontânea. Ao oferecer brinquedos ou jogos simbólicos, algumas sequer compreendem sua função, inaugurando o brincar dentro do próprio setting terapêutico.

Um marco importante observado em 2024 foi a proibição do uso de celulares em escolas estaduais. Inicialmente, muitos pais relataram que os filhos chegavam em casa irritados, ansiosos para se reconectarem imediatamente. No entanto, com o tempo, alguns responsáveis começaram a notar pequenas mudanças:

“Ele está mais tranquilo à noite.”

“Começamos a jogar juntos, mesmo que só um pouco.”

“Foi difícil no início, mas agora conseguimos jantar sem celular na mesa.”

Essa mudança, embora positiva, revelou um desafio ainda maior: o uso do celular pelas crianças não era apenas um hábito, mas parte da dinâmica familiar como um todo. Quando os filhos foram “desconectados” na escola, o sistema familiar precisou se reorganizar. Em alguns casos, essa reorganização gerou aproximação e melhora na qualidade da interação. Em outros, reforçou o isolamento com pais que, mesmo conscientes dos prejuízos, não conseguiram ou não quiseram propor alternativas saudáveis.

É importante destacar que não se pode retirar algo tão presente na vida de uma criança ou adolescente sem oferecer substitutos reais e atrativos. O uso da tela preenche lacunas emocionais, sensoriais e relacionais. Quando essas lacunas permanecem, a retirada da tecnologia apenas evidencia o vazio, gerando sofrimento (SPITZER, 2021).

É urgente que o brincar e o lúdico fora das telas seja restituído ao cotidiano das crianças, não como “tempo livre”, mas como espaço estruturante, elaborativo e relacional. E, para isso, os adultos também precisam reaprender a brincar, a estar, a olhar e a escutar.

Segundo Winnicott (1971), o brincar ocupa um espaço potencial entre o mundo interno da criança e a realidade externa, sendo uma forma privilegiada de comunicação e elaboração psíquica. Ao brincar, a criança não apenas expressa desejos, fantasias ou angústias, mas também transforma essas experiências em algo simbólico e representável. Trata-se, portanto, de uma atividade essencialmente elaborativa,

pois permite a construção e o fortalecimento do self, favorecendo a integração emocional e o desenvolvimento da criatividade. Na clínica contemporânea, é cada vez mais frequente observar que muitas crianças têm seu primeiro contato significativo com o brincar simbólico dentro do setting terapêutico — uma constatação preocupante, pois revela um empobrecimento das experiências de simbolização fora do ambiente clínico.

Desafios e possibilidades de intervenção

A partir da prática clínica e institucional, é possível identificar desafios significativos no enfrentamento do uso excessivo de telas, mas também caminhos de intervenção eficazes. Um dos principais obstáculos é a naturalização da presença da tecnologia na rotina infantil, desde a alimentação até o sono, o que exige um trabalho de sensibilização contínua junto às famílias e educadores. E é neste processo de naturalização da ubiquidade das telas no cotidiano que houve minha entrada, ainda incipiente, nos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (CTS) para refletir como aparatos teóricos da área CTS ajudar-me-ia a compreender fenômenos complexos como o uso de telas e redes digitais durante a infância e adolescência.

Além disso, é necessário enfrentar a falta de repertório lúdico dos adultos. Muitos pais não sabem como brincar com seus filhos, ou não reconhecem o valor do brincar como meio de vínculo e desenvolvimento. A própria sociedade de consumo promove soluções rápidas e digitais, em detrimento da experiência vivida e compartilhada, mais lenta e complexa, mas plena. Assim, orientar os responsáveis sobre a importância do tempo de qualidade, do brincar simbólico e do vínculo presencial é um desafio constante.

No entanto, também existem possibilidades concretas. A criação de rotinas com momentos sem telas, a valorização das brincadeiras tradicionais, o incentivo à leitura, à música, ao movimento e à convivência com outras crianças são estratégias potentes de prevenção e cuidado.

Intervenções clínicas e institucionais que promovam escuta, vínculo e criatividade são capazes de reverter parte dos danos e criar novas possibilidades de desenvolvimento.

Abaixo, apresento um quadro com recomendações práticas que podem ser utilizadas tanto no contexto clínico quanto institucional:

Faixa Etária: 0–2 anos.

Tempo de Tela Recomendado (OMS/SBP): Nenhum tempo.

Estratégias de Substituição: Contato visual, colo, brinquedos sensoriais, conversa face a face.

Faixa Etária: 2–5 anos.

Tempo de Tela Recomendado (OMS/SBP): Até 1h/dia com supervisão.

Estratégias de Substituição: Histórias, brincadeiras dirigidas com adultos, jogos de faz-de-conta.

Faixa Etária: 6–10 anos.

Tempo de Tela Recomendado (OMS/SBP): Até 2h/dia com supervisão.

Estratégias de Substituição: Jogos ao ar livre, leitura compartilhada, teatro, artes visuais.

Faixa Etária: 11–14 anos.

Tempo de Tela Recomendado (OMS/SBP): Até 2h30/dia com supervisão.

Estratégias de Substituição: Esportes coletivos, música, debates, atividades de grupo.

Essas orientações devem ser adaptadas ao contexto de cada criança e família, levando em consideração fatores socioeconômicos, disponibilidade dos cuidadores e condições do território. O mais importante é garantir equilíbrio, supervisão e presença afetiva.

Tecnologia, Brincar e Relações: Uma Realidade Contemporânea em Transformação

Nas últimas décadas, o avanço tecnológico transformou radicalmente a forma como crianças interagem com o mundo. O brincar, que historicamente ocupava um espaço central no desenvolvimento emocional, social e cognitivo, tem sido substituído, ou ao menos ofuscado, por atividades passivas, mediadas por telas. Essa substituição acarreta impactos profundos na construção do eu infantil, nas relações familiares e no exercício da criatividade espontânea.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2022), o uso excessivo e precoce de dispositivos compromete a qualidade das interações familiares e reduz o tempo destinado às brincadeiras livres e simbólicas, consideradas pilares essenciais para o desenvolvimento saudável. Essa constatação é reforçada pela Organização Mundial da Saúde (2019), que recomenda que crianças de até 5 anos tenham interação mínima com telas, priorizando a atividade física e o brincar ativo como práticas fundamentais para o crescimento físico e neurológico.

O pediatra Daniel Becker (2022) destaca que as telas têm ocupado o lugar do adulto na mediação do brincar, afastando pais e filhos da construção conjunta de vínculos e da vivência emocional compartilhada. Em vez de estarem presentes como figuras que acolhem, orientam e brincam, mães e pais (ou responsáveis) muitas vezes se ausentam emocionalmente, mesmo quando estão fisicamente próximos, situação descrita por Sherry Turkle (2011) como o fenômeno de estarmos “sozinhos juntos”.

No cenário europeu, autores como Manfred Spitzer (2021) alertam que as mídias digitais não só promovem passividade e desorganização emocional, como também prejudicam o desenvolvimento das funções executivas e a capacidade de autorregulação — habilidades que o brincar espontâneo e criativo naturalmente fortalece. De forma semelhante, Michel Desmurget (2020) observa que a exposição

prolongada às telas reduz drasticamente o tempo de interação ativa e significativa com o mundo, o que compromete a maturação cerebral e o repertório simbólico da criança.

O relatório global da UNICEF (2021) acrescenta que, embora a infância esteja cada vez mais digitalizada, a tecnologia jamais poderá substituir as interações reais e os vínculos humanos na construção de segurança emocional. As redes sociais e os aplicativos de entretenimento, mesmo quando utilizados com supervisão, tendem a promover uma realidade ilusória de perfeição e compração, o que afeta tanto adultos quanto crianças, como se observa em escutas clínicas frequentes: “parece que todo mundo é feliz, menos eu”.

A redução do tempo de brincar, a fragmentação das relações e a dificuldade crescente de autorregulação emocional apontam para um cenário que exige atenção urgente de profissionais, educadores e, sobretudo, das famílias. Não se trata de demonizar o uso da tecnologia, mas de reconhecer seus riscos quando não há equilíbrio, limites e mediação afetiva. A chave está na presença relacional, na escuta, na partilha do tempo e do espaço de forma significativa, algo que nenhuma tela pode substituir.

A abordagem sistêmica e o papel da família no manejo das telas

A Abordagem Sistêmica, fundamentada em autores como Salvador Minuchin (1982), Virginia Satir (1978) e Murray Bowen (1991), compreende a família como um sistema em constante interação, no qual os comportamentos individuais estão interligados e influenciados pelas dinâmicas do grupo familiar. Dentro dessa perspectiva, o uso excessivo de telas por crianças e adolescentes não pode ser analisado de forma isolada, pois está inserido em um contexto relacional mais amplo que envolve hábitos, rotinas, crenças e a própria forma de comunicação no entorno familiar.

Em muitas famílias contemporâneas, as telas passaram a ocupar um lugar central, tanto como ferramentas de distração quanto como mediadoras das relações. Mães e pais sobrecarregados, emocionalmente exaustos e conectados o tempo todo ao trabalho ou ao entretenimento digital, muitas vezes não conseguem oferecer modelos de regulação saudável do uso da tecnologia. Com isso, os filhos não apenas reproduzem esse padrão como, muitas vezes, são deixados à própria sorte diante de conteúdos e interações para os quais não têm maturidade para lidar.

Do ponto de vista sistêmico, o sintoma apresentado pela criança, como dependência digital, irritabilidade ao ser desconectada ou dificuldade de brincar, é também um reflexo do funcionamento da família como um todo. A criança, nesse sentido, pode estar expressando, através do sintoma, aquilo que o sistema familiar não consegue nomear ou conter. O manejo das telas, portanto, não pode ser reduzido a regras pontuais, como “limitar o tempo de uso” ou “bloquear conteúdos”. É necessário um trabalho mais profundo de reorganização dos vínculos, do tempo compartilhado, da qualidade das interações e da co-construção de alternativas saudáveis de convivência e lazer (SPITZER, 2021).

A presença ativa dos responsáveis parentais, não apenas física, mas emocional, é um fator protetor essencial. Estabelecer rotinas de refeições juntos, momentos de brincadeira, caminhadas, conversas sem dispositivos por perto e atividades colaborativas ajuda a restaurar o papel da família como espaço de segurança, escuta e vínculo. Além disso, envolver a criança na construção dessas rotinas favorece sua autonomia e senso de pertencimento.

A orientação parental, os atendimentos familiares e os espaços de escuta em instituições, como o Projeto Criança Cidadã, são fundamentais para apoiar essa transformação. É preciso acolher as dificuldades reais que muitas famílias enfrentam, especialmente em contextos de vulnerabilidade, e construir, junto com elas, estratégias possíveis, com respeito e afeto.

Orientação parental e caminhos para o equilíbrio digital

O desafio do uso equilibrado das tecnologias não se restringe às crianças. Muitos pais relatam, nas escutas clínicas e nos espaços de orientação do Projeto Criança Cidadã, que também se sentem sobrecarregados, distraídos ou mesmo aprisionados por suas rotinas digitais. O impacto das redes digitais, com suas realidades idealizadas e estímulos constantes, afeta igualmente os adultos, gerando comparações, sensação de inadequação, ansiedade e fuga do convívio real.

Como destacou Turkle (2011), a tecnologia, quando não mediada, promove conexões superficiais e relações fragmentadas. No ambiente familiar, essa fragmentação se traduz em almoços silenciosos, brincadeiras interrompidas por notificações e presenças físicas que não garantem vínculos emocionais. A criança internaliza esse padrão: ela observa o adulto que se conecta com o mundo, mas se desconecta dela.

Spitzer (2021) alerta que o cérebro da criança em desenvolvimento é altamente sensível a estímulos digitais prolongados. No entanto, é importante reconhecer que o cérebro adulto também sofre impactos: a atenção fragmentada, o sono prejudicado e a queda na qualidade das interações são realidades que mães e pais vivenciam, muitas vezes sem perceber.

A partir dessa constatação, torna-se essencial pensar em estratégias que envolvam a família como um todo no processo de equilíbrio digital. A mudança no uso das telas não deve ser imposta apenas à criança, mas construída coletivamente, como um novo contrato familiar baseado em presença, coerência e vínculos.

Recomendações práticas para as famílias

- Estabelecer horários e limites claros para o uso das telas, respeitando as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

- Criar “zonas livres de telas” em casa, como a hora das refeições e o quarto na hora de dormir.
- Oferecer alternativas atrativas, como jogos, leitura conjunta, passeios e atividades manuais. Não basta proibir o uso — é preciso oferecer presença e possibilidades reais de vínculo.
- Praticar o que se ensina: os adultos também devem se desconectar em alguns momentos e se mostrar disponíveis emocionalmente.
- Abrir espaços de escuta e diálogo sobre o uso das redes, ajudando os filhos a identificar o que veem, sentem e desejam ao navegar.
- Evitar exposição precoce nas redes sociais, inclusive com fotos e vídeos dos próprios filhos, sem o consentimento ou compreensão deles.
- Buscar ajuda quando necessário, reconhecendo que o uso compulsivo de telas, tanto pelos filhos quanto pelos pais, pode requerer acompanhamento psicológico ou orientação parental especializada.

Como bem aponta Winnicott (1971), a presença do adulto — suficientemente boa, disponível, mediadora — é o que sustenta o desenvolvimento saudável da criança. Na era digital, essa presença não se mede apenas pela proximidade física, mas pela capacidade de sustentar a atenção, o vínculo e o brincar partilhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infância contemporânea está imersa em um paradoxo: nunca se teve tanto acesso à informação, conectividade e entretenimento e, ao mesmo tempo, nunca se observou tamanha desconexão emocional, empobrecimento das interações e fragilidade nos vínculos familiares.

O uso excessivo de telas, embora muitas vezes seja adotado como recurso facilitador no cotidiano das famílias, tem provocado efeitos significativos no desenvolvimento infantil, impactando negativamente a constituição subjetiva, a capacidade simbólica, a regulação emocional e a construção do eu.

Ao longo deste trabalho, analisamos como o brincar, enquanto espaço simbólico, criativo e organizador psíquico, tem sido suprimido pela lógica da aceleração e da passividade digital. O tempo da infância, que deveria ser marcado por experiências relacionais, exploração do mundo e construção de sentidos, tem sido invadido por uma tecnologia pouco mediada e, muitas vezes, usada como substituto do cuidado.

O campo clínico e institucional revela, com frequência crescente, sintomas como irritabilidade, apatia, fobia social, empobrecimento do vocabulário, déficit de atenção, dificuldades de brincar e alterações no sono e na alimentação; todos associados a um padrão de uso precoce e desregulado de dispositivos eletrônicos. Tais manifestações não são responsabilidade exclusiva das crianças, mas expressão de uma cultura mais ampla, que também aprisiona os adultos em rotinas digitais, os afastando do convívio afetivo e da escuta ativa.

Diante disso, este artigo reforça a necessidade de se construir, coletivamente, um pacto pelo resgate da infância (infância historicamente construída, claro, e não um fenômeno natural e socialmente uniforme), em um compromisso que envolva famílias, escolas, instituições sociais e políticas públicas. Mais do que limitar o tempo de tela, é preciso oferecer alternativas concretas de vínculo, convivência e ludicidade. Não se pode tirar o que ocupa todo o espaço psíquico e cotidiano da criança sem apresentar em troca algo que seja igualmente nutritivo, afetivo e significativo.

Projetos como o Criança Cidadã cumprem um papel fundamental nesse processo, ao proporcionar experiências coletivas de brincar, vivências de cidadania, fortalecimento de vínculos e escuta das famílias. É nesse

entrelaçamento entre teoria e prática, clínica e território, que se torna possível transformar realidades e restaurar a potência do ser criança.

Este trabalho não busca esgotar o tema, mas provocar reflexões e inspirar ações, principalmente para mim, iniciando-me nos estudos CTS para ter outras perspectivas na minha área de atuação. Que possamos continuar, em nossas práticas profissionais e institucionais, sustentando espaços de presença, criatividade e vínculo, onde o brincar seja mais do que permitido: seja acolhido, incentivado e protegido como um direito fundamental.

REFERÊNCIAS

BATISTA PINTO, E. A Pesquisa qualitativa em psicologia clínica. *Psicologia USP*, 15(12), 71-80, 2004.

BECKER, Daniel. **Entrevistas e artigos sobre infância e tecnologia**. UOL VivaBem, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2022/03/24/como-uso-excessivo-de-celular-impacta-cerebro-da-crianca.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2025.

BOWEN, Murray. **De la família al individuo**. La diferenciación del sí mismo em el sistema familiar. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1991.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais**: os perigos das telas para nossas crianças. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2020.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; GAMA SANTOS, Marcus Vinícius do Amaral; MADARIAGA, Jimena Carrasco. Pistas latourianas para abordagem dos saberes PSI entre a crítica modernista e a descrição de dispositivos.

Boletim CTS em foco, v. 02, n.04, p. 83-89, 2022. Disponível em: <https://esocite.org.br/images/BOLETIM-CTS/PDF/CTS-v2-n4.pdf>. Acesso em 23 de março de 2025.

FREUD, A. **Infância Normal e patológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREUD, S. **Escritores criativos e devaneio**, vol. IX. Rio de Janeiro, Imago, 1989.

KLEIN, Melanie. O desenvolvimento precoce da consciência. In: _____.

Amor, culpa e reparação. Rio de Janeiro: Imago, 1955.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Diretrizes para atividade física, comportamento sedentário e sono para crianças menores de 5 anos**.

Genebra: WHO, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241550536>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: LTC, 1951.

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Modelos de família e intervenção terapêutica. **Interações**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 57-80, dez. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072003000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 jul. 2025.

SATIR, Virginia. **Terapia do grupo familiar**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de Orientação** – Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital. SBP, 2022. Disponível em: <https://www.sbp.com.br>. Acesso em: jul. 2025.

SPITZER, Manfred. **Demência digital**: o que estamos fazendo com nossas mentes. Porto Alegre: Artmed, 2021.

TURKLE, Sherry. **Alone together**: why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2011.

UNICEF. **Children in a Digital World**: State of the World's Children 2021. New York: United Nations Children's Fund, 2021.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1971.



NEWSLETTER

Lançamentos de livros

Ciência e política no novo regime climático, escrito por Jean Carlos Hochsprung Miguel, docente do Departamento de Política Científica e Tecnológica e publicado pela editora da Unicamp.

Poderá ser adquirido em: <https://loja.editoraunicamp.com.br/sociologia/ciencia-e-politica-no-novo-regime-climatico-767/p>

50 anos: Computação e Sistemas FURB: Códigos que constroem, conhecimento que conecta. Organizado por Alani Rigotti de Oliveira, Maiko Rafael Spiess e Marcos Mattedi e publicado pela Editora da FURB.

E-book completo do livro: <https://drive.google.com/file/d/1EIA0v6g-voh3FLk4hPNOPFyxBt8KsTwJJ/view>

